

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS – CEG
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DANIELLA GUIMARÃES BARCELLOS

**Uma Leitura da Relação Sociedade Natureza
no Ordenamento Territorial do Rio de Janeiro.**

NITERÓI 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

B242 Barcellos, Daniella Guimarães
Uma leitura da relação sociedade natureza no ordenamento territorial do Rio de Janeiro / Daniella Guimarães Barcellos. – Niterói : [s.n.], 2006.
163 f.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

1.Ordenamento territorial. 2.Produção do espaço.
3.Geografia histórica. 4.Crescimento urbano – região metropolitana do Rio de Janeiro. I.Título.

CDD 307.76098153

DANIELLA GUIMARÃES BARCELLOS

**Uma Leitura da Relação Sociedade Natureza
no Ordenamento Territorial do Rio de Janeiro.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Ordenamento territorial.

ORIENTADOR: PROF. DR. JORGE LUIZ BARBOSA

**Niterói
2006**

DANIELLA GUIMARÃES BARCELLOS

**Uma Leitura da Relação Sociedade Natureza
no Ordenamento Territorial do Rio de Janeiro.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Mestre.

Aprovada em agosto de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa – Orientador
UFF- GEOGRAFIA

Prof. Dra. Aureanice de Mello Correa
UERJ- GEOGRAFIA

Prof. Dr. Reiner Olibano Rosas
UFF- GEOGRAFIA

Niterói
2006

RESUMO

No presente trabalho estamos trazendo um conjunto sistematizado de estudos bibliográficos, documentais e iconográficos do processo de produção do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, tendo como meta compreender os processos de apropriação e uso da natureza como território conquistado.

Para tanto o curso de nossa investigação exigiu um olhar em escala espaço- temporais mais abrangente para trazer à luz o local em estudo na sua complexidade histórica.

Diante de tal premissa metodológica fez-se necessário elaborar uma leitura geográfica que, apesar de sintética, permitisse identificar os fenômenos relevantes no processo de apropriação e uso da natureza em diferentes momentos do ordenamento territorial da sociedade brasileira, em particular aquela que se estabeleceu ocupando o recôncavo da Guanabara a partir do século XVI, assentando sua existência nos séculos posteriores.

O trabalho que ora apresentamos diz respeito às especificidades do processo de ordenamento territorial da Guanabara como linha de base para compreender as condições e conflitos geográficos do presente, em especial às questões sócio-ambientais que se fazem atuais no urbano metropolitano.

Buscamos responder como e porque a produção da cidade (e da metrópole) se inscreve historicamente como destruição implacável da natureza. Tentamos desvendar o processo de metropolização do Rio de Janeiro e como as baixadas da Guanabara foram incorporadas como territórios dominados pela lógica mercantil e, com esta, a degradação da natureza tornou-se inerente. Buscamos colocar em tela como e por quê imensas áreas cobertas por manguezais conseguiram sobreviver. Buscamos apresentar as contradições que emergiram no processo de metropolização do Rio de Janeiro frente aos novos paradigmas que emergem, a partir da década de 70, da discussão sobre a necessidade de preservação ambiental.

Essa proposição metodológica de reconstruir historicamente o fenômeno nos remeteu a estudar o processo se fazendo forma, sobretudo pelo entendimento que as concepções de natureza também mudam de acordo com os conteúdos assumidos em cada momento da sociedade. Embora, como veremos, há uma força de permanência através da qual a Natureza é vista como objeto a ser conquistado. É nesse sentido que o estudo sobre a apropriação e uso social de manguezais por comunidades de pescadores e catadores de caranguejos deve estar inserido em contextos espaciais mais abrangentes de configuração.

ABSTRACT

This work presents a systemized set of bibliographic and iconographic studies of the of production process metropolitan space of Rio De Janeiro, Aiming the appropriation the processes and use of nature a acquired territory.

Thus, the course of our investigation demanded a look at a more including space-time scale to focus on the place in study in its historical complexity.

Facing such methodological premise it was necessary to elaborate a geographic reader that, in spite of being synthetic, allowed to identify the excellent phenomenon in the appropriation process and the use of the nature, in different moments of the territorial order of the Brazilian society, specially the one that was established occupying the area named “recôncavo da Guanabara” since century XVI, settling its existence in the following centuries.

This work is about specificities of the process of Guanabara territorial order a base to understand conditions and geographic conflicts in present, specially the socio-environment questions that are current in the metropolitan urban.

We intended to answer how and why the city production (and metropole) is historically inscribed as destruction of nature. We have tried to unmask Rio de Janeiro process of metropolization and how the lowered ones of Guanabara were incorporated as territories dominated by mercantile logic and, way, the degradation of nature became inherent. We placed in screen how and why immense areas covered by mangroves got survive. We present contradictions that emerged in the process of Rio de Janeiro metropolization before the new paradigms that have emerged, from the discussion on the necessity of environment preservation since 1970's.

This methodological propose to historically reconstruct the phenomenon made us to study the process formation, having in mind that concepts of nature also in changes according to each moment of the society. Even so, as we will see, there is a permanent rejection to see Nature as an object to be conquered. It made us think that the study on appropriation and social use of mangrove by collectors and crab fishing communities must be included in larger contexts of configuration.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I – Natureza e Território	14
1.1 – As diferentes concepções de território: uma síntese de um debate das fronteiras entre o humano e o não humano	14
1.2 – Natureza e configuração territorial	21
Capítulo II – Cidade e Recôncavo	27
1.2 2.1 – Entre o mar e a montanha: a urbe carioca	27
1.3 2.2 – Povoamento do Recôncavo	45
Capítulo III – A Metropolização do Território	56
3.1 – A expansão urbana da Cidade Capital	56
3.2 – A produção sócio espacial dos subúrbios	64
3.3 – Diferenciação das baixadas do recôncavo da Guanabara: Baixada Nordeste e Baixada Noroeste	69
3.3.1 – A Baixada Noroeste do Recôncavo da Guanabara	80
3.3.2 – A Baixada Nordeste do Recôncavo da Guanabara	83
3.3.3 – A Baixada Nordeste do Recôncavo da Guanabara – Guapimirim, Magé, Itaboraí e São Gonçalo: uma textura rural da Região Metropolitana	86
Capítulo IV – O Meio Ambiente e o Habitat Como Tema Para o Ordenamento Territorial	93
4.1 – O meio ambiente e o habitat no ordenamento do território	93
4.2 – A bacia hidrográfica da Guanabara e os manguezais	99
4.3 – Os manguezais e a APA de Guapimirim	102
4.4 – Os manguezais da APA de Guapimirim	106
Capítulo V – A APA de Guapimirim e as Comunidades Tradicionais em Remanescentes de Manguezais.	119
5.1 – A Baía de Guanabara e seus problemas sócio ambientais	119
5.2 – Impactos sócio-ambientais na APA de Guapimirim e seu entorno.	121
5.3 – Degradação do Habitat e desterritorialização de comunidades tradicionais	126
5.4 – Os desafios para um renovado ordenamento do território	139
Conclusão -	149
Bibliografia -	156

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capítulo II

Fig. 1	O Rio de Janeiro em 1502.....	27
Fig. 2	Os morros que balizavam a cidade de São Sebastião.....	29
Fig. 3	Planta da cidade do Rio de Janeiro e do Recôncavo da Guanabara.....	30
Fig. 4	O Rio do século XVIII.....	33
Fig. 5	Planta do Rio de Janeiro em 1767.....	34
Fig. 6	Rio de Janeiro de 1817.....	39
Fig. 7	O Recôncavo da Guanabara	46

Capítulo III

Fig. 8	O Rio de Janeiro de 1930.....	58
Fig. 9	Mudanças no perfil da cidade.....	60
Fig. 10	Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	63
Fig. 11	Os aterros do centro do Rio de Janeiro.....	67
Fig. 12	A concretização da metrópole carioca.....	69
Tab. 1	População dos municípios e distritos periféricos.....	73
Tab. 2	Obras de saneamento até 1945.....	76
Tab. 3	Loteamentos aprovados em municípios do Recôncavo.....	76
Fig. 13	O recorte nordeste da Baixada da Guanabara.....	83
Tab. 4	Concentração fundiária nos municípios da Região Metropolitana.....	87
Tab. 5	Lavouras temporárias e permanentes na Baixada Nordeste.....	89
Tab. 6	Produtividade (Kg/ha) das principais lavouras nos municípios da Baixada Nordeste.....	90
Tab. 7	Número de domicílios em 1991 e estimativas das famílias indigentes na Região metropolitana do Rio de Janeiro.....	90
Fig. 14	Distribuição espacial de famílias indigentes.....	91
Tab. 8	IQM Carência	91

Capítulo IV

Fig. 15	Mapa das principais indústrias poluidoras da Região metropolitana do Rio de Janeiro.....	100
Fig. 16	Zonação das comunidades vegetais dos manguezais.....	104

Tab. 9	Superfície dos Manguezais da Baía de Guanabara.....	105
Fig. 17	Carta imagem da APA de Guapimirim.....	107
Fig. 18	Meandros da APA de Guapimirim.....	108
Fig. 19	Manguezais excluídos do limite da APA.....	113

Capítulo V

Fig. 20	Principais problemas da Baía de Guanabara.....	120
Fig. 21	Transferência de energia entre os níveis tróficos.....	122
Fig. 22	Ecossistema em equilíbrio.....	123
Fig. 23	Desequilíbrio na transferência de energia entre os níveis tróficos.....	124
Fig. 24	Impacto produzido pela introdução de hidrocarbonetos no ambiente....	124
Fig. 25	Gráfico dos diferentes níveis tróficos antes e depois do acidente.....	125
Fig. 26	Uso do solo e cobertura vegetal da APA de Guapimirim.....	140
Fig. 27	Mapa de Sensibilidade Ambiental.....	141

“O presente trabalho trás o desejo explícito de produzir um sistema de idéias que, seja ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema interpretativo e de um sistema descritivo na geografia.”

Milton Santos

INTRODUÇÃO

A Guanabara, lugar onde dei os meus primeiros passos na areia, onde aprendi a nadar, Onde como uma pequenina proeira de meu avô naveguei. Lugar onde aprendi a esquiar, onde da minha janela eu podia ver a lua se esconder entre o Pão de Açúcar e o Corcovado. Lugar de onde partia para desafios ao cruzar a boca da barra. Lugar das festas de São Roque e dos domingos em Paquetá. Lugar dos homens do mar Carioca e de seus filhos. Meu lugar.

Assim nasceu o recorte territorial dos nossos estudos com vistas à elaboração da presente dissertação, justamente aquele que me traria novos desafios. Desafios agora não mais de criança ou adolescente. Desafios de geógrafa e de geografia.

A Guanabara mais uma vez me traria o aprendizado. Nela eu construiria a Geografia dos meus anseios. Uma geografia de céu e mar, de montanhas e vegetação, de homens e bichos, do simbólico e material, do cotidiano de todos estes se refazendo a cada dia.

Faltava ainda definir meu objeto. Bem, as lembranças que construíram o meu recorte territorial trouxeram a relação homem natureza. Entretanto, é próprio da condição humana o homem fazer-se como ser social. Desta forma a minha relação homem natureza amplio-se para a relação sociedade natureza.

Nasceu assim, esta Leitura da Relação Sociedade Natureza no Ordenamento Territorial do Rio de Janeiro.

Num primeiro momento, para aprofundar o meu olhar sobre o Rio de Janeiro, debrucei-me sobre as obras Alberto Lamego, Pedro Geiger, Elmo Amador e Maurício Abreu. Foi através destes autores que norteiei praticamente toda a minha dissertação. Neles busquei a origem da relação sociedade natureza a partir da chegada do colonizador. Neles apreendi a

construção do espaço num processo permanente de dominação/transformação da natureza. Percebi que a construção da urbi carioca dava-se a partir de um constante conflito dos homens entre si e com a natureza. Percebi que estes conflitos desenhavam ao longo do tempo no espaço carioca as contradições sócio-ambientais.

Das minhas percepções nasceu um outro desafio. Como construir um trabalho que permitisse demonstrar essas contradições ? As contradições sócio-ambientais são inúmeras! Era preciso que eu recortasse, ao menos para mim, o meu objeto. Eu precisava saber a onde eu gostaria de chegar para que neste caminho eu não me perdesse em infinitas descrições e\ou intermináveis teorias.

Concomitante a este novo desafio, em um trabalho que eu estava realizando junto ao Grupo de estudo do Professor Jorge Barbosa, surgiu a proposta de produzirmos um texto que abordasse a relação dos Impactos ambientais - do global ao local. Para tal trabalho eu preparei o texto, “Degradação Ambiental - Aprofundamentos das Desigualdades Sociais”. Nele tentei expressar, todas as questões que me foram solicitadas (a lógica econômica global e seus impactos nos locais), a partir do derramamento de 1.292 milhão de litros de óleo dos dutos da Petrobrás em janeiro de 2000, na Baía de Guanabara.

Este derramamento de óleo atingiu de forma direta ou indireta toda a população que se encontra ao redor da Guanabara, mas seus impactos sócio-ambientais foram contundentes nas regiões onde encontramos remanescentes de Manguezais.

Desta forma o meu desafio foi melhor definido. Eu estava diante do mais significativo remanescente de manguezal do Estado do Rio de Janeiro, a APA de Guapimirim. Através dela a relação sociedade natureza no ordenamento territorial do Rio de Janeiro poderia ser apreendida e expressa, ou seja, quando os colonizadores aqui chegaram encontraram uma natureza praticamente intocada pelas mãos dos homens, ao longo dos séculos esta natureza foi sendo reconstruída até se concretizar da grande metrópole carioca que conhecemos hoje. A construção desta metrópole se deu na forma de destruição implacável para a natureza natural, poupando somente alguns exemplares dentre eles os Manguezais de Guapimirim.

A partir deste momento ficou claro o caminho que deveria ser percorrido. Desta forma, a presente dissertação tem como objetivo primeiro refletir sobre as contradições sócio-ambientais ao longo do processo de construção da metrópole do Rio de Janeiro.

Estamos trazendo um conjunto sistematizado de estudos bibliográficos, documentais e iconográficos do processo de produção do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, tendo como meta compreender os processos de apropriação e uso da natureza como território conquistado. Para tanto o curso de nossa investigação exigiu um olhar em escalas espaço-

temporais mais abrangentes, buscando trazer à luz o tema em estudo na sua complexidade histórica.

Diante de tais premissas fez-se necessário elaborar uma leitura geográfica que, apesar de sintética, permitisse identificar os fenômenos relevantes no processo de apropriação e uso da natureza em diferentes momentos do ordenamento territorial da sociedade brasileira, em particular aquele que se estabeleceu ocupando o recôncavo da Guanabara a partir do século XVI, assentando sua existência nos séculos posteriores.

Portanto, o trabalho que ora apresentamos diz respeito às especificidades do processo de ordenamento territorial da Guanabara como linha de base para compreender as condições e conflitos geográficos do presente, em especial às questões sócio-ambientais que se fazem atuais no urbano metropolitano.

Tentamos desvendar no processo de metropolização do Rio de Janeiro, como as baixadas da Guanabara foram incorporadas como territórios dominados pela lógica mercantil e, com esta, a inerente degradação da natureza. Buscamos também colocar em tela como e por que imensas áreas cobertas por manguezais conseguiram sobreviver a todo o processo de metropolização.

Buscamos explicitar as contradições no processo de metropolização do Rio de Janeiro frente aos novos paradigmas que emergiram, a partir da década de 1970, da discussão sobre a necessidade de preservação ambiental. Do ponto de vista legal muito se avançou na criação de leis e na previsão de mecanismos de fiscalização. Contudo, estes avanços tiveram um fraco efeito frente às políticas governamentais pautadas por concepções de desenvolvimento sobre o primado do modelo urbano-industrial.

Percebemos então a necessidade de reconstruir historicamente esses processos e princípios para entendermos como estas transformações contraditórias na configuração territorial da Guanabara possibilitaram a permanência de áreas de mangue no entorno da região metropolitana. Para tanto nos propomos a estudar o processo de construção do espaço, sobretudo pelo entendimento que as concepções de natureza também mudaram de acordo com os conteúdos assumidos em cada momento da sociedade.

É nesse sentido que o estudo sobre a apropriação e uso social de manguezais por comunidades de pescadores e catadores de caranguejos deve estar inserido em contextos espaciais mais abrangentes de configuração territorial.

Na construção deste trabalho percebemos a magnitude das transformações ocorridas nos manguezais de Guapimirim, bem como a complexidade do processo de metropolização das diferentes áreas da Guanabara. A partir de então, nosso trabalho nos fez percorrer outros

caminhos, sobretudo no sentido da recuperação de dados históricos, sobre a evolução urbana carioca, publicados não somente em periódicos científicos como também em jornais e revistas da época que capturam as falas dos atores envolvidos.

Cabe ressaltar ainda que cada capítulo trás dentro de si sua própria conclusão, ou seja, cada capítulo por nós apresentado de certa forma encontra-se fechado na sua própria escala espaço temporal. Entretanto é possível afirmar que todos eles se completam e se juntam no capítulo V.

Para dar conta de todos esses pontos por nós enfocados nossa dissertação se estruturará da seguinte maneira:

No capítulo I nosso primeiro problema é compreender as diferentes concepções de natureza na filosofia e na geografia. Estas diferentes concepções convergem para a reflexão se a natureza inclui ou não o humano. Esta reflexão se faz necessária para entendermos as diferentes propostas e ações transformadoras do espaço como natureza nos diferentes períodos da história da configuração diversa do território. Tais reflexões orientaram a nossa investigação do ponto de vista conceitual e metodológico, contribuindo para uma melhor definição dos caminhos que deveriam ser percorridos.

No capítulo II convocamos o passado impresso nas obras seminais de autores como Alberto Lamago, Pedro Geiger, e Lysia. Bernardes, assim como de estudos mais recentes, como os Maurício Abreu, Elmo Amador e Guilherme Grysanzpan. A partir daí começamos a pensar a questão do conflito ambiental urbano, onde a natureza representava um mero recurso na construção da cidade-região.

No capítulo III buscamos apreender como e porque a evolução metropolitana do Rio de Janeiro incorporou os subúrbios da cidade e não se concretizou em sua plenitude em algumas regiões das baixadas da Guanabara, fazendo com que lá restassem os maiores remanescentes de manguezais do Estado e as populações incluídas precariamente na formulação de políticas públicas, dentre estas as *comunidades tradicionais*.

Desta forma buscamos demonstrar como a relação sociedade/natureza se concretizou a partir de um processo desigual e hegemônico de apropriação e uso do território e seus inerentes conflitos. Para tanto, fez-se necessário retomar a relação homem natureza nos marcos fundamentais do processo de expansão metropolitana e dos novos contextos espaço-temporais.

No capítulo IV tentamos demonstrar que apesar de os interesses econômicos se sobreporem ao valor da natureza em si, tivemos avanços importantes que permearam a discussão sobre a preservação ambiental. Aproveitamos o momento para colocar em causa o

conflito entre os dispositivos de proteção ambiental e a política econômica de desenvolvimento via industrialização, mesmo que isso custasse a degradação natureza.

Após caminhar no entendimento de questões pertinentes às políticas de preservação ambiental, retornamos o debate no âmbito da articulação entre a escala regional e a local: a Guanabara, sua Natureza, e o Habitat. Para tanto, retomamos a análise do Recôncavo da Guanabara, mais especificamente para os remanescentes de manguezais lá encontrados. Vimos que o reflexo de toda a emergência da discussão ambiental - pelo mundo e no Brasil - teve seus rebatimentos para avanço da política brasileira de preservação ambiental, dentre eles, a criação da Unidade de Preservação de Guapimirim.

O capítulo V ganhou sua forma e conteúdo através da análise da legislação ambiental a luz da metrópole carioca, da APA de Guapimirim e do Habitat de comunidades tradicionais presentes nos manguezais da baixada nordeste do Recôncavo.

Percebemos que a criação da APA de Guapimirim não foi capaz de preservar a área dos problemas produzidos pela metrópole carioca. Percebemos, também, que as ações do Estado e dos órgãos competentes permanecem ainda ínfimas frente a soluções para problemas a cada dia mais complexos.

Dentre esses problemas destacamos o acidente ocorrido em janeiro de 2000 – vazamento de óleo de dutos da Petrobrás - que nos permitiu repensar as questões apresentadas até então e olhar para a nossa questão segunda: os problemas ambientais são sempre problemas sócio-ambientais? A degradação ambiental é uma das formas de aprofundamento das desigualdades sociais? Se a degradação ambiental é uma das formas de aprofundamento das desigualdades sociais quem são os mais atingidos e como isto se dá?

Buscamos apontar na direção do estudo de realidades locais frente a uma racionalidade hegemônica que produz e reproduz conflitos e contradições no âmbito das condições de apropriação e uso da natureza. Por outro lado, enfatizamos a necessidade imperiosa de constituição de novos caminhos a serem seguidos para nortear os pensamentos e ações que possam contribuir com avanços no confronto à ordem hegemônica, ora apresentada como irreversível, diante de práticas locais que podem, quando devidamente respeitadas e compreendidas, nos ajudar a percorrer um outro destino.

Por fim cabe lembrar aquilo que falamos no início desta introdução sobre o capítulo V. Este capítulo para mim representa a grande conclusão de todo este trabalho porque é nele que encontramos a síntese de todo o processo da relação sociedade natureza na construção do ordenamento territorial do Rio de Janeiro e todas as contradições e desafios por ele criados.

Capítulo I – Natureza e Território

I.I. – As Diferentes Concepções de Natureza: uma síntese de um debate das fronteiras entre o humano e o natural

Se há um debate que movimenta o pensamento reflexivo ao longo dos séculos este é, sem dúvida, a respeito do significado da Natureza. Diferentes abordagens encontradas na filosofia e em distintas disciplinas científicas convergem para a reflexão se a Natureza inclui ou não o Humano, sendo a resposta adequada a essa questão uma das mais fundamentais de todo o pensamento ocidental. Portanto, um dos problemas mais complexos na história da filosofia e da ciência consiste em discernir se a natureza é independente em relação ao Homem, ou mesmo desprovida de um fim e condicionada ao devir de uma ordem ou lógica que lhe é superior.

Para os filósofos pré-socráticos, a Natureza é um conceito construído em um processo que está submetido a causas matriciais (Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito). Neste pensamento, a Natureza se rege por leis autônomas que não haviam sido impostas por nenhuma vontade externa. Os princípios¹ terra, fogo, ar, água e *apeiron* (infinito, indeterminado) eram as fontes do devir de um mundo que possuía alma e vida (a *Phisys*); por isso mesmo se poderia entender esse mesmo mundo de modo sensível.

¹ “ (...)os pré- socráticos buscavam o princípio (a *arché*) de todas as coisas, entendido não como aquilo que antecede no tempo, mas como fundamento do ser. Buscar a *arché* é explicar qual elemento constitutivo de todas as coisas.(...) a unidade que pode explicar a multiplicidade. Para Tales, é a água; para Anaxímenes, é o ar; para Demócrito, é o átomo; para Empédocles, os quatro elementos- terra, água, ar e fogo – a teoria mais aceita até o cientista Lavoisier, no século XVIII”. (Aranha & Martins, 2003:83)

O sentido da *physis* estava intimamente associado a tudo que por si mesmo emerge, brota, desabrocha. Trata-se, pois, de uma concepção de totalidade aberta que, para os chamados pré-socráticos era habitada *pelos deuses, pelos seres humanos, pelos relâmpagos, auroras, rios, mares, montanhas, céu e florestas*. Tudo que nascia, tudo que se colocava em manifesto, tudo que existia pertencia a *Phisys*. Não havia, portanto, uma distinção entre o mundo da natureza e da cultura ou/e inanimado e animado, mas sim uma totalidade dos entes no movimento de fazer-se realidade.

A *Phisys* encarnava em si mesma as razões de sua existência e, portanto, a ordem observada das coisas significava um resultado de um processo fundado na busca do conhecimento da *arché* (princípio) que a origina.

Com os sofistas e, posteriormente, com advento da obra de Platão, a filosofia clássica ocidental produz uma ruptura radical ao privilegiar o mundo das idéias (de significado exclusivamente humano) aos seres e entes do mundo. O conceito de *nomos* (colonizar, apascentar) começa a ganhar maior força quando desponta na sociedade grega a experiência da vida citadina. O *nomos* responderia pelo mundo da cultura, obra humana por excelência. O conceito de *physis* começaria a ter seu significado esvaziado, respondendo ao que convencionamos chamar de fenômenos físicos e biológicos.

Não respondendo aos princípios fundadores de toda existência do ser, a natureza despedida de sua complexidade é compreendida através de suas causas absolutamente materiais e eficientes, articuladas para realizar *o existir* como um trabalho dentro de uma ordem, ou melhor, *do logos*.

Outra concepção de Natureza sobre a qual repousa o pensamento filosófico é a que está absorvida no terreno da lógica. O caminho da verdade é significativamente distinto do caminho da opinião (*doxa*) e, em última instância, se pensa a Verdade como infinita e apartada da realidade terrena. Para tanto, seria necessário buscar o princípio supremo situado acima da matéria (o *logos*).

Sobre tal postulado, Platão (427 – 347 a.C.) intenta um salto da origem da filosofia, buscando superar as soluções consideradas como míticas e religiosas. Em seu pensamento, a Alma (Mundo das Essências) é a razão dos processos materiais; o mundo estava previsto de alma e esta explicava a coerência, a ordem e o movimento das aparências. Nesse percurso do pensamento filosófico, a Natureza carece de autonomia e a matéria é organizada e impulsionada por forças superiores incorpóreas e intemporais.

No bojo do debate da *sofia* clássica devemos destacar as considerações dos estóicos, uma vez que estes tratam de superar a dualidade mundo-natureza, inserindo o Ser Divino na

natureza. Deus e a matéria seriam dois princípios eternos de uma mesma realidade, sendo que nenhum dos dois pode prescindir da presença do outro. A Natureza é, portanto, não só matéria, mas sim a matéria impregnada de uma *razão divina* e imanente por excelência. Para os estóicos, o mundo tal como existe é bom e não pode existir nada melhor. Isto significa a edição de uma Ética que não é outra coisa que estar submetido na ordem necessária à vida: a ordem natural. Nenhum elemento da Natureza é desprezível e muito menos o é qualquer das relações que ela contém. O ideal humano consistiria – para os estóicos – no domínio das paixões para viver em perfeito acordo e total harmonia com a natureza.

Na contracorrente das posições acima resumidas encontramos Epicuro e seus seguidores, para os quais a Natureza não tem uma ordem nem ordenador. A Natureza seria resultado de seu próprio ser e permanece como tal para sempre. O mundo é um ser sem vontade que obedece as causas eficientes e a libido de um único impulsor: átomos materiais que se movem no vazio.

Até o Renascimento, a concepção de mundo dominante mantinha forte influência de uma leitura religiosa (católica romana) de Natureza, apoiada em princípios filosóficos clássicos. O pensamento aristotélico de distinção entre as esferas sublunar e supralunar conferia um caráter de unidade entre o natural e sobrenatural (desígnios divinos). A revelação era o princípio ordenador da relação homem /natureza, constituindo modos particulares de interpretação onde se instaura a semelhança como tradução do divino nos fenômenos naturais.

Na modernidade, entretanto, com o distanciamento entre a ciência / filosofia / moral e ética, a matéria começa a ser a medida de todas as coisas. O mundo é interpretado como composição originada por uma substância homogênea, repartida ao longo de uma dimensão de espaço e tempo igualmente homogêneos (absoluto, imóvel e vazio). A Natureza estaria regida pelas mesmas leis do tempo e do espaço, portanto, pode ser explicada por suas próprias causas e ela justifica a própria ciência. Descartes confirmava essa assertiva, sobretudo ao comparar o universo com o relógio no qual as partes se movem harmonicamente sem impulso externo, mas que requer um relojoeiro primeiro, que é Deus.

A Natureza é concebida como um universo material e maquínico. Desprovida de propósito, vida ou espiritualidade, a Natureza/Universo funcionava de acordo com leis mecânicas e era explicada exclusivamente em função da organização material e do movimento de suas partes. A Natureza não possuía profundidade nem finalidade. Ela seria criada a cada instante por Deus. E, enquanto tal, a Natureza estava oferecida ao conhecimento e à atividade técnica humana:

“A natureza da matéria, ou do corpo tomado em geral, não consiste em ser uma coisa dura, pesada ou colorida, que atinge nossos sentidos de uma ou outra forma, mas somente em ser uma substância extensa em comprimento, largura e profundidade (...); donde se conclui que a sua natureza consiste apenas no fato de ela ser uma substância que possui uma extensão.” (Descartes, 1996: 2/4).

Esse quadro mecânico da natureza tornou-se o paradigma dominante da ciência no período que se seguiu a Descartes e conduziu a observação científica e a formulação de todas as teorias em relação aos fenômenos naturais. Segundo Capra (1982:56), esse modelo ao se tornar hegemônico promoveu uma profunda mudança na imagem da natureza e teve um poderoso efeito sobre a atitude das pessoas em relação ao meio:

“A divisão entre espírito e matéria levou à concepção do universo como um sistema mecânico que consiste em objetos separados, os quais, por sua vez, foram reduzidos aos seus componentes materiais cujas propriedades e intenções, acreditam-se, determinam completamente todos os fenômenos naturais. Esta visão cartesiana da natureza foi, além disso, estendida aos organismos vivos, considerados máquinas construídas de peças separadas”. (Capra,1982:37)

Tal mudança no mundo das idéias significava também um conjunto de mudanças nas práticas sociais, até então profundamente marcadas pela interdependência entre as experiências espirituais e fenômenos materiais, uma vez a que *perspectiva medieval de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção de mundo como se ele fosse uma máquina, e a máquina do mundo converteu-se na metáfora dominante da era moderna* (Capra:1982:46).

Por outro lado, a vinculação do debate da natureza com a reflexão a respeito do tempo e do espaço ganha, na Modernidade Ocidental, uma relevância particular. Para Issac Newton o espaço absoluto consistiria uma entidade completamente autônoma e separada dos eventos materiais.

O espaço pode ser pensado com um receptáculo universal em sistema de coordenadas que lhe serve de referência. De acordo com essa concepção o espaço é independente de toda a matéria. Significado e substância podem, enfim, serem consideradas como coisas separadas. Mesmo a conceituação de espaço relativo que apenas aparentemente reservaria algum lugar para a matéria é, para Newton, apenas uma posição em relação aos corpos.

O significado da Natureza encontraria profundas mudanças, pois não só se reduzia a uma leitura / estrutura racionalmente concebida de espaço-tempo, como também a uma concepção matemática de mundo e completamente separada da experiência humana.

Para Capra, os postulados modernos a respeito da Natureza implicavam mudanças importantes no âmbito do sistema de valores da sociedade, uma vez que:

“A evolução de uma sociedade, inclusive a evolução do seu sistema econômico, está intimamente ligada a mudanças no sistema de valores que serve de base a todas as suas manifestações. Os valores que inspiram a vida de uma sociedade determinarão sua visão de mundo, assim com as instituições religiosas, os empreendimentos científicos e a tecnologia, além das ações políticas e econômicas que a caracterizam. Uma vez expresso e codificado o conjunto de valores e metas, ele constituirá a estrutura das percepções, instituições e opções da sociedade para que haja inovação e adaptação social” (Capra, 1982:182).

Fundada no determinismo mecanicista, a lógica cartesiana se estendeu e legitimou a uma profunda distinção entre matéria e razão, onde o primado da razão passou a nortear nosso modo de perceber, sentir e pensar o mundo, apartando o físico do social, do cultural, do econômico e do psicológico. Sobre esse tema Boaventura Santos ressaltou que:

“(...) é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de dominar e transformar”. (Santos, Boaventura. 2003:17)

Nesta perspectiva pode-se considerar que uma das conseqüências mais relevantes da mudança de valores no final da Idade Média foi, sem menor dúvida, a ascensão do capitalismo nos séculos XVI e XVII. Assim, a formação da mentalidade capitalista está diretamente ligada à dessacralização da natureza, da matéria e do corpo, agora tratados como *coisa extensa* passível ser controlada, apropriada e usada como recurso e/ou objeto desprovido de atividade e simbologias.

Por outro lado, Sohn-Rethel (apud. N.Smith,1988:118) assevera que o desenvolvimento do conceito abstrato de tempo e espaço se colocava como um corolário subjetivo de práticas sociais conduzidas pela expansão das trocas de mercadorias do comércio internacional em expansão:

“Tempo e espaço tornaram-se abstratos sob o impacto de trocas de mercadorias, sendo marcados por homogeneidade, continuidade e falta de todo o conteúdo natural e material, visível ou invisível (por exemplo: o ar). A abstração da troca exclui tudo o que compõe a história, o ser humano e até a história natural (...) o tempo e o espaço assumem, assim, aquele caráter de temporalidade e universalidade históricas absolutas que devem marcar a abstração da troca como um todo e de cada um de seus aspectos”. (apud. N.Smith,1988:118)

Bruno Latour (2000) critica a modernidade pela fragmentação das coisas e proliferação dos híbridos. Ele nos alerta para a necessidade de reatarmos o nó Górdio, reconstruindo a nossa mal construída vida intelectual, onde a epistemologia, as ciências sociais, as ciências do texto, todas, têm uma reputação, contanto que permaneçam distintas. Para ele, caso os seres que você esteja seguindo ativessem as três linhas, ninguém mais compreenderá o que você diz. Por outro lado, se oferecermos às disciplinas estabelecidas uma rede sócio- técnica, teremos algumas belas traduções. As primeiras extrairão os conceitos, arrancando deles todas as raízes que poderiam ligá-los ao social ou à retórica; as segundas irão amputar a dimensão social e política, purificando-a de qualquer objeto; as terceiras enfim, conservarão o discurso, mas irão purgá-lo de qualquer aderência indevida à realidade e aos jogos de poder:

“(...) multiplicam-se os artigos híbridos que delineiam tramas da ciência, política, economia, direito, religião, técnica, ficção. Mas este fio frágil será cortado em tantos segmentos quanto forem as disciplinas puras: não misturemos o conhecimento, o interesse, o poder, a justiça. Mas estas confusões criam uma mistura, – você dirá-elas tecem nosso mundo? – “que sejam como se não existissem”, respondem os analistas, que romperam o nó górdio(...). O navio está sem rumo: à esquerda o conhecimento das coisas, à direita o interesse, o poder e a política dos homens ” (Latour, 2000:7/8).

Na contra vertente das concepções dominantes de natureza da Filosofia Moderna podemos destacar as contribuições de Espinosa e Marx nos conduzindo para outras sendas de reflexão.

Na Ética, Espinosa aborda duas vertentes antípodas de natureza. A primeira definida como *natureza naturante* seria a expressão de uma natureza ativa e simbólica, constituída e constitutiva da vida humana. A relação de pertencimento e reconhecimento humano da natureza significava um encontro permanente e indissolúvel entre seres e entes, mediados por princípios de semelhança no jogo de diferenças. Essa relação profícua e inacabada entre a

sociedade e natureza definia princípios éticos de convivência entre diferentes. A Segunda vertente colocado em debate por Espinosa refere-se à *natureza naturata*, tratada apenas como um mero objeto ou recurso. Apenas uma força material sem *anima* e disponível aos desígnios da sociedade humana. Infelizmente a Segunda concepção começava a tornar-se dominante nas relações entre os homens e a natureza no próprio período vivido pelo filósofo de origem judaica.

Nas obras de Karl Marx, especialmente nos Manuscritos Filosóficos e Econômicos, encontraremos uma posição radicalmente distinta das defendidas no âmbito do racionalismo moderno. Em Marx a natureza tem uma história humana e, ao mesmo tempo, o homem tem uma história natural. Há, portanto, uma busca de superação da dicotomia homem – natureza, ao introduzir a vida humana no contexto da diversidade natural, sobretudo através da categoria trabalho como forma-conteúdo da mediação entre o homem e o meio natural:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural de forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza.” (apud N. Smith, 1988:71/72)

O processo de trabalho configuraria a transformação das formas naturais em formas sociais, tornando-se condição universal da existência humana. Contudo, não apenas a natureza que sofre mudanças, o próprio homem também as conhece; fundando uma história concreta da natureza. Para Marx a consciência humana do mundo está diretamente associada à produção da vida como superação das necessidades e afirmação da liberdade. Produzindo meios para efetivar sua condição natural humana, o homem constrói uma identidade com a natureza, pois *o homem é diretamente um ser natural equipado com poderes naturais e tem objetos reais, sensoriais, como objeto de seu ser e de sua expressão vital* (apud N. Smith, 1988:71/72). Processo idêntico se daria também no mundo da cultura:

“A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercambio material dos homens como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem

aqui como a emanção direta do seu comportamento material (...) os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelo intercambio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas”. (Marx e Engels, 1999:36)

Podemos concordar com Marx que a natureza não é estranha ou um ser outro diante da atividade humana, como também que a relação do homem com ela tem se modificado ao longo da história, o que faz o conceito de natureza depender fundamentalmente desta relação histórica e varia com ela como construção social:

Segundo Marx, para compreender a evolução humana se fazia necessário compreender o desenvolvimento de seus artefatos, muito mais do que os fósseis. Isto porque as obras humanas representavam o desenvolvimento de seus *órgãos produtivos* e, sobretudo, a evolução da relação humana com a natureza:

“A natureza não constrói máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, teares mecânicos, etc. Esses são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza, ou da participação humana na natureza. Eles são órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana; poder do conhecimento objetivado.” (Marx, apud Foster, 2005:235).

As relações dos homens entre si configuram as ações sobre a natureza, configurando o significado histórico de um modo de produção e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de leitura das formas de apropriação e do conteúdo do uso humano de suas condições ecológico-territoriais de existência.

1.2 – Natureza e Configuração Territorial

O debate da relação sociedade / natureza se fez sempre presente no discurso geográfico desde sua instituição como disciplina científica no século XIX. A forte influência do Positivismo na formação dos geógrafos daquele período teve como consequência primeira a predominância da leitura da natureza como condição ou obstáculo para a evolução da sociedade. Ratzel, por exemplo, considerava obscura e pouco consistente a afirmação que o “homem é produto do ambiente” quando não leva em conta as relações complexas – fisiológicas, psicológicas, culturais e políticas – entre povo e território que favorecem ou

limitam o desenvolvimento de grupos sociais, nações, Estados (*O Homem e o Ambiente*). Para geógrafo alemão, a condição do território (como sítio e posição) era considerada como fundamental, porque:

“Além das influências fisiológicas e geográficas, a natureza exerce ainda outras na medida em que pode permitir pelo menos a um povo ou a uma fração deste ampliar ou reforçar cada uma de suas características ou adquirir outras através de associações adequadas. Um território fechado em si mesmo favorece a formação de um povo homogêneo impedindo ou limitando a penetração de elementos estranhos. Por essa razão as ilhas se caracterizam em geral por uma grande homogeneidade étnica e de civilização de seus habitantes. Ao contrário, um território muito aberto favorece a miscigenação e o cruzamento de povos.”

(Ratzel, apud Moraes, 1990: 59).

O território conformaria a base indispensável para vida do Homem. Tamanha é essa importância que o domínio do território é considerado, por Ratzel, como o elemento crucial para desenvolvimento e progresso humano. A preservação e ampliação do território se elevam a condição política de uma razão de Estado. Emerge daí a concepção de espaço vital que se configura como a expressão de necessidades territoriais de uma sociedade, em função de seu desenvolvimento tecnológico, do tamanho de sua população e de seus recursos naturais.

As relações sociedade e território se constituíram a partir de duas necessidades primeiras: a habitação e alimentação. Cada reposta humana à satisfação de suas necessidades implicaria, segundo P. Vidal De La Blache, na construção de *um palco do desenrolar da história dos homens*. A região seria a síntese cultura- técnica – natureza com obra humana por excelência. A história de um povo é inseparável da sua região, afirmava La Blache no seu clássico *Tableau de la Geographie de la France*, conferindo-lhe os atributos de sua individualidade e personalidade (gêneros de vida):

“Uma individualidade geográfica não resulta de simples considerações da geologia do clima. Não é algo dado de antemão pela natureza. É preciso partir da idéia de que uma área é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou seu germe, mas cujo emprego depende do homem. É ele que, ao submetê-la ao seu uso, ilumina a sua individualidade Ele estabelece uma conexão entre laços esparsos; os efeitos incoerentes de circunstâncias locais, ele substitui por um concurso sistemático de forças. É então que uma área adquire precisão e se diferencia, tornando-se em sentido amplo como uma medalha esculpida pela efígie de um povo.”

(LA BLACHE, quadro da Geografia da França apud Revista Geographias, Ano I, nº1, p.143)

A leitura territorial da relação sociedade e natureza realizada por Vidal De La Blache é assumida como vertente dominante da Geografia francesa, levando o geógrafo Demangeon (1952) a afirmar que o estudo das relações dos homens com o meio físico significa o objeto de primeiro interesse e o objetivo maior da Geografia Humana; *alinhar os fatos humanos em relação com a série de causas naturais, que podem explicá-los e recolocá-los, no encadeamento do qual fazem parte*. Emerge dessa argumentação o conceito de meio geográfico, correspondendo a *um ambiente total sob a influência do próprio homem*.

O meio geográfico não se confunde com a superfície terrestre, embora a incorpore, pois o sentido é mais amplo do que a concepção de meio físico. Ao propor que os estudos devem ser orientados para os grupamentos humanos e suas relações com meio geográfico, Demangeon buscava ressaltar o papel do homem como ator, como agente de mudanças; *graças a sua inteligência e iniciativa, o homem se tornou um elemento que exerce uma ação poderosa sobre a natureza*. Nesta mesma linha de reflexão, Pierre George assegurava que:

“Meio ambiente é o meio global com o qual se defrontam as coletividades humanas e diante do qual elas se encontram em situação de relacionamento dialético, feito de ações e de reações, e que põe em campo todos os elementos do meio”.
(George,1973).

Contudo, as coletividades humanas são distintas no tempo/espço, como já apontava La Blache com seus gêneros de vida. É nesse sentido que George insistirá em traçar demarcações importantes entre as sociedades rurais e as sociedades industriais no que concerne ao relacionamento global com o meio, definindo formas particulares de ecúmeno humano. Essa presença humana plural no mundo conduz ao processo que Santos (2002) chamou de *diversificação da Natureza em estado puro*. Estamos diante de metamorfoses oriundas de energias humanas e naturais que, uma vez desencadeadas promovem rupturas e transformações:

“Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção e autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo em que se vai ampliando a parte da ‘diversificação da natureza’ socialmente construída.” (Santos 2002:131).

Para Milton Santos o significado concreto da *diversificação da natureza* está diretamente relacionado com a divisão social do trabalho e aos territórios. Ora vai depender do conteúdo estabelecido no seio das repartições efetivas do uso humano das técnicas e a localização / distribuição destas no território, a qualidade dos usos da natureza e daí a dimensão de sua transformação:

“(...) À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituído-a por uma natureza inteiramente humanizada.”
(Santos, 1997:51).

Nesta direção, apontada por Milton Santos, Neil Smith busca estabelecer uma relação direta entre a produção do espaço e produção da natureza. Para ele, se o espaço não for concebido conceitualmente como uma realidade separada da natureza, *a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza* (Smith, 1988:109). Essa afirmativa sinaliza um caminho de superação da comum dicotomia entre espaço (como produto da sociedade) e natureza (apenas base da produção do espaço, antítese do trabalho). Ou seja, a natureza não é algo dado, pronto e acabado, sobre a qual o humano exerce o seu trabalho. A natureza é um estar sendo, acontecendo e fazendo, onde o humano tem atuação decisiva. A transformação da natureza como obra humana implica a sua *humanização* como tempo/espaço social e, no mesmo movimento, a *naturalização* do humano como ser do mundo, como assevera Christopher Caudwel:

“A plena compreensão desta mútua interpenetração do movimento reflexivo dos homens e da natureza, tendo como mediador as relações necessárias e em desenvolvimento conhecidas como sociedade, é reconhecimento da necessidade, não apenas da natureza, mas em nós mesmo e, portanto, na sociedade. Vista objetivamente, esta ativa relação sujeito objeto é ciência; vista subjetivamente, é arte; mas, como consciência emergindo em ativa união com a prática, ela é simplesmente a vida concreta – todo o processo de trabalhar, sentir, pensar e comportar-se como indivíduo humano num mundo único de indivíduos e natureza”.
(Caudwel, Ilusion and reality, apud Foster, 2005:13).

As necessidades objetivas e subjetivas da existência constituem a base do movimento de construção do indivíduo humano, assim como a sua superação só é possível quando a liberdade se faz presente, sobretudo para decidir a respeito dos caminhos tangíveis de sua realização. A dialética necessidade / liberdade promove o estar sendo das relações da sociedade com a natureza, revelando a diversidade de sua concretude como trabalho, técnica e cultura. Seriam esses os atributos da construção da Terra como *habitat* humano:

“Hoje, a sociedade humana tem como seu domínio a Terra; Planeta, todo ele, é o habitat da sociedade humana. Na realidade, habitat e ecúmeno são, agora, sinônimos, cobrindo, igualmente, toda a superfície da Terra, pois o planeta e comunidade humana se confundem, num todo único. A presença do homem é um fato em toda a face da Terra, e a ocupação que não se materializa é, todavia, politicamente existente.” (Santos, 1997: 90)

Podemos retomar, então, a idéia de metabolismo homem /natureza indicada por K.Marx, sobretudo quando destacamos o metabolismo, na sua expressão concreta, como um *meio resultante* dos esforços, conflitos, contradições e projetos de uma mesma sociedade no tempo/espço de suas experiências históricas. E, através destes aspectos diferenciados, podemos identificar e avaliar a qualidade das relações dos homens entre si e com a natureza: *as relações limitadas do homem com a natureza determinam as suas (do homem) relações limitadas de um para com o outro, e as suas relações limitadas de uns para com s outros determinam as relações estritas do homem para com a natureza* (Marx e Engels, 1999:47).

Por outro lado, como afirma M. Santos, toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo e diversificando ao longo dos períodos históricos: *as técnicas oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são a marca de cada período da história*” (Santos, 2002: 62).

O autor chama atenção para construção de um modo de configurar o território cada vez mais instrumentalizado e culturalizado sob a égide da técnica. Entretanto, as técnicas não podem ser entendidas como expressões da vontade humana ou da evolução da humanidade. Estas correspondem aos objetivos hegemônicos em cada sociedade, revelando-se como categorias de mediação entre as intencionalidades humanas socialmente construídas e a natureza. Novos objetos espaciais emergem com advento das técnicas, assim como novas fisionomias territoriais nas quais se inscrevem os grupos humanos.

É nesse âmbito que a configuração do território pode ser compreendida como um processo desigual de apropriação e uso que exteriorizam *geografias* da relação sociedade/natureza, no que concerne às condições materiais, aos investimentos simbólicos e aos atributos do trabalho como exercício da vida. Como afirma Godelier:

“Designa-se território uma porção de natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram que ela deseja e é capaz de explorar” (Godelier, apud Haesbaert, 2004:56).

As condições históricas de acesso, controle e uso material e simbólico dos recursos de uma *porção da natureza* definem o significado da configuração território. É possível identificar, portanto, o ordenamento territorial como processos de ocupação /organização do território sob determinadas condições / regulações de apropriação e uso de suas condições biofísicas, socioeconômicas, culturais e políticas. Estes singularizam cada espaço geográfico, segundo as lutas e as demandas próprias dos atores sociais envolvidos.

Toda ação de ordenamento territorial se realiza, afirma Angel Cabeza (2006:55), *sobre um espaço no qual existe uma organização resultante da interação sociedade-natureza através do tempo*. Luis Coraggio (1979) argumenta na mesma direção ao destacar que tanto as relações como os processos sociais se realizam por meio de um substrato físico e biológico e, como diz o autor: *quando se alude às formações sociais concretas, nós também estamos nos referindo aos complexos estratificados de natureza social e também natural* (Coraggio,1979:06). Isto significa que para compreender o ordenamento territorial de uma dada sociedade se faz necessário uma leitura de princípios, processos e distinções que explicam a relação de grupos sociais com a natureza e, evidentemente, a sua disposição espacial inerente.

Trata-se, portanto, de colocar a temática do ordenamento territorial em planos teórico-metodológicos mais abrangentes, principalmente ao incorporar a relação sociedade/natureza como um princípio balizador da análise. Um outro desafio que acompanha esse esforço intelectual é tomar o tempo e o espaço como processo histórico de continuidades e descontinuidades expressas como forma e conteúdo do movimento da sociedade. Por fim, a abordagem crítica das ações de configuração do território exige o reconhecimento de conflitos, distinções e contradições nas oportunidades de apropriação e uso do meio como abrigo e recurso para o exercício da vida.

CAPÍTULO I I – Cidade e o Recôncavo: apropriação e uso da natureza.

2.1 Entre o mar e a montanha: a urbi carioca.

Figura 1- O Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1502



Fonte: Jornal O Globo 5/11/2005

“Quando os colonizadores aqui aportaram, a natureza era pródiga e bela. A paisagem era majestosa, o mar batia diretamente nos pontões e costões que a emolduraram. Os manguezais se estendiam por quase todo o litoral, orlando enseadas e estuários, assegurando a produtividade da baía. Uma dezena de laguna e brejos alinhava-se na retaguarda de restingas, com praias de areias alvas. Pitangueiras, cajueiros, bromélias e cactos enfeitavam os cômodos de restingas e dunas. Os rios de águas transparentes descreviam meandros, antes de atingirem amplos estuários e enseadas. As ilhas paradisíacas, os morros e as serras eram cobertos por uma exuberante floresta tropical, habitat de abundante e variada fauna (...)” (Amador, 1992:201)

Entre o encontro primeiro com a baía e a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a principal forma de relação comercial das *terras novas* com a metrópole portuguesa estava concentrada na extração do pau-brasil. Entretanto, com as constantes invasões francesas, crescia a necessidade da Coroa Portuguesa exercer o controle deste território. Para isso, o Estado Português encaminhou, em 1565, uma expedição chefiada por Estácio de Sá para expulsar os franceses e colonizar o território. Estácio de Sá, então, fundou um pequeno núcleo de povoamento entre o morro Cara de Cão e Pão de Açúcar.

Figura 2 – Os morros que balizavam a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

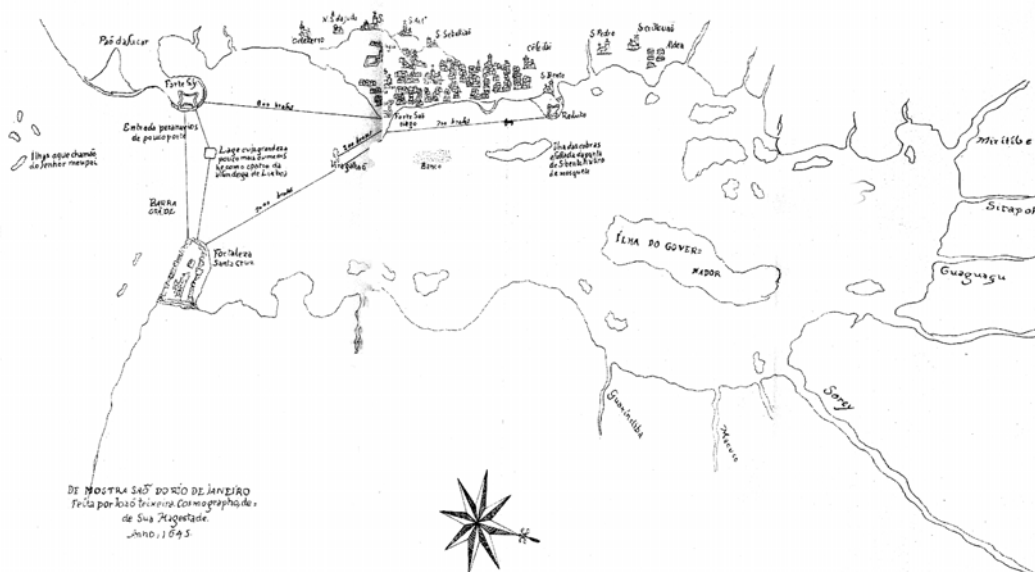


28

Nas primeiras décadas de construção da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, quatro morros balizavam o novo sítio – Castelo (São Januário ou Descanso), São Bento, Santo Antônio e Conceição – com apenas 150 habitantes que aos poucos se multiplicavam e expandiam-se pelas partes planas e alagadiças². Iniciava-se a longa luta contra os brejos, pântanos, lagoas, montanhas e florestas consideradas como adversários à edificação contínua da cidade colonial. Lamego (1948) acreditava que a excepcional situação geográfica da Guanabara fez o Rio de Janeiro pertencer à categoria de capitais naturais³, mesmo considerando os “*enormes obstáculos a romper para sua expansão urbana*”. É evidente que dentre estes *obstáculos* estava a própria Natureza.

Pouco depois da fundação da cidade ou do arraial primacial denominado Vila Velha, a Coroa Portuguesa, visando à ocupação e o controle colonial mais efetivo das terras ao redor da Baía de Guanabara, repartiu-as e doou-as à militares, nobres, jesuítas e índios catequizados no regime de sesmarias⁴.

Figura 3 – Planta da cidade do Rio de Janeiro e do Recôncavo da Guanabara – 1645



Fonte: Maria Novais Pinto – Revista Brasileira de Geografia, abril – junho 1965⁵ p.29

² “As próprias edificações religiosas, em torno das quais sempre agruparam as povoações, começaram aí se elevar. Tais foram a Igreja da Misericórdia, de nossa Senhora do Ó, no local onde hoje assenta-se a Catedral, e a de Santa Luzia, na rua deste nome, na época denominada praia da piaçava, hoje substituída por aterros” (Pinto, 1965:214).

³ “(...) cidades que teriam sido vivas e populosas como núcleos de relações industriais, comerciais e agrícolas, mesmo se o Estado não houvesse feito delas centro de suas atividades” (Lamego, 1948:163)

⁴ Lei de Sesmaria – datada de 26 de maio de 1375. A sesmaria como tipo de propriedade concedida em terras do Brasil buscava obrigar os proprietários a cultivarem a terra e fazer progredir a agricultura para suprir a demanda da população de gêneros alimentícios.

⁵ Mapa a Cidade de São Sebastião em 1645 usado por Maria Novais Pinto no seu artigo -A cidade do Rio de Janeiro: evolução física e humana - Publicado da Revista Brasileira de Geografia Abril- Junho de 1965.

Segundo Amador (1992), nesta época, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro possuía pouco mais de três mil e oitocentos habitantes e as margens da Guanabara e todo seu recôncavo já estavam ocupados antes do final do século XVI com uma população de aproximadamente vinte mil habitantes. Estes iniciavam o desmatamento de várzeas, brejos e manguezais interiores para dar início a cultura da cana-de-açúcar e suprir os colonizadores com recursos, especialmente, a lenha. O processo impiedoso de apropriação e uso da natureza ganhava dimensões territoriais mais amplas, marcando de modo emblemático o sentido do ordenamento do território:

“Este cenário paradisíaco, embora decantado por todos os visitantes ilustres que o conheceram, não durou muito tempo. Primeiro, com a rapinagem do pau-brasil; depois, com as preocupações de defesa, que levariam à fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, continuando com ciclos econômicos da cana de açúcar, mineração, café e, finalmente, da industrialização. A região foi sendo ocupada, as matas sucumbiram, o sítio impróprio, com função defensiva, improvisadamente foi se transformando em cidade portuária e comercial, que, para crescer, soterrou lagunas, brejos, manguezais, estuários, enseadas e ilhas. Os modelos de desenvolvimento, que sucederam à colonização, inicialmente o agrícola exportador e depois o urbano industrial, ambos subordinados aos interesses do capital internacional, promoveriam, para se desenvolver, modificações radicais no cenário físico e humano da região da Baía”. (Amador, 1992:202)

O rápido crescimento populacional e a necessidade de água potável conduziram, já no primeiro século de fundação da cidade, a necessidade de galgar novos sítios para além do núcleo inicial do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição e das estreitas *tarjas de abas* de morros e restingas⁶.

A cidade se expandiu sobre vias tortuosas – ruas da Ajuda, São José, Santa Luzia, Chile e Misericórdia – ao sopé do morro do Castelo para, segundo Lysia Bernardes (1992:39), evitar o brejo e alcançar a Praia do Peixe. Nestas ruas, entre o sopé do morro e a planície, surgiam as primeiras capelas que mais tarde deram lugar às igrejas. Para o outro lado, a expansão processou-se através da parte plana e, sobretudo, na direção Castelo / São Bento alçando a atual 1º de Março e a Candelária, dando origem a um quadrilátero de ruas

⁶ “A área plana entre o morro do Castelo (contornado pelas ruas Santa Luzia, misericórdia, São José e Melvin Jones, antiga rua da Ajuda que se estendi até o Monroe, posteriormente chamada rua Chile) e o morro de Santo Antônio (entre as atuais ruas Evaristo da Veiga, Senador Dantas, Lavradio e Carioca), hoje arrasados, e os morros de São Bento e da Conceição, era quase que totalmente alagada” (Pinto, 1965: 210).

perpendiculares a Primeiro de Março. Iniciou-se, então, a abertura de ruas transversais que esquinavam a Praia Manoel de Brito em direção a Lagoa do Boqueirão. Aos poucos, novas ruas – Assembléia, Alfândega, Pescadores, Rosário, Buenos Aires, São Pedro – foram cruzadas sobre o pântano e o brejo até a formação de quarteirões.

Segundo Lysia Bernardes (1992:42), a cidade derramou-se sobre a planície encharcada, *arduamente conquistada* por aterros e obras de drenagem, em três direções: para o oeste, entre o maciço montanhoso e o alinhamento da Conceição – Providência; ao norte, na faixa de marinha entre esses morros e o mar; para o sul, pela faixa de terra entre a encosta da Carioca e as praias até alcançar o Largo do Machado. Assim, os ‘obstáculos’ – Lagoa do Boqueirão⁷ e da Lagoa do Desterro – que dificultavam o espraiamento da cidade foram, pouco a pouco, sendo aterrados, vencidos.

No século XVII⁸, a crescente pressão demográfica e o desenvolvimento do comércio exigiam a ampliação dos poderes políticos e administrativos do Rio de Janeiro. Para tanto, o centro econômico da cidade começou a deslocar-se para a planície e a zona urbana a ampliar-se para além da rua da ‘Vala,’ estendendo-se às imediações do Campo da Cidade, atual Campo de Santana. Foram construídos armazéns, trapiches, fortificações e prédios públicos sobre o aterro sistemático desta região balizada pela Rua dos Ourives que limitava a *zona mais pantanosa e semeada de lagoas*.

Além desta área central, a cidade já se fazia notar pelos novos *caminhos* traçados para incorporar as áreas agrícolas em desenvolvimento. Dois destes caminhos partiam da Rua da Ajuda em direção ao maciço montanhoso da Carioca. Um seguia em direção à praia Vermelha onde se localizavam várias chácaras com plantações de frutas e cereais e à lagoa Rodrigo de Freitas, onde se encontravam numerosos engenhos de açúcar. O outro alcançava os vales do Rio Comprido, Catumbi e Tijuca, em direção aos engenhos de cana- de- açúcar que floresciam nas margens mais imediatas da área central.

Mais afastada das margens imediatas da cidade, a localidade de Santa Cruz ganhava importância neste período principalmente devido aos jesuítas que impulsionavam – com a construção de pontes, fornos de cal, pequenas oficinas e olarias e a limpeza de canais fluviais – a construção de engenhos de açúcar, a criação de gado e a realização da pesca. A cidade começava a criar a sua região.

⁷ “(...)Denominava-se então lagoa Boqueirão da Ajuda, cujo o seio compreende o espaço desde a ponta da Misericórdia até o monte de Nossa Senhora da Glória” (Lamego, 1948:172).

⁸ Para Amador (1992:220) o recôncavo da Guanabara e a cidade do Rio de Janeiro já no final do século XVII possuíam uma população de aproximadamente 50000 habitantes - cidade 20000 hab e recôncavo 30000 hab.

O início do século XVIII foi marcado pelo fortalecimento da função portuária e comercial da Cidade, destacando-a como o principal escoadouro da produção açucareira do recôncavo. Contudo, a descoberta e a conseqüente exploração aurífera em Minas Gerais e o fechamento das estradas da Bahia e do Espírito Santo para a região mineira foram fundamentais para atribuição de novos papéis à cidade do Rio de Janeiro: a afirmação do controle metropolitano da colônia e do espaço de centralidade da exportação do ouro das "Gerais". Florescia, paralelamente, um comércio mais ativo de bens manufaturados importados e de gêneros alimentícios destinados aos arraiais e vilas das "Minas Gerais", dando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro novos impulsos de expansão territorial e populacional.

Figura 4- O Rio de Janeiro do Século XVIII



Fonte: Jornal O Globo 5/11/2005

Neste período, tão grandes eram as exigências imediatas de solos enxutos para a expansão urbana, que as planícies eram dissecadas em um ritmo crescente. Não se procurava acabar simplesmente com o *paul*, dessecando-o por drenagem, colocava-se simplesmente, como se faz ainda hoje, o aterro por cima (Lamego,1948:164; Pinto,1965:210)⁹. Desse modo as ruas iam surgindo, brotando sobre os aterros que, progressivamente, extinguíam as lagoas (da Pavuna (1725), da Panela, da Lampadosa, do Desterro e da Carioca), secavam os

⁹ "(...) Sentinela (...) diz Ter existido entre a rua Conde De Catumbi e a rua do Senado, tendo por escoadouro natural o Saco de São Diego- cujo remanescente é o Canal do Mangue- , o qual vinha até a atual praça da República. (...) A lagoa da Lampadosa ou do Pole ia da praça Tiradentes até a AV. Passos (...). A da Pavuna localizava-se atrás da Igreja do Rosário. A do Desterro entre os morros de Santo Antonio e Santa Teresa, e, a da Carioca ocupava a atual praça Duque de Caxias (...) prolongando-se em mangais até Botafogo" (Lamego 1948:164).

Enquanto as ações na planície desdobraram-se através de formas transformadoras da *natureza natural*, os morros circunvizinhos à urbi primordial também começaram a ser habitados. Ordens religiosas ocuparam outeiros e morros em busca de posição estratégica para o exercício de suas finalidades colonizadoras (simbólicas e materiais). Além disso, as áreas mais elevadas eram consideradas como mais salubres quando comparadas às planícies, povoadas das *indesejáveis* lagoas, pântanos e brejos.

A busca por uma *vida mais salubre* foi motivadora da expansão de chácaras pelos vales do Catete e Laranjeiras. Mansões, também, tomavam a direção à zona sul, povoando as restingas e encostas de morros voltados para a praia da Lapa e enseada da Glória.

A partir de 1761, a exaustão da extração do ouro das “Gerais” foi acompanhada de medidas de recrudescimento do controle da metrópole portuguesa. Para garantir a proteção dos interesses metropolitanos, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à condição de capital da colônia e sede do vice-reinado. A expansão territorial prosseguia e a população da cidade, com tanta riqueza e movimento, deu um salto de trinta mil habitantes, no início do século, para cinquenta mil no final do século XVIII acarretando inúmeros problemas urbanos.

É preciso destacar que por todo o século XVIII, apesar do domínio da produção do açúcar na ocupação agrícola da Guanabara, outras atividades econômicas marcavam o uso do território durante todo o século. No distrito de Guaratiba, que se estendia de Itaguaí a Jacarepaguá. Alberto Lamago (1948:229) identificou 8 olarias, 88 fábricas de farinha, 6 mil manufaturas de anil, além de diversas fazendas de gado. Em 1796, a população do daquele distrito já alcançava 17927 habitantes, dos quais 10.064 eram escravos, demonstrando um franco crescimento demográfico das regiões distantes.

Essa ocupação da Guanabara fez emergir em sua orla um grande número pequenos portos como o de Pilar, Estrela, Porto das Caixas, Suruí (Amador, 1992:219) associados à produção de engenhos erguidos com a partilha das sesmarias iniciais. Contudo, essa associação entre a produção agrícola e os pequenos portos no recôncavo estava vinculada aos imperativos das casas comerciais e aos desígnios dos colonizadores instalados na urbi primordial, reforçando o seu papel de eixo nevrálgico na economia agroexportadora e do comércio interno colonial, sobretudo, com as Minas Gerais. Consolidava-se, neste período, o domínio da aristocracia rural, acompanhado dos grupos vinculados ao capital comercial que tinham seus interesses enraizados na cidade do Rio de Janeiro. Estes teciam a fisionomia social dominante da relação cidade – região no período colonial.

crescimento da cidade para oeste começa a aterrar a Lampadosa e a do Campo de Sant’Ana onde chegavam os grandes pântanos da Sentinela(...)” Lamago (1948:172).

Como podemos observar, a colonização portuguesa fincava raízes cada vez mais profundas no território carioca. Sua marca era a conquista. Conquista de terras, de águas, montes, florestas e de *negros da terra* de além mar. Todavia, colonizar significa também, para os conquistadores, *humanizar* um continente *intocado pelas mãos de Deus e pela obra civilizadora da cultura*. Era preciso vencer o mundo novo: incompleto, inferior e insalubre.

Os continentes da América representavam um mundo novo, recém saído das águas do mar, e como afirmava Buffon (apud Gerbi, 1996:6), *mal tivera tempo de secar*. Pântanos, brejos, lagoas e mangues eram exemplares para definição de continente úmido que fazia *um infinito pulular de insetos, ofídios e batráquios sempre insidiosos para salubridade de gente civilizada*. A América precisava do trabalho humano, *o cultivo das terras, a regulamentação do curso dos rios, a criação de animais e a drenagem das águas estagnadas* que, segundo Hume (Essays), modificaria lentamente o estado de salubridade.

A determinação da inferioridade da Natureza na América correspondia também ao estágio de seus habitantes originais. De Pauw (Recherches) sustentava que o continente americano era simplesmente inculto, pois seus habitantes eram bárbaros, dedicados mais à caça e à pesca que à agricultura. Sem conhecer o Deus apostólico romano, o Estado e as técnicas, os homens e as mulheres da América viviam no pecado, na desordem e no atraso, ou seja, eram considerados como primitivos absolutos.

Para completar esse quadro de negação completa da alteridade, a América também era considerada insalubre, tanto para a gente civilizada como para animais superiores. E, por isso, exigia empenho de vencer uma natureza inóspita tanto quanto desconhecida. Georges-Louis Leclerc, Conde De Buffon, destacado naturalista do final do século XVIII, nos revela o espírito colonizador da Natureza na América:

“Tudo parece coincidir em provar igualmente que a maior parte dos continentes da América era terra nova, ainda fora alcance da mão humana e na qual a natureza não teve tempo de estabelecer todos os seus planos, nem de se desenvolver em toda a sua extensão: que os homens são frios e os animais pequenos porque o ardor de uns e a estatura de outros depende da salubridade e do calor do ar; e que dentro de alguns séculos quando se tiverem arroteado as terras, abatido, as florestas, regularizado os rios e contido as águas, esta mesma terra passará a ser a mais fecunda, a mais sã, a mais rica de todas, como já parece sê-la em todas as partes onde o homem a trabalhou.” (Buffon, apud Gerbi, 1996:27)

É importante destacar, portanto, que o desapeço com determinadas expressões da história natural da Natureza não se constituiu única e exclusivamente pelas necessidades objetivas da ocupação colonial do território. Havia, em larga medida, um conjunto de

representações que F. Turner (1990) traduziu como *espírito ocidental contra a natureza*. Terras selvagens, Natureza insalubre e Mundo inacabado eram expressões recorrentes dos naturalistas do século de XVIII que, ao seu modo, justificavam a obra colonizadora, tão devastadora das condições ecológicas dos territórios das Américas, como dos seus conteúdos sócio-culturais de seus mais diferentes povos. No dizer de F. Turner (*op. Cit.*), *nenhuma terra que o ocidente desconhecia – ou vagamente suspeitava – foi tão radicalmente transformada, tão completamente ocidentalizada como a terra americana*. Reconhecemos, assim, profunda negação de formas da Natureza e conteúdos de modos de vida que presidiu a empresa colonizadora e, sem dúvida, construiu uma cultura de violência diante de tudo e de todos que traduziam a diferença do ser e estar no mundo. A Cultura de rejeição e redução do *Outro* atravessou a formação da nossa sociedade e, inclusive, alcançou os nossos dias, como buscaremos demonstrar no curso de nosso trabalho.

Retomando o debate a respeito da formação sócio-territorial da Guanabara, a progressiva conquista da planície ganhou enorme impulso com o café que estabeleceu a ampliação da relação cidade / região.

A cultura cafeeira, iniciada timidamente em 1760 no jardim do Convento dos Frades Barbadinhos (na atual Rua Evaristo Veiga), trouxe uma nova força para a cidade e engajou-a em um novo ciclo econômico. A produção cafeeira redirecionou as energias da colonização do território e passou a orientar o desflorestamento das encostas para dar lugar às lavouras da rubiácea. Redefinia-se, nesse momento, a apropriação e o uso do território, como afirmou Lamago:

“Abandonava-se a planície, o alagadiço enxaguado e mesmo o brejo dessecado. Uma ofensiva de machados assaltava os morros, desbastava encostas de montanhas numa contínua derrubada de florestas.” (Lamago, 1948:231).

O cultivo do café expandia-se rapidamente pelos contornos da Guanabara. Poucos anos depois da sua implantação, ele já se difundia através do território carioca alcançando o arraial de Mata-Porcos, a freguesia de Campo Grande e outros sítios e freguesias. Mesmo com uma ocupação pontual e descontínua devido a uma organização econômica ainda voltada para outros produtos de exportação, a que Abreu (1992:70) denominou *um comportamento*

extremamente errático do fruto, no final do século XVIII o cultivo do café encontrava-se em franca expansão territorial¹¹.

Na primeira década do século XIX, sítios e fazendas de café, movidos pelos braços escravos, iam se estendendo por toda a cidade – Alto da Boa Vista, Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio Comprido, Laranjeiras, Cosme Velho, Jacarepaguá, Campinho, Cascadura, Barra, Rio das Pedras, Mendanha e nas *bandas d' além* (outro lado da baía – Niterói e São Gonçalo), Abreu (op. Cit. P.72).

Segundo Lamago (1948:198), o povoamento das *bandas d' além* data do primeiro século com a partilha das sesmarias iniciais e a construção de fortificações¹² para a defesa do território. Contudo, é no século XVII *que teremos o assalto decisivo contra a terra, a tomada do solo pelo homem para o advento da cultura* nas bandas d'além. Para este autor, entre os fatores ativadores desta ofensiva para o domínio da gleba, podemos ressaltar as plantações de cana-de-açúcar e a localização de ordens religiosas que foram fortalecendo pequenos núcleos de ocupação, através da fundação de capelas e igrejas e do escoamento de produtos agrícolas para a cidade do Rio de Janeiro. Para Lamago (op.cit.), nenhum destes povoados de colonização cresceu a ponto de se tornar uma Vila até a Segunda fase de expansão da cana-de-açúcar. Após este período, esses *núcleos primitivos* se expandiram e formaram povoados mais densos que originaram os primeiros alicerces de fundação das cidades de Niterói e São Gonçalo, no início do século XIX.

Para Abreu, apesar de espalhado pelo território, era no alto e nas encostas do Maciço da Tijuca que os cafezais estavam presentes em maior número, ceifando a mata e transformando a natureza. As manchetes de jornais da época mostravam que até a década de 1830, existiam ainda áreas de mata virgem e que, a partir desta data, os anúncios que proclamavam a existência dessas terras intocadas tornaram-se cada vez mais escassos (Abreu.1992:76).

Além da expansão cafeeira e da cristalização da aristocracia rural, a chegada da família real e a abertura dos portos muito contribuíram para as rápidas e profundas transformações no cenário político-econômico¹³ da cidade e refletiram, também, em profundas transformações nos cenários sócio- culturais e urbano-ambientais do século XIX.

¹¹ Podemos demonstrar essa rápida expansão territorial da produção cafeeira a partir dos números apresentados por Caio Prado Júnior. Eles sugerem que o Rio de Janeiro, principal produtor de café durante três quartos de século, exportou para Lisboa e Porto apenas 79 arrobas do novo produto em 1779. Porém, em 1796, a exportação atingiu a cifra de 8495 arrobas e em 1806 alcançou 82.245 arrobas. (Prado Jr. 1981:160)

¹² “O forte de Gragoatá, também antiqüíssimo, já existia em 1600 (...)” (Lamago,1948:197).

¹³ Ver Caio Prado Jr. 1981:140

Nesse contexto, a cidade continuava a conhecer importantes mudanças, agora com calçamento de ruas, iluminação pública e o enxugamento parcial dos pantanais de São Diego e da Lagoa da Sentinela, além da captação das águas do Rio Comprido ligando-as ao aqueduto do Catumbi que desaguava nos chafarizes dos Lagartos (Campo de Santana) e das Lavadeiras.

Entre 1808 e 1818 para que a demanda por habitação, principalmente para a nova corte, fosse suprida, chácaras em localidades como Glória, Catete, Laranjeiras, Botafogo, Santa Teresa, Cosme Velho, São Cristóvão e Tijuca foram convertidas em residências e 600 sobrados foram edificadas na cidade. A oferta de novas habitações, no entanto, não era para todos. Tal expansão contrastava com o notório adensamento da população de escravos e trabalhadores livres – que possuíam pouco poder de mobilidade – nas áreas centrais da urbi primordial, especialmente nas freguesias da Candelária, São José, Gamboa, Saúde e Santo Cristo.

Figura 6 – O Rio de Janeiro em 1817



Fonte: Jornal O Globo 05/11/2005

Embora a cidade do Rio de Janeiro apresentasse, em 1821, de forma modesta, restringindo sua área urbana basicamente às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, era notável um abrupto aumento populacional. De 1821 a 1838, a população aumentou em 22% atingindo a cifra de 97.162. O recenseamento realizado em 1849 alcançou a cifra de 205.906 habitantes, sendo 116.319 pessoas livres, 10.732 libertas e 78.855 escravos.

A forma da ocupação / incorporação de novas áreas à cidade ganhou um sentido urbano, e não mais marcadamente agrícola. Prosseguiram, entretanto, as mesmas práticas de conquista da Natureza iniciada com aterramento e drenagem de lagoas, brejos e manguezais.

No período 1808 –1870, todo o litoral do Caju a Botafogo foi assolado com diversas intervenções nas condições naturais. Bucólicos cenários de pescadores – Alferes, Gamboa, Valongo, e Prainha¹⁴ - ganharam novos aterros, instalações de trapiches e ancoradouros para a satisfação da nova demanda dos produtos de exportação, enquanto Catete e Gloria tiveram suas praias aterradas para ocupação *aristocrática* cidade. Iniciava-se um conjunto de ações de desterritorialização de usos e modos de vida considerados incompatíveis e indesejáveis diante da criação de terras urbanizáveis.

No período em tela houve um adensamento do casario do velho centro (antigas residências das classes sociais mais abastadas), bem como das ruas do antigo pantanal de Pedro Dias. Destaca-se, também, a inauguração da Cidade Nova (Cidade Nova, Estácio e Catumbi) possibilitada pela abertura do canal do Mangue em 1857 que permitiu a drenagem e o total aterro da Lagoa da Sentinela e dos brejos de São Diego. Vencidos esses “obstáculos” – Sentinela e São Diego – a cidade alcançou São Cristóvão (Quinta da Boa Vista – residência da Família Real) e começou a expandir-se para os subúrbios atuais – Andaraí, Engenho Novo, Tijuca, Méier, Piedade, Cascadura – já antes da proclamação da República.

A expansão da forma urbana também penetrou nos vales cariocas de Laranjeiras até a Gávea. Como lembra Lysia Bernardes (1992), novas ruas foram edificadas – Glória, Catete, Machado, Laranjeiras, Caminho velho de Botafogo, Senador Vergueiro, Marques de Abrantes, Berquo, Gal. Polidoro -, configurando pontos de partida para os futuros aterros da zona sul.

Neste período, de movimento das classes mais abastadas em direção aos arredores da cidade, também pode ser assinalado como um momento de proliferação dos cortiços e casas de cômodo e pensões, entre outras formas de habitação coletiva no centro. Para tornar esta situação cada vez mais severa, freqüentes levas de imigrantes não paravam de chegar à cidade, ampliando o uso de habitações precárias que, a partir de então, passou a constituir uma das marcas da paisagem da cidade.

As preocupações em relação às epidemias (cólera e febre amarela), oriundas do precário saneamento básico da cidade, passaram a fazer parte do cotidiano das classes mais abastadas. Estas buscavam se afastar da área central contribuindo, assim, para a expansão das frentes urbanas em áreas situadas no sopé da Carioca. Um outro tipo de relacionamento entre a cidade e suas montanhas estava sendo selado, agora comandado pela busca de extração de

¹⁴ No século XVIII esta região já havia sofrido bruscas modificações. “Em poucos anos, aterros, trapiches e ancoradouros modificariam o perfil do litoral.(...). O vice- rei Marques do Lavradio promove a dissecação e aterro do brejo do Valongo e Prainha e, transfere do Calabouço para o Valongo os armazéns de escravos, dando para esta área um uso sujo, como a ela se referem alguns autores” (Amador, 1992:221).

uma renda da terra que não tinha nenhuma relação com as *propriedades físicas e químicas do solo* (Abreu, 1992:69), mas sim, com suas propriedades locais. Com isso, Botafogo e Tijuca viram suas antigas chácaras serem retalhadas com a abertura de novas ruas e com início da demarcação de loteamentos urbanos.

O ano de 1843 foi marcado por uma destruidora praga que assolou os cafezais do maciço, seguida de uma grande seca que provocou mais uma vez profunda crise no abastecimento de água. As fontes supridoras de água da cidade estavam localizadas no maciço da Carioca que, tomado pelo café, encontrava-se em profundo estágio de degradação: exaustão do solo, acelerado processo de erosão pela verticalização do plantio e carência de técnicas adequadas às condições da Natureza.

Para Abreu (op.cit.), o ano de 1843 pode ser considerado o marco divisório da história da cidade do Rio de Janeiro, pois os problemas conjugavam-se de modo cada vez mais explícito. Para tentar enfrentar pelo menos parte deles, o Governo Imperial criou uma comissão para diagnosticar e apontar possíveis soluções definitivas que preservassem a cidade contra futuras calamidades. Era indispensável que medidas enérgicas, como o reflorestamento do Maciço da Tijuca e Paineiras, a desapropriação de lotes em todas as cabeceiras e vertentes dos mananciais dos rios Maracanã e Carioca e a proibição da derrubada de matas, buscavam reduzir os danos de uma ocupação violenta e devastadora de morros, encostas e margens de rios, fossem tomadas.

Estas medidas deveriam ser postas em prática imediatamente, porém foi somente a partir de 1855 que parte destas exigências foram efetivadas. A retirada da cultura do café do maciço tornou-se somente uma questão de tempo. Assim, 1860 as terras do alto do Maciço foram incorporadas ao Patrimônio Nacional fazendo com que, por volta de 1870, a floresta começasse a renascer.

Neste período, o Governo Imperial iniciou, também, ações mais efetivas que buscavam o saneamento das áreas mais antigas da cidade. Em 1847 o lixo coletado regularmente nesta área passou a ser depositado no Caju, nas ilhas de Sapucaia e Bom Jesus, e na enseada de Inhaúma e, em 1853, foi iniciada a coleta de esgoto por uma companhia inglesa que, a partir de 1862, passou a tratar os efluentes na primeira estação de tratamento do Brasil - a Estação de Tratamento de Esgoto da Glória. Deste momento em diante os aterros e a destruição de manguezais com os depósitos de lixo avançaram ao longo de décadas por toda a Guanabara.

Paralelo a estas ações o mercado de terras urbanizáveis crescia. Milhares de lotes eram postos à venda fazendo emergir novos *arrabaldes* que deixavam cada vez mais a área central

como lugar de residência dos pobres (Abreu, 1992:84). Foi nesse movimento que Vila Isabel começou a ser incorporada a área urbana, embora sem constituir uma expansão contínua pois ainda teriam que ser *vencidos* os alagadiços do Maracanã, Joana e Trapicheiros para constituir solos urbanizáveis, que consolidariam a contigüidade da forma urbana.

Como vimos, no início do século XIX, a cidade ganhou novas direções de expansão territorial. Para Lysia Bernades (op.cit.), este impulso deveu-se a um notável crescimento populacional acompanhado das ampliações de função da cidade. Em 1808, eram 70 mil habitantes e no final do século XIX, eram 500 mil. A autora também nos aponta que o século XIX viu o nascimento de diversos dos atuais bairros do Rio de Janeiro (Engenho de Dentro, Meier, Piedade, Sampaio, Quintino, entre outros) proporcionado pela difusão de transportes – ônibus, bondes e trens – que passaram a ligar pontos relativamente longínquos da cidade.

As linhas férreas e de carris cumpriram um papel especial na expansão territorial da cidade. A partir de 1850, foi inaugurado o primeiro trecho da atual Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), possibilitando a ocupação de vasta área suburbana, por ela servida. Abreu (1988:50) nos lembra que *a existência de uma linha férrea de subúrbios até Cascadura incentivou de imediato, a ocupação do espaço intermediário entre esta estação e o centro*. Pequenos núcleos rurais, a partir de então, passaram a atrair pessoas em busca de moradia barata. O resultado foi o crescimento da demanda por transporte e a conseqüente necessidade de aumentar o número de composições e de estações. A inauguração da EFCB, assim como das Estrada de Ferro Rio D'ouro (1883) e a Estrada de Ferro Leopoldina (1886) foram de imensa importância para a ocupação dos chamados *subúrbios carioca* que, na década seguinte ganhou maior densidade com a inauguração das estações de Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Méier, Mangueira, Encantado e Madureira.¹⁵

Do outro lado da baía, as terras das *bandas d' além- Niterói* ganhava uma paisagem urbana mais expressiva, principalmente a partir da inauguração do serviço regular de barcas para Niterói em 1835 e de barcas a vapor em 1862. Segundo Abreu (1988:42), este serviço marcou o início do controle dos serviços públicos das cidades pelo capital internacional.

Enquanto as empresas estrangeiras controlavam o setor de serviços urbanos (iluminação, transporte, esgoto, água) através de concessões do Estado, o capital nacional passou cada vez mais a ser aplicado em propriedades, principalmente em imóveis, nas áreas

¹⁵ “A estrada de Ferro Rio D'Ouro desenvolveu pequenos núcleos ao longo de suas linhas (dentre as quais se destacam Inhaúma, Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Areal (atual Coelho Neto) e Pavuna). (...) também chamada Estrada Norte (futura Leopoldina Railway), teve seu papel indutor muito mais importante que a Rio D'Ouro. Sua primeira linha inaugurada a 23/04/1886, entre São Francisco Xavier e Merity (atual Duque de

servidas pelas linhas de bondes e ônibus puxados a burro que, a partir de 1868. A expansão do capital internacional e nacional, nesse período, também desempenhou um papel fundamental na expansão da cidade, sendo decisivos na modificação de sua forma e conteúdo sócio-espacial.

Para Abreu (1988:44), o avanço dos meios de transporte possibilitou a expansão da cidade e permitiu a sofisticação de uma dicotomia núcleo periferia que já se esboçava antes da década de 1870, ou seja, a mobilidade proporcionada por trens e bondes tornou possível a distinção das áreas urbanas: trens conduziam ao subúrbio a população de menor renda; bondes levavam os ricos para a zona sul:

“Em outras palavras, o bonde fez a zona sul, porque as razões de ocupação seletiva da área já eram realidades. Já o trem veio responder a necessidade de localização de pessoas de baixa renda e atividades menos nobres (indústrias por exemplo).” (Abreu 1988: 44).

Por outro lado, a modernização e ampliação das atividades fabris, principalmente das indústrias têxteis – e conjunto de suas demandas de externalidades – implicou o reordenamento de alguns bairros. São Cristóvão, por exemplo, com sua grande oferta de água e proximidade dos eixos ferroviários e do centro da cidade, passou a constituir um importante espaço de localização de fábricas de tecido. Este mesmo bairro passou também a deixar de exercer atração para as classes mais abastadas que passaram a se reorientar em direção a zona sul que, neste momento, era associada a *um moderno e saudável estilo de vida à beira mar*. A partir daí, as atenções do Estado se direcionavam cada vez mais para os interesses das classes mais abastadas. Este movimento se deu de forma tão efetiva que, em 1892, foi inaugurado o atual túnel velho para Copacabana e, em 1901, a localidade de Ipanema, mesmo não habitada¹⁶, já possuía iluminação elétrica. Ou seja, o capital imobiliário já ganhava impulsos importantes de investimentos públicos para sua apropriação privada de terras urbanizáveis¹⁷.

Caxias), interligou uma série de núcleos semi-urbanos preexistentes, (como, Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e vigário Geral)(..)” (Abreu 1988:53).

¹⁶ Abreu, 1988:48

¹⁷ Por outro lado, o final do século XIX não caracterizou-se apenas pela multiplicação de unidades fabris, ampliação das redes de transporte que permitiam o espraiamento da população - principalmente pelas classes mais abastadas financeiramente - para além da área central e ampliação das ações do Estado. Cabe aqui lembrar a outra face da mesma moeda, o esgotamento do sistema escravista e o declínio da atividade cafeeira na Província do Rio de Janeiro resultou em um grande afluxo de imigrantes estrangeiros e um crescimento populacional acelerado via migração que, segundo Abreu *agravou consideravelmente o problema habitacional da cidade pois levou a um adensamento ainda maior dos cortiços e ao recrudescimento das epidemias que assolavam a cidade periodicamente*. (Abreu, 1988:48).

Segundo Abreu (1988), *o final do século XIX não se caracterizou apenas pela multiplicação de unidades fabris, ampliação das redes de transporte que permitiam o espraiamento da população para além da área central e ampliação das ações do Estado*. O autor ressalta a importância da outra face da mesma moeda: o esgotamento do sistema escravista e o declínio da atividade cafeeira na Província do Rio de Janeiro resultaram em uma profunda reestruturação na estrutura econômica e sócio-espacial da cidade que passou a exprimir uma distinção territorial das classes sociais em termos de apropriação e uso das condições territoriais e ecológicas. Essa transformação teve na Reforma Passos a seu marco mais emblemático.

Podemos afirmar que a Reforma Passos, no início do século XX teve um papel decisivo na transformação de usos urbanos, constituindo-se como um dos principais instrumentos de ordenamento sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro. Dentre os principais medidas propostas no âmbito da Reforma Urbana destacavam-se:

- 1 – estabelecer maior facilidade de comunicação entre os diferentes bairros da cidade;
- 2 – permitir o estabelecimento de um traçado vantajoso para as grandes linhas de canalização, evitando a frequente abertura de valas estreitas;
- 3 – impedir a valorização de prédios antiquados das ruas de maior movimento urbano e implementar a sua substituição;
- 4 – facilitar o enxugo do subsolo da cidade pela arborização, impraticável em ruas estreitas;
- 5 – despertar o gosto arquitetônico, oferecendo ruas largas, compensadora aos prédios, nelas edificadas e animando os proprietários a construí-los em melhores condições.

Conhecida popularmente como *Bota a baixo*, a ação promovida pelas agências governamentais – federal e municipal – estabeleceu medidas discricionárias de *modernização* da cidade: construção de instalações portuárias, criação de avenidas e embelezamento de edifícios, derrubada de casas de cômodo e cortiços, imposição de normas de edificação e de medidas profiláticas autoritárias contra o “perigo das epidemias”. O sentido da modernização estava diretamente ligado à superação da herança colonial: a velha cidade, com seu casario já degradado, ruas labirínticas, doenças intermitentes e, sem dúvida, com a notória presença de negros na sua paisagem. O passado deveria ser destruído para dar lugar à construção de uma nova capital federal, capaz de demonstrar de modo inequívoco a ordem e o progresso

necessários à República proclamada pela elite militar e agrária no final do século XIX. Um cronista de época assim assinalava as intervenções na cidade:

“Esboroa-se a casaria velha da cidade; o martelo, a trolha, a alavanca, bloco a bloco, pedra a pedra, atiram ao solo úmido e lamacento cumeeiras, cimalhas, cornijas, paredes; e dos alicerces centenários, como de alvéolos carcomidos, arrancam-se as grandes lajes enegrecidas. Escancararam-se às vistas profanas o interior dos lares desertos, e, envolta na poeira que sobrepaira aos escombros e que o vento dispersa, parece evolar-se o céu a alma das coisas passadas, de que se extinguem os últimos vestígios”. (Georgellete, F.^a Le Report de Rio de Janeiro. Anvers, Impremiere CH. Thibaut, 1909:88).

A configuração da cidade do Rio de Janeiro tomaria um sentido mercantil dominante. O mercado de terras e imóveis consolidaria sua hegemonia, valorizando determinados lugares da cidade em detrimento de outros. A associação com o Estado, em termos da provisão de bens e equipamentos urbanos, e com o capital bancário, antecipando os valores criados na forma de financiamentos e crédito, permitiu aos agentes imobiliários urbanos garantir o empresariamento seletivo da cidade. Consolidava-se a expansão na direção sul da cidade, através de bairros especialmente criados para as elites econômicas, como também na direção do chamado *subúrbio das linhas férreas*, que seria ocupado pela nascente indústria, por uma população assalariada, pequenos e médios comerciantes e funcionários públicos de baixa renda. Emergia também formas de habitat dos trabalhadores mais pobres da cidade, sobretudo os vinculados ao trabalho ocasional e baixíssimos rendimentos: as favelas.

As favelas como expressão de moradas populares começariam a despontar em recortes espaciais de menor valorização mercantil; seja inexistência de bens e equipamentos urbanos instalados e, até mesmo, e pelas condições da forma-natureza dos seus sítios (encostas íngremes e morros degradados pela passagem da agricultura predatória).

Embora fosse o centro da cidade, ou melhor, as freguesias centrais o alvo principal da Reforma Urbana, sob a batuta do prefeito Pereira Passos, é possível afirmar que as intervenções normativas, disciplinares e simbólicas constituíram um conteúdo sócio-cultural e econômico para expansão urbana na Guanabara.

Tratava-se, portanto, da inauguração do movimento de *metropolização* do território, galvanizado pelas forças econômicas e políticas sob o estatuto de uma lógica urbana de reprodução de capital e poder.

2.2 – O Povoamento do recôncavo

“Por maior que seja, porém, a expansão atual da grande metrópole, por tão grande que sejam ainda as suas possibilidades de alastrar-se pelos mil quilômetros quadrados de distrito federal, é racionalmente visível a qualquer estudioso de fenômenos históricos- sociais que a tendência irreprimível da capital é a de futuramente se dilatar pelo recôncavo da Guanabara, capaz de abrigar milhões de habitantes do centro cultural de um país imenso, que agora entrando em sua fase industrial, decisivamente marchará entre as grandes potências” (Lamego, 1948:192).

Figura 7- O recôncavo da Guanabara



Adaptado: Revista Brasileira de Geografia abril– junho 1965

A citação de Lamego (1948) sugere que, com o crescimento da Cidade do Rio de Janeiro e a sua transformação na Segunda maior metrópole nacional, presenciaríamos um fenômeno de enorme grandeza: o povoamento do recôncavo.

Vimos que após a expulsão dos franceses e a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Coroa Portuguesa visando a colonização definitiva das terras ao redor da baía, ainda no primeiro século, repartiu-as no regime de sesmarias e concedeu-as a militares, nobres, jesuítas e índios catequizados. Iniciou-se a estreita relação entre a cidade e o recôncavo:

“Foi a riqueza vizinha do açúcar que incrementou o comércio, desenvolveu a cidade portuária. Foi a crescente escravaria necessária às lavouras que poderosamente contribuiu para o grande aumento da população do segundo século, quando a fortuna dos senhores de engenho refletia diretamente na cidade, único elo de intercâmbio com a civilização de ultramar” (Lamego 1948:191).

O povoamento do recôncavo e a expansão da cana-de-açúcar, por toda sua extensão, possuíam, ainda, uma reiteração da lógica estruturante durante todo período colonial, notadamente através da redefinição da apropriação e do uso da Natureza:

“A plantação colonial de cana-de-açúcar, para maior produtividade e volume de produção, exigia, portanto, a eliminação completa das coberturas vegetais nativas, florestas ou não. Assim se tirava proveito máximo da característica ecológica invasora da planta. Além dos desmates propriamente ditos, a operação dos engenhos de açúcar colocava mais duas pressões sobre a flora. Uma era direta: a necessidade de lenha para a combustão. A outra era indireta: a abertura de áreas de pastagens para bovinos, muares e eqüinos usados direta ou indiretamente na produção” (Dean, 1995 apud Drummond, 1997:87).

Os desbravadores foram subindo pelas águas dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Pilar, Saquarema, Inhomirim, Suruí, Majé, Guapimirim, Macacu e Guaxindiba, alinhando os engenhos e as fazendas com um enorme potencial agrícola. Em Lamego (1948:193/194) encontramos descrições de época que contribuem na caracterização da atividade polimorfa do colono e do enorme potencial econômico do recôncavo:

“Neste Rio de Janeiro se podem fazer muitos engenhos por Ter terras e água para isso, em o qual se dão as vacas muito bem, e todo gado de Espanha; onde o trigo, cevada, vinho, marmelos, romãs, figos, e toda fruta de espinho; e é muito farto o pescado e marisco, e de todos os mantimentos que se dão na costa do Brasil: onde há muito pau do Brasil e muito bom.” (Soares de Souza, 1578:100 apud Lamego, 1948:194).

Em meados do século XVI já podíamos contar com cerca de 120 engenhos em torno da baía, que usufruíam dos rios localizados no recôncavo, para escoar a produção e abastecer a economia comercial da Cidade do Rio de Janeiro, que passa a ter com o ciclo da cana-de-açúcar, uma destacada função portuária e comercial.

Assim, antes do final do primeiro século (século XVI) as margens da Guanabara e todo o seu recôncavo já estavam ocupados com uma população de aproximadamente vinte mil habitantes que se ocupava de atividades agrícolas e da criação de gado¹⁸.

O povoamento do recôncavo nasceu em terras de sesmarias e contou com o enorme vigor dos jesuítas na expansão de lavouras e a fundação de paróquias. Para Lamego (1948), “a primeira demonstração de atividade do colonizador era a capela, célula inicial da embrionária aldeia, freguesia, vila ou cidade”.

Já no segundo século, podemos apontar um grande número de paróquias nos arredores de margens da Guanabara – Caxias (fins de 1500), Pilar (1612), São João de Itaboraí (1627), foz do rio Meriti (1645), Vila do Iguaçu (1619), São Gonçalo (1645), Santo Antônio de Jacutinga (1657), Marapicu (s/d), Inhomirim (1677), Nossa Senhora da Piedade – Magé (1665), Santo Antônio de Macacu (1697). Em Niterói também podemos apontar a fundação de algumas paróquias: São Lourenço dos Índios (1573), Icaraí (1660), São Francisco (1696), Nossa Senhora da Conceição (1663), Boa Viagem (1663), Jurujuba (s/d). Estes povoados eram responsáveis pela remessa de produtos agrícola para a cidade através de seus pequenos portos. Entretanto, nenhum deles cresceu a ponto de tornar vila nessa primeira fase da cana de açúcar, com exceção da vila de Santo Antônio de Sá – Itaboraí em 1697.

A história das *bandas d'além* (Niterói) teve seu início no mesmo episódio que levou a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565. Apesar do domínio lusitano na região, a constante presença dos franceses no litoral ainda incomodava fazendo surgir a necessidade de ocupação e povoamento do recôncavo. Foi então que, com reforços de Portugal e a ajuda dos índios Temiminós, chefiados por Araribóia, os franceses foram expulsos da Guanabara em 1567.

Depois dos combates travados contra os franceses, Araribóia e sua tribo permaneceram no Rio de Janeiro e receberam, em 1568, como recompensa aos serviços prestados à Coroa Portuguesa, a sesmaria Barreiras Vermelhas, onde foi fundado, em 22 de novembro de 1573, o primeiro núcleo de povoamento – a aldeia de São Lourenço dos Índios.

Segundo Wehrs (1984), na época em que Araribóia recebeu sua sesmaria e fundou a aldeia de São Lourenço dos Índios. Já havia várias propriedades agrícolas em funcionamento nestas terras e, os núcleos, que mais tarde seriam São Domingos e Praia Grande, já podiam

¹⁸ A pecuária, também, desenvolveu-se no recôncavo. No primeiro momento, para suprir os engenhos com os necessários carros de boi e posteriormente para as demandas de tropas de muares para a cordilheira. Lamego (1948:203) aponta que foi a necessidade de pastagens para o gado necessário nos engenhos que promoveu a descoberta das planícies do baixo Paraíba do Sul.

ser pressentidos, por uma densidade demográfica ligeiramente maior, em comparação com outros sítios naquela margem da Guanabara, ainda quase desabitados.

No século XVII com a partilha das sesmarias iniciais, tivemos o assalto decisivo contra a terra, a tomada do solo pelo homem para o advento da agricultura canavieira *nas bandas d'além*. Para Lamego (1948), entre os fatores ativadores desta ofensiva para o domínio da gleba, podemos ressaltar a cana-de-açúcar a fundação de capelas – São João Batista de Icaraí (1660), São Francisco (1696), Nossa Senhora da Conceição (1671), Nossa Senhora da Boa Viagem – e o escoamento de produtos agrícolas para a cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo com a concorrência do açúcar campista, um grande número de engenhos de cana de açúcar erguia-se com a partilha das sesmarias e numerosos proprietários rurais persistiam numa florescente expansão de canaviais, de mandiocaais, de milharais, dentre outras lavouras que se espalhavam pela costa e interiorizavam-se para leste através da zona de morros divisórios entre as bacias atlânticas e guanabariana.(op.cit) Este quadro reforçava a feição rural dos municípios sujeito às autoridades civis, judiciárias e eclesiásticas da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Lamego, no último quartel do século XVIII podíamos notar este intenso ruralismo nesta região:

“Um pouco antes, em 1780, dentro da atual Niterói e na freguesia de Icaraí, havia ‘três engenhos que produziam 54 caixas de açúcar e trabalhavam com 101 escravos’. Quatro engenhos fumegavam em Itaipu, dando 79 caixas de açúcar e com 138 escravos. São Gonçalo tinha três engenhos de aguardente com um produção de 52 pipas e ‘vinte engenhos de açúcar e aguardentes cuja a produção era de 490 caixas e 280 pipas, contando 866 escravos para o serviço. Para o escoamento da produção havia na enseada da Boa Viagem 32 barcos e vinte três em São Domingos e na Praia Grande, afora os existentes além de Maruí’”. (Lamego,1948:228).

A chegada da Corte de D. João VI ao Rio de Janeiro, em 1808, foi de extrema importância para formação de freguesias no recôncavo. A busca durante todo o século XIX por sítios mais salubres pela corte e pela aristocracia fazia-os subir montanhas e galgar locais cada vez mais distantes da insalubre urbi primordial. Foi então que a família real chegou às terras das *bandas d' além* – Niterói e escolheu São Domingos para localizar seu sítio para o lazer. Neste período, Dom João VI esteve na cidade e escolheu a vila da Praia Grande para comemorar o 31 de maio de 1816, seu aniversário.

A partir desta época os projetos de urbanização passaram a fazer parte desta região que, em 1834, tornou-se a capital provisória da província do Rio de Janeiro e em 1835 foi elevada à categoria de Cidade.

A cidade de Niterói se estruturava gradativamente e expandia-se da região central da praia Grande pelos bairros de Boa Viagem, Icaraí, Santa Rosa e São Francisco, triplicando a área inicialmente urbanizada. É importante ressaltar que, neste período, as freguesias de São João de Icaraí, São Sebastião de Itaipu, São Lourenço dos Índios e São Gonçalo já se encontravam em grande progresso com uma população que se elevava rapidamente. Entretanto, a maior parte do município permanecia com feições agrárias – fazendas e engenhos perdurariam até meados do século XX.

A condição de capital estabelecida à cidade determinou uma série de intervenções na área urbana, dentre os quais, o calçamento das ruas ao redor da praia Grande; a implantação de serviços básicos como a barca a vapor (efetuado pela Cantareira - 1835) e Viação Fluminense; a iluminação pública a óleo de baleia (1837) e os primeiros lampiões a gás (1847); abastecimento de água (1861); o surgimento da Companhia de Navegação de Nictheroy (1862); bonde de tração animal da Companhia de Ferro-Carril Nictheroyense (1871); Estrada de Ferro de Niterói, ligando a cidade a localidades do interior do estado (1872), bondes elétricos (1883) entre outros.

Ao fim do século XIX, a cidade de Nictheroy novamente passa por grandes transformações com a fragmentação do seu território em 1890, dada a separação das freguesias de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro e São Sebastião de Itaipu, que passaram a constituir o município de São Gonçalo e a transferência em 1892 da capital para Petrópolis. Porém, em 1902, durante o governo de Quintino Bocayuva, a cidade recupera a condição de sede do governo, assim permanecendo até 1974, quando ocorreu a fusão entre os antigos Estados do Rio e da Guanabara.

A germinação de vilas pelo recôncavo foi bastante lenta, sendo Niterói uma exceção. Esse lento padrão de germinação de vilas que confirma o padrão do *agrarismo* que a orientou, por largo período, a ocupação da região da Guanabara. Lamago (1948:199) apontou que a inexistência de vilas até quase o fim do segundo século pode parecer surpreendente, tendo em vista o crescimento demográfico do recôncavo. O autor destaca que as causas deste paradoxo histórico-territorial se encontravam na forma puramente agrária do povoamento e pelos interesses políticos dos colonizadores:

“Um intenso ruralismo dominava assim todo o recôncavo, mesmo no que é hoje a capital fluminense. Na Guanabara como em Campos, a cana- de- açúcar criara um feudalismo agrícola oposto ao centralismo urbano e só flexível ao jugo administrativo dos vice-reis no Rio de Janeiro, única cidade necessária ao intercâmbio da produção dos orgulhosos senhores de engenho. Para a formação de qualquer agrupamento urbano, além das autoridades, é necessário o povo. Compunha-se esse, quer de escravos quer de sitiantes aferrados a nesgas de terra e hereditariamente incapaz de as abandonarem. E quanto a vilas, não interessava ao governo central criá-las, partilhando autoridade e as rendas”. (Lamego,1948:228).

Contudo, “outro poder paralelamente velava a ocupação do recôncavo, a Igreja” (Lamego 1948:199) que, ciosa em ver seu *rebanho de fiéis* multiplicando-se, já havia fundado suas paróquias. Essas paróquias, aos poucos, foram se dilatando para os núcleos de povoamento originados com o crescimento do comércio local, principalmente, devido à abertura, no início do século XVII, das estradas de penetração na cordilheira que escoavam o ouro das Minas Gerais. As novas estradas tinham como seu ponto de partida os pequenos portos do recôncavo que eram utilizados para o escoamento da produção agrícola. Pilar, Iguaçu, Jacutinga, Estrela, Inhomirim, Porto das Caixas e outros tiveram um enorme crescimento a partir de então, consolidando, assim, as novas vilas que se tornam importantes centros de comunicação com a Cordilheira.

Entretanto, a partir de meados do século esta situação começa a se transformar. Segundo Lamego:

*“A maior adaptabilidade à cultura da cana ao solo campista, possibilitando extensões maiores de canaviais e um melhor planejamento para a monocultura em grande escala, acabou por extinguir quase completamente os engenhos do recôncavo, onde o **expressivo alagamento** das planícies não lhe permitia competir com os fecundos massapés do norte fluminense (...)”* (Lamego,1948:203).

No último quartel do século XVIII, a desfavorável conjuntura internacional no que diz respeito à cana de açúcar¹⁹, a concorrência da produção campista de açúcar, a exaustão do ouro das Minas Gerais e a ascensão de um novo ciclo econômico (o da cultura cafeeira),

¹⁹ ver Caio Prado Jr. 158 “Decadência aquela cuja causa precípua se encontra na conjuntura internacional. no que diz respeito à cana, aparece no século XIX um sucedâneo para a produção do açúcar que a levará de vencida: a beterraba. Os países europeus e também os Estados Unidos, que são grandes consumidores de açúcar e principais mercados para a produção dos trópicos americanos, tornam-se, com a utilização da beterraba, de consumidores em produtores; não somente para as suas necessidades próprias, mas ainda com excessos exportáveis(...)”

deram um novo rumo ao recôncavo e as suas vilas que, pouco a pouco, foram perdendo o seu vigor.

O surto da cultura cafeeira não poupou nem as terras da baixada, originalmente inadequadas para o cultivo. Avançou pelas ondulações do recôncavo tomando, em curto tempo, praticamente todo o contorno da Guanabara que, a partir de então, começou a ver sua produção açucareira ser destroçada (Lamego, 1948:231).

O cultivo definitivamente se enraizava em *terras fluminenses*, milhares de pés de café em marcha pelas ondulações do recôncavo, avançaram sobre as antigas áreas de produção açucareira do recôncavo, já bastante enfraquecidas pela concorrência das plantações e engenhos do norte do Estado²⁰. (Abreu, 1992).

Abreu (1992) e Amador (1992) concluíram que o ciclo do café na região da Guanabara foi tão rápido quanto destruidor. Em meados do século XIX, o café já havia deixado sobre o Rio de Janeiro e a Guanabara o seu rastro de destruição e fortalecia-se em direção das fazendas dos ex – mineradores²¹ das “Gerais” na serra do mar e do vale do rio Paraíba do Sul²².

As condições climáticas da Serra do Mar e do Vale do Paraíba eram ideais para a cafeicultura. Além disso, as antigas trilhas de escoamento do ouro das “Gerais” tinham dado origem a alguns pequenos pontos de parada que serviam de apoio às novas fazendas que, entre 1790 e 1860, segundo Drummond (1997:99), provavelmente já haviam destruído cerca de 60% da sua cobertura primária ou secundária para dar lugar às plantações de café.

No final do primeiro quartel do século XIX, a cultura cafeeira do vale do Paraíba encontrava-se em vasta expansão e necessitava de mudanças radicais para o escoamento da sua crescente produção para abastecimento dos mercados da capital e para a exportação.

Em meados do século, a construção da via Férrea Guanabara – Raiz da Serra de Petrópolis- e do primeiro trecho da Estrada de Ferro Pedro II (1858) deram início a uma nova fase dos meios de transportes que acarretaram profundas transformações no destino do recôncavo e na expansão urbana e “suburbana” do Rio de Janeiro.

O que restava do esplendor das vilas da baixada, que faziam a conexão do porto do Rio de Janeiro com as regiões produtoras do planalto, sumiu, definitivamente, afirma Lamego

²⁰ Desde o início do século XVIII a importância açucareira do norte do Estado do Rio de Janeiro já era tamanha merecendo a atenção do vice- rei. .

²¹ Drummond (1997: 92) fala-nos da invasão do Vale do Paraíba por leste e oeste. Para o autor Minas Gerais exerceu uma significativa influencia sobre a ocupação humana no Rio de Janeiro. “(...) Com o declínio da produção de ouro e pedras, alguns mineradores (...) transferiram os seus capitais escravos e a capacidade empreendedora para o cultivo do café.”

(1948:201), com mais essa mudança radical nos meios de transportes, com a abolição da escravidão e a migração de uma grande parte da população de trabalhadores para o Rio de Janeiro e novas áreas produtivas²³.

Vilas recheadas de vida, trazida pelo açúcar e pelo comércio, paulatinamente, começaram a declinar. Encontravam-se, naquele período, em franca decadência e abandono. Os rios de baixada e os antigos canais responsáveis pela ocupação da baixada e, posteriormente, do planalto produtor de minérios e café, estavam agora comprometidos e atulhados de vegetação e lodo, o que proporcionou o restabelecimento das áreas alagadiças tornado os campos ao seu redor praticamente *imprestáveis* para qualquer cultura, além de se tornarem focos de disseminação de epidemias – febre amarela e malária – que dilaceravam vilas inteiras. Assim, a onda do café passava juntamente com a fartura de terras, agora esgotada. Entretanto, dentro desse quadro de esgotamento antigas fazendas produtoras de cana-de-açúcar e aguardentes ressurgiram trazendo de volta a região o esboço de um passado que podemos apreender nas palavras de Alberto Lamago:

“(...) entre as ruínas de toda essa grandeza extinta, humildes e rústicas, erguem-se ainda as chaminés de engenhos lembrando aqui e além a grande luta adaptativa que por duzentos anos foi levando o homem terra adentro. O segundo fator agrícola que o arremessara sobre as bacias do recôncavo dir-se-ia haver extinguido a sua vitalidade, com ele esvaindo-se. Mas o primeiro sobrevive, embora com aparência extenuada que apresentavam sempre essas engenhocas de aguardente, lembrando antiguidades anacrônicas de um passado bem remoto”. (Lamago,1948:232)

O século XIX foi marcado por um processo contínuo de transformações que, segundo Geiger e Mesquita (1956), deve ser visto como uma reestruturação social e geográfica do recôncavo da Guanabara, em especial com o desenvolvimento de novas atividades econômicas, portanto, não podendo ser definido como expressão da decadência da baixada da Guanabara:

²² Acredito necessário fazermos um pequeno parêntese sobre o Vale do Paraíba para mais tarde podermos explicar o rumo tomado pela expansão urbana no Rio de Janeiro e o destino do recôncavo.

²³ Os engenhos de açúcar e as fazendas de café, alicerçados na mão-de-obra escrava, sucumbiram com a abolição da escravidão e com a migração para a cidade do Rio de Janeiro, como também com a emergência do café no Vale do Paraíba Paulista, Norte do estado do Rio de Janeiro.

“O que houve nesse período foi uma série de transformações que significaram decadência de certos grupos sociais, como os senhores de engenho, e, geograficamente, nova distribuição da ocupação e utilização da terra, observando-se tendências à concentração de certas atividades econômicas (...)” (Geiger e Mesquita, 1956:30)

Esses autores consideram que a introdução da ferrovia na Baixada da Guanabara promoveu a *evolução das cidades*, fenômeno que se constituiu não somente pelo traçado das vias férreas e de seus entroncamentos, como também pela velocidade daquele meio de transporte, *facilitando as relações diretas das zonas rurais mais afastadas com as grandes cidades* e, assim fortalecendo a concentração urbana em nós da rede de transportes, o que implicou na decadência de cidades intermediárias (Geiger e Mesquita, 1956:191).

Para Geiger e Mesquita (1956) com a exaustão do solo e a mudança no perfil da produção, com a saída da cultura cafeeira, o que se manteve na região foi a produção de cana-de-açúcar.

Antigas propriedades foram desvalorizadas com a queda da economia canavieira e da crescente insalubridade da região provocada pelas brutais transformações ecológico-territoriais. Estas foram compradas a baixo preço por capitalistas residentes no Rio de Janeiro, na expectativa de futura valorização (Lacorte e Andrada: 1965 apud Amador, 1992:235). Foi notável, entretanto, a manutenção de engenhos associados às olarias que ganhavam importância no abastecimento do mercado criado pelas *cidades – nodais* da baixada da Guanabara. Isto significou, em larga medida, uma intensa utilização das matas e manguezais que sobreviveram à expansão territorial da agricultura canavieira e cafeeira.

A especulação fundiária no recôncavo ganhou dimensão inaudita que, a partir de então, teve suas terras valorizadas por instrumentos públicos – criação de projetos de saneamento e a construção vias de transporte – a exemplo da criação, em 1844, da Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada, e a construção de estradas de ferro que recortariam a paisagem agrária do recôncavo.

Esse processo implicou no desenvolvimento de novas atividades econômicas, a exemplo das fábricas de bebida, fumo e tecidos em Magé, que datam de meados do século XIX (Geiger e Mesquita, 1956:33). Por outro lado, o agonizar da economia canavieira deu lugar à intensificação de outros produtos agrícolas vinculados ao mercado externo – em especial a laranja, a banana e o abacaxi – configurando apropriação das áreas de encosta e da baixada, correspondendo também à ampliação do desmatamento para instalação dos pomares fruticultores. É importante acrescentar que a introdução do cultivo de frutos também foi

acompanhada por um brutal desmatamento para a captação de madeira e instalação de pastos para a criação extensiva do gado bovino:

“Os produtos valorizados não agrícolas que concorrem para o domínio da grande propriedade em certas áreas da baixada fluminense são os de exploração florestal como de lenha e de madeira, extração de barro para a indústria de cerâmica e a criação de gado bovino”. (Geiger e Mesquita, 1956:56).

Mudanças sociais e territoriais sensíveis passaram a tomar corpo no recôncavo. Portanto, não podemos afirmar que se tratava de uma decadência do recôncavo, mas sim de uma transformação marcada por novos usos e novos atores sociais, pois de acordo com Geiger e Mesquita:

“(...) a transformação das economias agrárias que passara a apoiar-se mais na extração florestal ou na produção de cerâmica e aumentaram seus rebanhos. A fruticultura propagava-se por essas fazendas, valorizou suas terras e provocou uma repartição das propriedades (...) acentua-se a penetração de novo tipo de senhor de terras – comerciante ou capitalista da cidade”. (idem, p.35).

Contudo, como relembra o próprio Autor:

“(...) é bem verdade que a agricultura nunca mais voltou a Ter na baixada fluminense sua importância relativa ao tempo do Império (...). No período republicano, observou-se na baixada o aumento de culturas novas em áreas pouco aproveitadas. São culturas de frutas que se expandiram muito, principalmente depois da conquista do mercado estrangeiro.” (ibidem, p.34).

É preciso acrescentar, ainda, que as atividades econômicas que ganharam impulso na baixadas se caracterizavam pelo uso extensivo de mão-de-obra, fato que correspondeu a um crescimento demográfico lento quando comparado ao observado na Cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, essas mesmas atividades se realizavam na presença de grandes e médias propriedades que restringiam o acesso a terra por parte de homens e mulheres livres e pobres. Para os sujeitos sociais não ingressos no domínio *das economias agrárias* como mera força de trabalho de uma diversidade de relações contratuais (assalariados) e não-contratuais, restou-lhes a construção de modos de vida em recortes territoriais, não valorizados pelos usos dominantes, dentre eles destacando-se os configurados pela pequena agricultura familiar, nas

franjas das propriedades, e na multiplicação de comunidades de pescadores na orla marítima, nas margens de rios, lagoas e manguezais.

A transformação das *economias agrárias* implicava o recrudescimento do desmatamento de *terras novas* para uso agrícola, para o abastecimento de olarias e para criação de pastos extensivos que radicalizam o uso mercantil do território, tendo como suporte fundamental à apropriação predatória das condições da natureza no recôncavo.

CAPÍTULO III – A Metropolização do Território

3.1 A expansão urbana da Cidade Capital

Na última década do século XIX e no início do século XX presenciamos a transição da sociedade brasileira de base escravista para uma sociedade capitalista com a implantação de uma nova ordem mercantil, cuja base de acumulação não mais repousava sobre o trabalho escravo, mas sim, em formas diferenciadas de trabalho livre. Neste momento de transição se verificaram novas possibilidades de crescimento da economia brasileira através do capital bancário e industrial e, sobretudo, da intensificação das atividades exportadoras – notadamente agrícolas – que conduziram a integração, cada vez maior, do país ao contexto capitalista internacional.

Essas novas condições sócio- econômicas repercutiam de modo incisivo na cidade do Rio de Janeiro. Assim a condição urbana passou por transformações importantes exigidas para adequar a cidade ao novo momento de organização social e econômica em curso.

Desde a Segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro passou por momentos diferenciados de implantação de indústrias. Entretanto a forte concorrência de mercadorias estrangeiras, a extrema dependência que tinham em relação ao comportamento do setor agrário, a falta de mão de obra especializada e de fontes regulares de produção energética, fizeram com que esses momentos não lograssem maior sucesso. Apesar das imensas dificuldades alguns ramos da atividade industrial conseguiram se firmar e se expandir (em especial o ramo têxtil e naval) colocando novos patamares de serviços infra-estruturais (transporte, energia, água) necessários ao seu desenvolvimento e consolidação. (Abreu,1988)

Apesar das novas condições urbanas produtivas sinalizadas pelo capital fabril, a esfera da circulação se constituía como o principal elemento para o re-ordenamento do território e necessária para a reprodução dos diferentes segmentos de capital que se realizavam através da cidade. As casas comerciais vinculadas à exportação de bens agrícolas e à importação de bens manufaturados, as firmas bancárias e as empresas imobiliárias faziam parte desse conjunto de capitais organicamente vinculados à circulação de mercadorias, pessoas e dinheiro pelo território.

A cidade do Rio de Janeiro, lócus privilegiado da transformação que passava o país – sobretudo, porque era a sua cidade-capital – precisava ser re-ordenada segundo novos padrões de circulação de bens, dinheiro e força de trabalho em escalas diferenciadas: do local ao regional – do local ao internacional.

O Estado buscava contemplar as demandas colocadas pelas novas exigências territoriais de acumulação de capital através da promulgação de medidas institucionais, sobretudo através de concessões para serviços (transporte, saneamento, iluminação), construção de habitações e ampliação de vias urbanas. Assim, a cidade foi traçando um novo ordenamento funcional do espaço urbano.

Dentre essas medidas é importante destacar a concessão de terrenos e de edifícios e decretos que isentavam de impostos aduaneiros às indústrias que construíssem casas populares higiênicas para seus operários. Entretanto, essas medidas possuíram impactos pouco efetivos para o conjunto da cidade. Assim, as medidas estatais favoreciam os interesses particulares das empresas que conduziam ações fragmentadas em busca de terras urbanizáveis e alocação de serviços em áreas com maiores possibilidades de lucros imediatos. Desse modo, a imagem da “desordem” ainda persistia através da insalubridade das áreas centrais e a ampliação de paupérrimos aglomerados sem infra-estrutura. Segundo Abreu (1988), a imagem que marcava a cidade não condizia com a riqueza e importância da capital de um país que já se configurava como o maior exportador de café do mundo. O desafio colocado em relação à cidade era bem maior:

“Era preciso criar uma nova capital um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores do modi vivendi cosmopolita moderno das elites econômica e política nacionais.(...) a importância cada vez a maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central ainda com características coloniais com ruas estreitas e sombrias e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e

cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam status às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas e transformá-lo num verdadeira símbolo do Novo Brasil” (Abreu 1988:60).

Figura 8 – O Rio de Janeiro de 1930



Fonte: Jornal O Globo 05/11/2005

A cidade do Rio de Janeiro assistiu o século XX ser inaugurado sob as intervenções urbanísticas dirigidas pelo do Prefeito Pereira Passos. Essas foram impondo um processo de renovação urbana necessária à construção de uma grande metrópole. A adoção de políticas, controle e mecanismos reguladores altamente discriminatórios traçavam novos momentos de organização social e inaugurava o movimento de metropolização do território, galvanizado pelas forças econômicas e políticas sob o estatuto de uma lógica urbana de reprodução de capital e poder, ou seja, as transformações produzidas neste período eram cada vez mais motivadas pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades prementes de criação, concentração e acúmulo do capital (op. Cit.).

Para tanto a antiga lógica de vencer, dominar e moldar a natureza têm ações intencionais reforçadas, sobretudo com a utilização de técnicas de engenharia que se aperfeiçoam com a modernização científica. Demolições, aterros, túneis e avenidas abriam caminhos para re-configuração espacial da cidade Rio de Janeiro que, a partir de então, se tornava uma cidade capitalista que requeria uma organização condizente às novas bases econômicas, culturais e ideológicas:

“(...) já importantíssima pelo seu comércio, riqueza e população, tem ante de si um futuro imenso, que lhe garantem sua situação geográfica e a circunstância de ser capital de um dos mais extensos e férteis países do mundo.

Entretanto, nada se tem feito até hoje para dotá-la de construções mais apropriadas ao nosso clima e de ruas que estejam em relação com a necessidade do tráfego e satisfaçam as imperiosas exigências da higiene pública.

Edificada a principio de modo a satisfazer as limitadíssimas conveniências comerciais dos primeiros tempos de sua fundação, tem se estendidos à medida do aumento de sua população, prolongando-se as antigas ruas até onde estas podiam chegar e formando-se outras sem subordinação alguma a um plano geral previamente estudado. No maior número de casos os alinhamentos têm seguido a sinuosidade dos vales, acompanhando as fraldas dos morros (...)” (Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875:7).

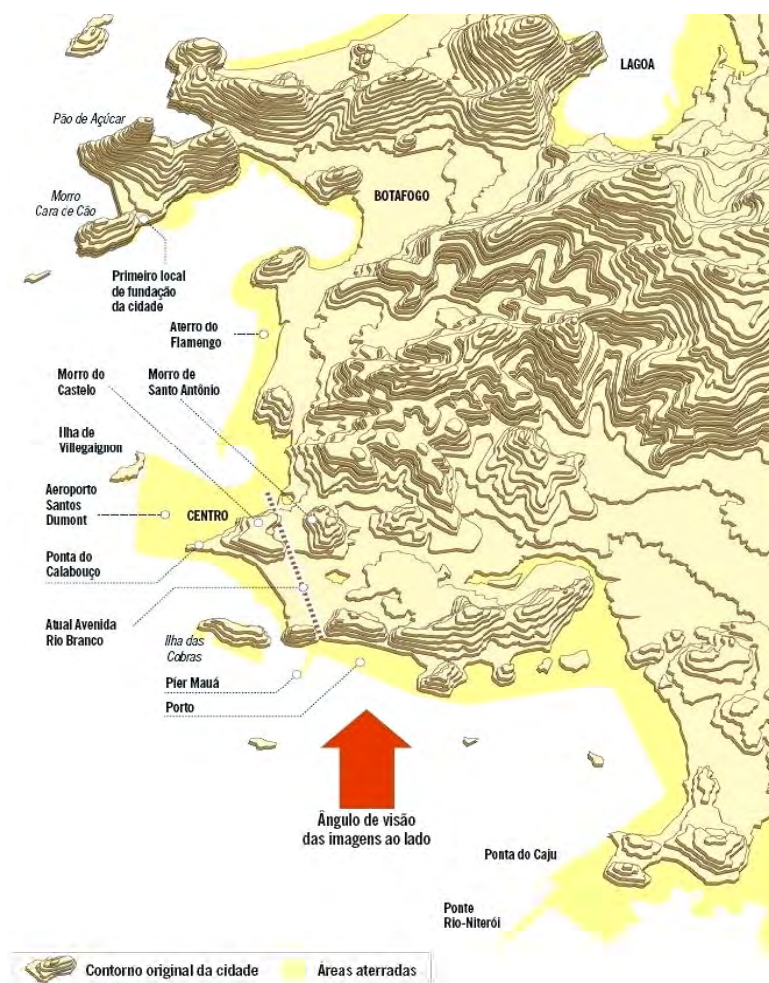
Para Abreu (1988:67), o chamado período Passos representou a busca de uma superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial-escravista e o início da transformação do urbano em um espaço de produção capitalista. Neste momento o papel do Estado foi fundamental, tanto no que diz respeito à sua intervenção direta sobre o urbano, como no que toca ao incentivo dado à reprodução de diversos segmentos do capital.

Até o início do século vinte as obras de aterramento de lagoas, brejos, mangues e praias realizavam-se de modo pontual e descontínua. Determinados sítios eram transformados dando forma urbana à forma natural através de uma lenta “conquista” da natureza. Surgiam ruas, caminhos e habitações sobre brejos, lagoas e mangues, sem, entretanto, assumir uma extensão para além de uma ordem de interesses locais e particularistas.

A partir do final do século dezenove e início do século vinte, a ação sobre a história da natureza passa acontecer em área e através de um processo de expansão territorial contínuo. O recorte litorâneo do centro da cidade é exemplar nesse sentido, sobretudo em função da ampliação da atividade portuária. Da Glória à Ponta do Caju, mangues e praias são completamente aterrados para dar lugar aos usos urbanos, especialmente os vinculados com a mobilização de mercadorias estrangeiras e bens agrícola, como também, a habitação para diferentes classes e grupos sociais:

“(...) os aterros nas margens e interior da baía de Guanabara, realizados desde o século XVII, mas principalmente a partir do início do século, já roubaram mais de 70 Km² de sua superfície, o que corresponde a cerca de 20 % de sua área, produzindo a eliminação de vinte ilhas, e o desfiguramento de outras dezenas; 11 enseadas, sacos, gamboas ou estuários; dezenas de praias; 14 lagunas, entre outros acidentes geográficos.” (Amador,1992).

Figura 9 – Mudanças no Perfil da Cidade



Fonte: Jornal O Globo 05/11/2005

As concentrações produtivas, financeiras e comerciais na cidade, na década de 1910/1920, implicaram no fenômeno da metropolização do Rio de Janeiro. Nesse período o conflito entre o café e a indústria²⁴ refletia, em grande parte, as contradições existentes no sistema político econômico, marcando o urbano com seus rebatimentos e reordenando os rumos da economia.

Tal conflito criou contradições tão imperativas que a intervenção do poder público, sobre o processo de crescimento da cidade, como um todo, e no que concerne a região, era indispensável, principalmente, durante a Primeira Guerra.

²⁴ Abreu (1988) aponta que o conflito entre a aristocracia cafeeira e a burguesia industrial estendeu-se do início de 1900 até os anos 30, quando o país viveu os efeitos da crise econômica de 29 e as transformações políticas da Era Vargas.

Com tamanhos percalços criados pela Guerra, e a imperiosa necessidade de suprimentos agrícola – criada em função da diminuição de importações, da redução da navegação, do racionamento de combustíveis – o Estado, mesmo com sua economia bastante atingida pelos efeitos do conflito, teve que tomar medidas para a melhoria da circulação de mercadorias e pessoas. O calçamento de ruas no centro, zona sul e zona norte, melhoria da condição das estradas que ligavam as freguesias rurais e suburbanas ao centro eram indispensáveis para o abastecimento da cidade. Entretanto, segundo Abreu (1988:74), essas medidas não representavam uma mudança nas diretrizes dos interesses estatais, mas sim uma medida de emergência que tão logo terminada a guerra cessaria retomando a diretriz de privilégios concedidos ao centro e zona sul.

Neste período parte significativa das divisas que evadiam do país – importações, remessas de dinheiro, taxas, impostos – começaram a circular no mercado interno e a serem aplicados em novos estabelecimentos industriais. Assim, ao final do conflito bélico a estrutura econômica da cidade se encontrava incrementada de novas indústrias e de serviços – a exemplo dos transportes que passaram a possibilitar a mobilidade da já numerosa classe operária – e a burguesia industrial bem mais fortalecida. (op. Cit.)

Por outro lado, com fim da Primeira Guerra e a retomada das exportações do café, intensificou-se o conflito, entre o café e a indústria que refletia, em grande parte, as contradições existentes no sistema político econômico. De um lado a aristocracia cafeeira favorecia suas exportações operando em bases de desvalorização cambial. De outro lado, a burguesia industrial via seus lucros sendo carcomidos com o aumento do valor das importações necessárias para a indústria.

Os governos que se sucederam ao final da Guerra – Carlos Sampaio e Paulo de Frontim – passaram a explicitar cada vez mais preocupações com o valor de troca do solo urbano. Isso levou a um interesse cada vez maior do capital financeiro em comandar o processo de evolução urbana do Rio de Janeiro.

Para Abreu (1988) o período que se estende de 1906 a 1930, pode ser caracterizado pela expansão do tecido urbano e pela conformação da futura metrópole. Este processo se efetuou de maneira distinta nos dois principais vetores de expansão urbana. Por um lado, a ocupação da zona sul e norte pelas classes média e alta se intensificam, principalmente pelo apoio concedido pelo Estado e pelas companhias concessionárias de serviços públicos. De outro lado podemos apontar o crescimento dos subúrbios, principalmente aqueles que se localizavam ao longo das linhas férreas, que se consolidaram como local de residência de famílias de baixa renda (trabalhadores fabris, funcionários públicos, pequenos comerciantes) e

abrigo de imigrantes que garantiam em grande parte a reprodução da força de trabalho. Entretanto, a ocupação suburbana deu-se praticamente sem qualquer apoio do Estado ou de concessionárias de serviços públicos.

Assim, o espaço carioca foi concretizando cada vez mais uma diferenciação espacial que mostra uma apropriação e uso cada vez mais distinto entre o centro e Niterói e o subúrbio e as baixadas. Para Lobato (1992), estamos diante de uma lógica de ordenamento que consagra ambientes desiguais na vida urbana. Esses diversos ambientes não constituem células autônomas, independentes uns dos outros. Pelo contrário, a circulação de capitais, bens e força de trabalho, exprime a complementaridade/desigualdade dos diferentes:

“Os desiguais ambientes são, em realidade, simultaneamente perversos e funcionais. Perversos porque contribuem para a reprodução de cidadãos desiguais. Funcionais porque a desigualdade é necessária, é parte integrante de uma sociedade de classe (...).” (Lobato, 1992:30).

Para o autor, esses ambientes desiguais do Rio de Janeiro podem ser assim identificados:

“De um lado o núcleo central de negócios, berço da cidade, caracteriza-se pela magnitude da Segunda Natureza. Trata-se, em primeiro lugar, do mais importante meio ambiente construído, fruto de aterros, drenagens e desmontes que mutilaram a paisagem natural, substituindo lagunas, trechos de baías, charcos e morros por chão urbanizáveis, para o qual um dado valor de uso, muitas vezes de troca, já estava previsto antes de sua produção”. (Lobato, 1992:31)

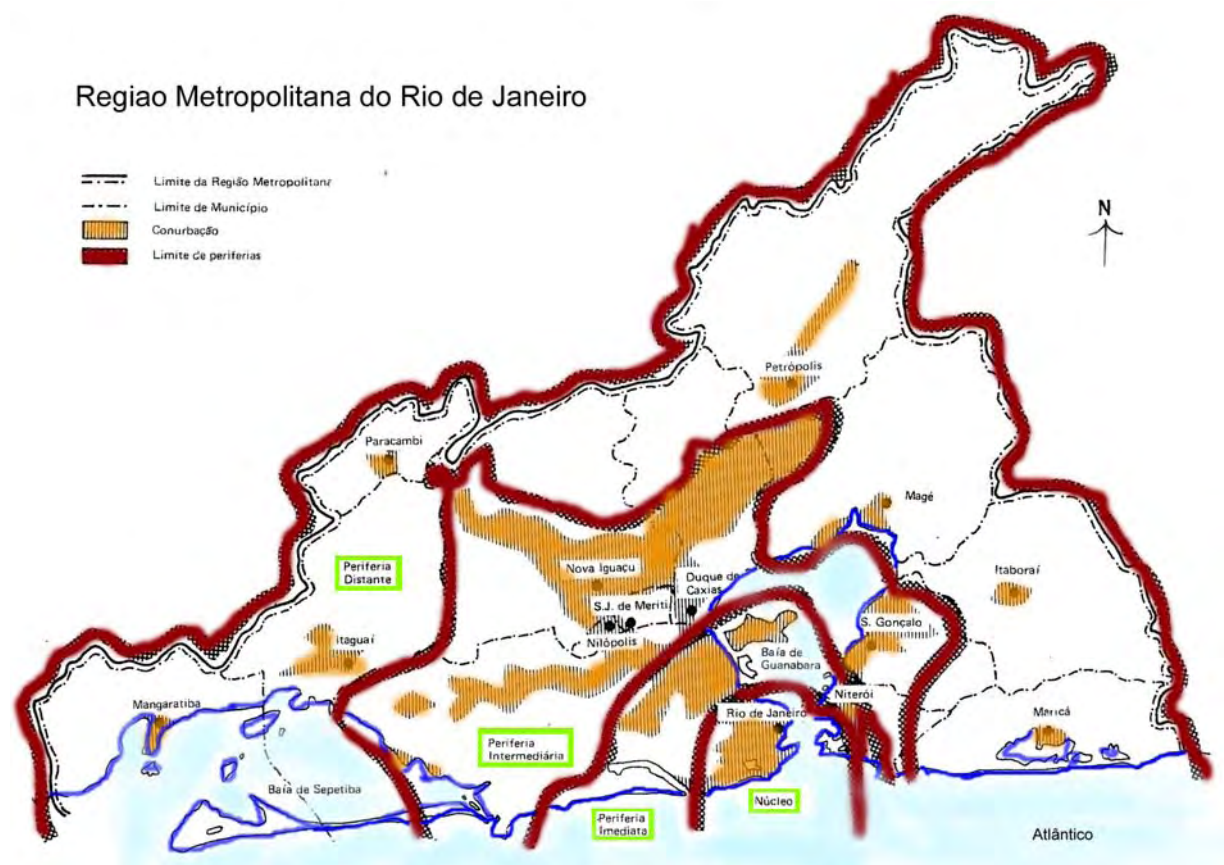
Do outro lado, a zona periférica do centro que liga a zona urbana a zona rural é marcada pela natureza dos fluxos que a percorrem; é o lugar da existência e da reprodução de parcela ponderável da classe trabalhadora; resultado da justaposição de numerosos loteamentos que formam um mosaico irregular com precários equipamentos. *“(...) a periferia não reflete apenas à localização distante. Ganha também um certo sentido de metáfora ao ser identificada como sinônimo de exclusão, de precárias condições de vida (...).”* (Lobato, 1992:32).

A urbanização do território reproduziu em larga medida as contradições do sistema político-econômico brasileiro. Assim, uma leitura mais atenta da cidade do Rio nos permitiria identificar um espaço de centralidade onde se concentraram os recursos – econômicos,

financeiros, administrativos e culturais – e os segmentos espaciais periféricos cuja densidade de investimentos públicos e/ou privados era seletiva, fragmentada e descontínua.

Para Abreu (op.cit), como podemos observar na figura abaixo, o modelo do Rio de Janeiro demonstrava ser o de uma metrópole que se expandia com um núcleo concentrador de maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por extratos cada vez mais carentes de serviços públicos (saúde, educação, saneamento) à medida que se afastam do núcleo (periferias próxima e distante) e que serviam de moradia e de local de exercício de algumas atividades econômicas vinculadas à população de baixa renda.

Figura 10



Adaptado: Abreu, Mauricio, 1988. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro.

Uma outra representação espacial do processo desigual de metropolização do território do recôncavo da Guanabara é nos oferecido por Geiger e Mesquita (1956). Estes subdividiram a Guanabara em cinco zonas compreendidas em uma vasta extensão territorial que circunda a baía e na qual se destaca a presença da massa urbana do Rio de Janeiro. As subdivisões traçadas pelos autores – e denominadas de zonas – não possuem um limite rígido, apresentando inclusive justaposições em termos das formas de uso do território:

1 – Zona do Rio de Janeiro e de Niterói e São Gonçalo – predomínio da paisagem urbana marcada pela concentração de serviços, indústrias e demográfica.

2- Zona das cidades satélites – espaços dormitórios e uma grande extensão de loteamentos e da urbanização. Geralmente localizadas ao longo das principais ferrovias e rodovias acabam por criar uma espécie de arco de cidades no entorno da baía: partes do Distrito Federal, ilhas da Guanabara; municípios de Nilópolis, São João de Meriti, parte dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, São Gonçalo e Niterói.

3- Zona da fruticultura e horticultura – de modo grosseiro esta zona faz segundo arco em torno das duas zonas anteriores. Nela encontram-se os pomares e os grandes bananais, a produção de verduras e legumes, como em Santa Cruz e no Vale do Mazomba, município de Itaguaí. Nesta zona também se encontram os aviários e a criação de gado leiteiro, criação esta, de modo geral, feita nas planícies muito largas e inundáveis como a do Rio Macacu. Esta zona reunia as áreas rurais do Distrito Federal, municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Majé, Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Maricá.

4- Zona açucareira da Guanabara – encontra-se incrustada dentro da anterior, compreendendo uma parte dos municípios de Itaboraí, Rio Bonito, Maricá e Saquarema. Nesta zona existem fazendas mistas que produzem aguardentes e frutas, estabelecendo-se, ainda, junto das vilas de Sampaio Correia (Saquarema) e Tanguá (Itaboraí) uma usina de açúcar.

5- Zona dos bananais e lenha – é como que uma parte diferenciada da zona 3 “da fruticultura e horticultora” e compreende trechos dos municípios relacionados a ela nas encostas da Serra do Mar.

A partir das contribuições dos autores citados da configuração espacial do recôncavo da Guanabara nas cinco primeiras décadas do século XX, podemos identificar dois grandes eixos da produção do espaço sob a égide da *metropolização* e que redefinem a relação cidade / região do primeiro quartel do século XX: a produção dos subúrbios e a diferenciação do uso das baixadas da Guanabara.

3.2- A Produção Sócio- espacial dos Subúrbios.

No período da Primeira Guerra tivemos um aumento vertiginoso da expansão urbana carioca para os subúrbios - próximos ao porto ou servidos por linhas férreas – proporcionado, principalmente, pela ampliação das atividades fabris que se beneficiavam da ampliação da oferta de energia elétrica e da inauguração do novo porto. A intensificação do fluxo de capital industrial para as freguesias suburbanas passava a atrair um grande número de migrantes, beneficiados por uma tarifa única das linhas de transporte dentro do Distrito Federal (Abreu, 1988).

Apesar da preferência das indústrias em se localizar próximas ao centro e ao porto, especialmente no bairro de São Cristóvão, muitas seguiram em busca de terrenos baratos servidos pelas linhas férreas. Assim, o grande capital industrial foi avançando pelos subúrbios carioca alcançando freguesias como Maria da Graça onde foi instalada a primeira fábrica produtora de vidro por processo mecânico – CISPER e a GENERAL ELETRIC. Em Del Castilho foi instalada, em 1924, a Companhia Nacional de Tecidos Nova América. Segundo Abreu (1988:80), essas foram seguidas pela instalação da MARVIN (parafusos e pregos) e outras indústrias que ali buscavam grandes áreas a preço baixo. Ainda para o autor, a instalação destas fábricas começou a atrair um grande número de pessoas que, passaram a se instalar em suas proximidades e que, sem o auxílio do Estado, iniciaram, em muitos casos, o processo de favelização dos subúrbios como o que se deu no Jacarezinho.

Por outro lado, um grande número de loteadores não perdeu a oportunidade de fazer negócios com terras urbanizáveis, iniciando um rápido processo de demarcação de loteamentos para abrigar o grande contingente de migrantes que, em alguns casos, tiveram um incremento populacional na ordem de 200% como foi o caso de Irajá. Os terrenos eram vendidos a preço módico e consolidavam assim os novos bairros do Rio de Janeiro.

Dois outros fatores também colaboraram para o crescimento das freguesias suburbanas: a instalação de bases militares (Marechal Hermes, Deodoro, Vila Militar, Inhauma, Irajá e Campo Grande) e a construção das avenidas Automóvel Clube e Suburbana integrantes das Rodovias Rio - São Paulo e Rio-Petrópolis (Abreu,1988).

Assim, nasceram os bairros ao longo das linhas férreas e rodovias que se destinavam, a partir de então, ao abrigo da localização industrial e da distribuição da força de trabalho através de loteamentos que garantiam a reprodução do capital imobiliário.

O desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro nas primeiras duas décadas do século XX realizou-se, segundo Abreu (1988), de forma relativamente autônoma o que levava as

indústrias buscarem locais próximos às áreas urbanizadas. Entretanto, a crise do capitalismo mundial em 1929 e a Revolução de 1930 trouxeram novos (re) arranjos sociais apresentados pelo enfraquecimento da aristocracia cafeeira e o fortalecimento da burguesia industrial e financeira. Assim, a partir de 1930 esta situação começa a mudar. Segundo Abreu (1988:96), mesmo sem alterar substancialmente a composição orgânica do seu produto, a atividade industrial carioca passa, entretanto, a sofrer transformações significativas, tanto no nível de sua composição setorial, como no que diz respeito a sua relação com o Estado e ao padrão de localização intraurbana.

Os episódios de 1929 e 1930 muito contribuíram para a diversificação industrial, por ramos inexplorados, e para progressiva ocupação dos subúrbios pela transferência de fábricas que antes estavam localizadas no centro e zona sul, pela instalação de novas fabricas e por um enorme aporte populacional que não cessava de chegar à cidade. O centro tomava uma fisionomia urbana mais diretamente ligada ao capital bancário e comercial, a zona sul ligada a expansão de moradias para famílias de rendas mais elevadas e o subúrbio como espaço da fábrica e da reprodução de força de trabalho.

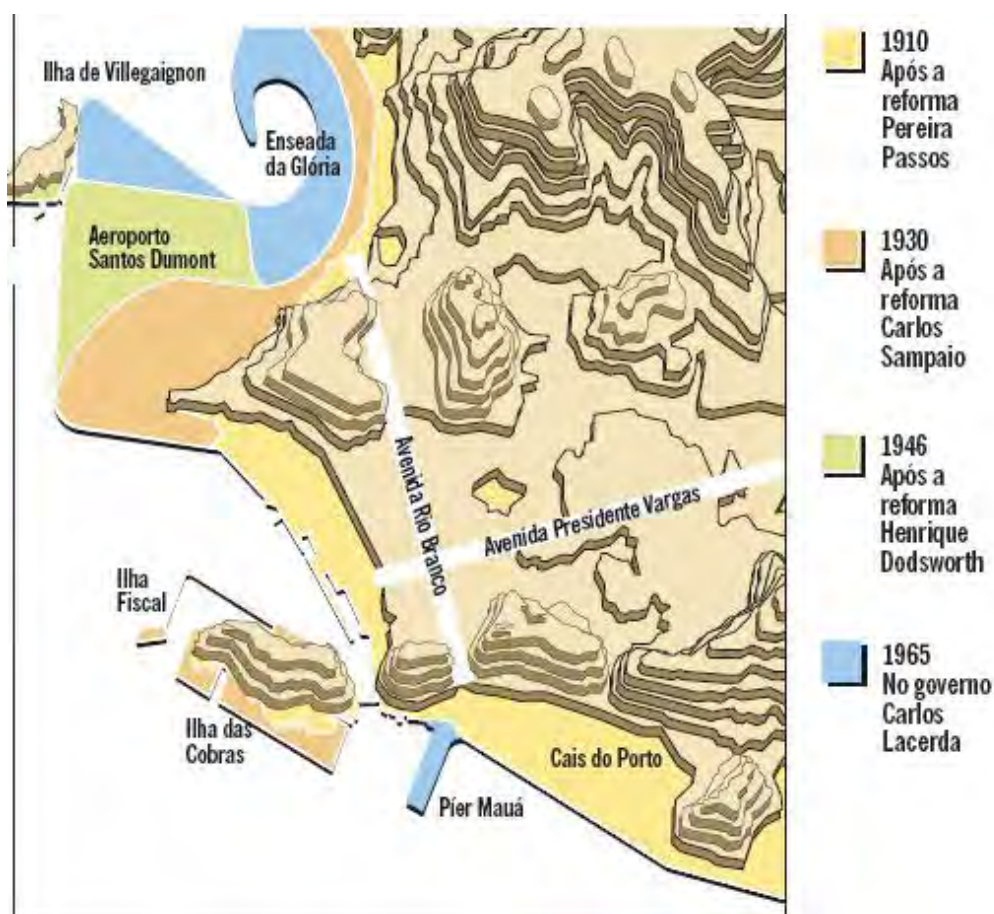
As novas fábricas edificadas nos subúrbios contaram com a contribuição direta e indireta do Estado, sobretudo através de investimentos em infra-estrutura e obras realizadas de drenagem e saneamento de rios e várzeas pelo DNOS, que possibilitaram a utilização de novos sítios pela indústria e para ocupação residencial.

O Estado passou, a partir de então, a orientar a o uso da via férrea para tais finalidades e a intervir, pela primeira vez, no processo de localização industrial através da definição das possíveis zonas industriais da cidade²⁵ pelo Decreto Lei 6000/37.

As chamadas áreas suburbanas apresentaram, com isso, na década de 1940 um espantoso crescimento fabril e populacional, principalmente, devido aos efeitos positivos da Segunda Guerra Mundial para a economia do país e as políticas de renovação urbana da Era Vargas que demonstrava uma associação afinada entre o Estado e a indústria. Segundo Abreu (1988:103), a associação Estado - Indústria pode ser demonstrada com as obras de saneamento do DNOS na orla da Baía de Guanabara que possibilitaram a inauguração da Avenida Brasil, em 1946. A inauguração dessa avenida dinamizou a capacidade de transporte interestadual e possibilitou a utilização de novas áreas, criadas sobre aterro, pela indústria. Entretanto, não foi somente a indústria que se beneficiou da construção da Avenida Brasil. A crise habitacional, vivida pelo Rio de Janeiro desde os primórdios da sua fundação, encontro ao longo desta avenida uma válvula de escape: a construção de favelas. Novamente observa-

se que o aterramento da orla marítima é um recurso recorrente à produção da terra urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 11 - Os Aterros no centro do Rio de Janeiro no século XX.



Fonte: Jornal O Globo 05/11/2005

A expansão urbano-industrial posterior à década de 50 e estimulada pela abertura da Avenida Brasil e a abertura de aterros do lixo metropolitano²⁵ foi responsável pela destruição dos manguezais das bacias dos rios Pavuna, Meriti e Acari. Nos manguezais das bacias dos rios Estrela, Inhomirim e Iguaçu é creditada a Refinaria Duque de Caxias a responsabilidade por uma destruição direta de cerca de 4 km² de manguezais e a responsabilidades pela maior parte da contaminação dos remanescentes.

²⁵ Ver Abreu, Maurício.(1988:99) A Evolução Urbana .

²⁶ No aterro de Gramacho, localizado nos manguezais de Duque de Caxias, eram despejadas seis mil toneladas diárias de lixo vindo do Rio de Janeiro e de vários municípios da Baixada Fluminense. (JB ONLINE, 3/7/2006).

Assim, mangues e brejos que margeavam o litoral foram rapidamente destruídos para ocupação urbana orientada pelo Estado. Os nichos que ainda permaneceram foram, ao longo dos anos, ocupados por palafitas construídas por famílias marcadas pela pobreza, conformando um outro cenário dos ambientes de desigualdades aludidos por Roberto Lobato.

Apesar do processo de urbanização ao longo do litoral do centro e da zona norte, diversas colônias de pescadores artesanais e suas famílias - localizadas na Ponta do Caju, Ramos, Penha, entre outros – próximas aos ancoradouros rústicos que abrigavam embarcações de variados portes (de barcos a motor a canoas a remo), sobreviviam ali da pesca. Era uma tradição particular que ainda sobrevivia da apropriação de valores de uso da natureza diante do processo avassalador de *metropolização* da cidade.

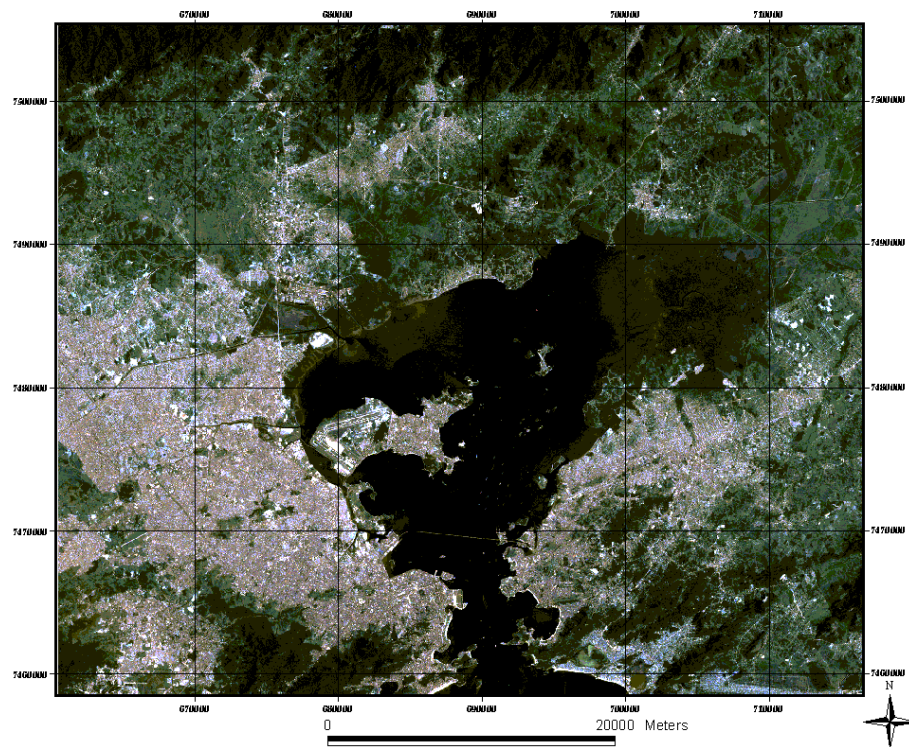
O processo veloz e avassalador de metropolização do Rio de Janeiro levou o Governo Federal, em 1974, através da Lei complementar nº 20/74, criar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A RMRJ é formada pela integração dos municípios de Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Marica, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi e Petrópolis (que atualmente não faz mais parte da RMRJ), São Gonçalo, e São João de Meriti. A criação dessa região possuía o intuito legal para um modelo administrativo para gestão que estabelecesse serviços comuns de interesse metropolitano. Também criou as Zonas de Uso Exclusivamente industrial em cinco municípios: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Itaboraí e Itaguaí.

Em Duque de Caxias, por exemplo, a zona de uso exclusivamente industrial abrange a área onde foi instalada a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), a maior refinaria de petróleo e seus derivados no Brasil, a COSIGUA, a Valesul alumínio, a Casa da Moeda, a White Martins acetileno, a Usina Termoelétrica de Santa Cruz e outras.

A expansão urbana carioca foi acompanhada da expansão industrial e vice-versa. Assim como ambas foram acompanhadas de um processo de metropolização do território carioca que varreu parte significativa da agricultura e pecuária da região da Guanabara e se confrontou diretamente com lógicas não diretamente urbano - industriais.

3.3 - Diferenciação das Baixadas do Recôncavo da Guanabara: baixada Noroeste e baixada Nordeste.

Figura 12- A concretização da metrópole carioca: nuanças do processo de urbanização da Baía da Guanabara



Fonte: Wikipédia 2005 nuanças do processo de urbanização da Baía da Guanabara.

“A disseminação cada vez maior do homem pelas margens da baía, acelerada pelo saneamento oficial redonda agora em resultantes bem diversas do primitivo povoamento. É ela que atualmente determina a valorização da terra; o crescente apelo a vias de comunicação; o previsível retalhamento da gleba em lotes germinadores de futuras vilas; o avultante aumento das necessidades e instalações; as iniciativas fabris com matéria- prima importada; uma organização enfim, de atividades que em conjunto as reajustem no perfeito equilíbrio econômico - social entre uma grande cidade e a zona que a circunda, semi-rural.” (Lamego, 1948:233).

A baixada da Guanabara, como nos diria Geiger (1956), compreende *escudos cristalinos e grandes depressões sedimentares* localizados entrem a baía da Guanabara e a Serra do Mar. Podemos dizer que esta região abrange parte significativa da região metropolitana do Rio de Janeiro e da bacia da Guanabara²⁷.

Vimos que a baixada da Guanabara, no final do século XIX, passou por profundas transformações devido ao fim do sistema escravista e a concentração da produção agrícola no norte do estado e no Vale do Paraíba.

Para Leonilde Medeiro (1981), o deslocamento da cafeicultura provocou o êxodo da população das áreas “abandonadas”, criando o fenômeno de cidades mortas. Esta autora aponta que esse deslocamento pode explicar porque encontrava-se, ainda, nos anos 50/60, em torno da cidade do Rio de Janeiro, áreas abandonadas ou pertencentes ao Estado ou à União. Nessas áreas e nesse período observava-se a ocupação de camponeses sem terra que passam a cultivar a terra com mão de obra familiar.

A chegada de parte significativa desses novos ocupantes na região pode ser balizada entre 1920 e 1950, assim, segundo Manoela Pedroza (2003), o florescimento de novas atividades nessas áreas abandonadas, principalmente a cultura de gêneros alimentícios, de frutas e a extração de maneira, mesmo controladas por grandes proprietários e seus administradores, atraiu muitas famílias de pequenos lavradores, que se associavam a essa produção por meio de parcerias para o cultivo de pequenos lotes ou posse.

Para muitos autores essas transformações evidenciavam o abandono e a decadência da baixada. Entretanto, para Grynszpan (1987) *a decadência foi relativa e encontrava-se associada ao abandono e ao desinteresse dos grandes proprietários*²⁸.

Ainda para o autor, áreas da baixada, terras desvalorizadas, sem interesse dos grandes proprietários tradicionais, foram mudando de mãos ao longo das décadas seguintes e aos

²⁷ A Bacia que drena a Baía de Guanabara está inteiramente compreendido na área intertropical e, em decorrência disto, possui um clima quente e chuvoso, tipicamente tropical, responsável pela existência da exuberante Mata Atlântica e vastíssima biodiversidade. Tem 4.600 km² constituídas por rochas gnáissicas e graníticas pré-cambrianas, rochas alcalinas cenozóicas, depósitos continentais cenozóicos das formações pré-Macacu, Macacu e Caceribu, bem como sedimentos holocênicos fluviais, coluviais, marinhos e fluvio-marinhos. Engloba praticamente toda a região metropolitana do Rio de Janeiro. Inclui total ou parcialmente os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, São Gonçalo, Magé, Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, Nilópolis, Queimados, Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Petrópolis. (Amador, 1997)

²⁸ “Por isso, a noção de decadência e de abandono deve ser usada entre muitas aspás. Vou explicar isso melhor: quem vê a região abandonada são os grandes senhores porque, para a exportação, houve concretamente decadência na produção (Santos, 1984), principalmente se comparada ao passado de grande fazenda escravista. Mas para um outro grupo social esse abandono abriu novas possibilidades de trabalho da região, já que o

poucos foram sendo ocupadas por lavradores oriundos de outras regiões do próprio estado ou do país que, em condições diversas que vão desde a parceria até a ocupação pura e simples, passando pelo arrendamento, ali começam a produzir, juntamente com suas famílias, para si e para os mercados mais próximos (Grynszpan,1987:38/40). O autor defende, inclusive, que as lavouras desses pequenos proprietários e ocupantes eram significativas no conjunto geral da produtividade de alimentos.

Podemos concluir que nesse período, denominado por alguns autores como decadente, em que se iniciaram as ocupações, a Baixada podia ser retratada como uma região com grandes extensões de terras, a maior parte pública, mas também privadas, abandonadas, incultas e, em alguns trechos, pantanosos e sujeitas a doenças.

Se por um lado a chegada de imigrantes para tratar com a terra deu, aos poucos, nova vida a região, por outro lado, a crise do sistema escravista, e a perda de terreno do café fluminense para áreas mais dinâmicas do país, associadas a própria queda do preço do produto no mercado internacional, levou as elites compreenderem todo um debate em torno da necessidade de se diversificar a produção e a não depender exclusivamente da agricultura de exportação. (Grynszpan,1987:26)

Assim, nas três primeiras décadas do século XX, a baixada da Guanabara tornou-se uma das principais áreas da fruticultura de laranja, banana e abacaxi do país. Essa expansão, até a década de 1940, deu-se por toda a baixada da Guanabara e esteve relacionada com as transformações ocorridas, principalmente, após a decadência das antigas fazendas de açúcar, que sobreviviam da exploração vegetal, criação de gado e cerâmicas, e a conquista de mercados europeus durante a Iª Guerra.

Para Geiger e Mesquita (1956:32), a fruticultura surgiu como uma alternativa impulsionada pelo mercado externo e pelas obras de infra-estrutura ligadas ao desenvolvimento urbano que garantia acesso ao mercado consumidor interno.

Assim, a proximidade com o novo porto, equipado com câmaras frigoríficas, e o êxito econômico proporcionado pela fruticultura para exportação levaram alguns fazendeiros, que há muito tratavam com o gado, a retornar a agricultura. Esse processo se intensificou com a vinda de comerciantes em busca de frutas. Surgiram novos pomares que em grande parte começaram a serem adquiridos por comerciantes ligados ao Mercado Municipal do Rio de Janeiro.

desinteresse dos proprietários em cultivar permitia que pequenos agricultores sem posses pudessem mais facilmente viver trabalhar naquelas terras” (Manoela Pedroza, 2003:72)

Ainda segundo Geiger e Mesquita (1956:32), nesse período, o estabelecimento de pomares de cultura permanentes era uma forma de valorizar os terrenos sem que se tivesse grandes gastos com a mão de obra. Por outro lado, esta prática da valorização de terras era ampliada com o início do loteamento de grandes propriedades.

Entretanto, as riquezas mercantis proporcionadas pelos arrendamentos e pela atividade propriamente agrícola, superaram nas primeiras décadas do século XX, em muito, aos lucros que poderiam advir da sua conversão em lotes urbanos como aconteceu, de modo pronunciado, ao longo das estradas de ferro (Abreu, 1988:82).

Depois de um período de rápida prosperidade os primeiros sinais de crise da fruticultura começaram a surgir, sobretudo durante a IIª Guerra. A partir desse momento a progressiva queda no preço das terras possibilitou um forte aumento na aquisição de terras por empresas e proprietários individuais da cidade, cujo propósito dominante era constituir reservas territorializadas de valor.

Em muitos aspectos, a reconquista da baixada da Guanabara preservava muito dos elementos encontrados no passado, sobretudo com a permanência de velhos sistemas agrícolas com uma economia voltada para o mercado externo.

Entretanto, se por um lado a produção agrícola da baixada era uma forma de garantir sustento de suprimentos agrícolas à metrópole em formação e um bom número na balança comercial brasileira por outro, *“a baixada era preciosa demais para que se lhe confiasse o puro e simples papel de zona rural. A metrópole necessitava dessa área para instalar sua população em rápido crescimento e para localizar suas indústrias (...)”* (Soares, apud Abreu 1988:111).

Tabela I - População dos municípios e distritos periféricos segundo a localização nos quadros urbanos. (Abreu, 1988:110)

Municípios e Distritos	1940			1950			Crescimento 1940- 1950. (%)
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	
Nova Iguaçu	50.368	25.771	24.187	145.649	77.783	67.866	189
Nova Iguaçu	34.680	20.598	14.082	90.749	58.533	32.216	162
Belford Roxo	7.434	4.051	3.383	23.750	12.933	10.817	219
Japeri ****	1.232	61	1.171				
Cava	3.048	45	2.593	12.376	1.215	11.161	306
Queimados	3.974	1.016	2.958	18.774	5.102	13.672	372
Duque de Caxias	28.328	23.963	4.365	92.459	74.565	17.894	226
Duque de Caxias	24.711	23.707	1.004	73.527	73.527	-	198
Inhomirim *	3.617	256	3.361	18.932	1.038	17.894	423
Nilópolis	22.341	22.341	-	46.406	46.406	-	108
Nilópolis *	22.341	22.341	-	30.711	30.711	-	
Olinda*				15.659	15.659	-	
São João de Meriti	39.569	38.194	1.375	76.462	76.462	-	93
São João de Meriti*	39.569	38.194	1.375	43.790	43.790	-	
Coelho Rocha ***				21.394	21.394	-	
S. Matheus ***				11.278	11.278	-	
São Gonçalo	85.521	66.842	18.679	127.276	101.780	25.496	49
São Gonçalo	13.341	8.484	4.857	28.003	20.620	7.383	110
Ipiúba	10.236	-	10.236	10.456		10.180	2
					276		
Monjolo	3.704	160	3.544			5.185	54
				5.687	502		
Neves	34.209	34.181	28	52.424	52.424	-	59
Sete Pontes	24.031	24.017	14	30.706	27.958	2.748	28
Niterói	146.414	124.507	21.907		171.198	15.111	27
				186.039			
Niterói	142.407	124.507	17.900	182.039	170.868	11.171	28
Itaipu **		-	4.007				7
	4.007			4.270	330	3.940	
TOTAL	372.541	301.618	70.513	674.291	547.924	126.367	81

Fonte: Recenseamento de 1940 e 1950

* Pertencia em 1940 a Nova Iguaçu

* Pertencia em 1940 a Nova Iguaçu

** Pertencia em 1940 a São Gonçalo

*** Distrito criado na década de 1940

**** Ao que parece foi absorvido pelo Distrito de Queimados.

Nesse momento, podemos perceber como nos mostra a tabela I um processo simultâneo de ruralização e de urbanização promovendo um consistente e rápido crescimento populacional na região em apenas uma década. Nota-se, ainda, nas informações da tabela I, os elevados percentuais de crescimento dos municípios e distritos de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Queimados e Nilópolis. Estes que viriam compor, a partir da década de 50, o conjunto regional que passou a ser identificado como Baixada Fluminense²⁹.

É importante enfatizar que, dentro desse contexto, fazia parte dos planos de governos, desta época, o incentivo ao aproveitamento de terras agrícolas. Para tanto, em 1938, foi criada a Divisão de Terras e Colonização que, em linhas gerais, destinava-se a forçar o aproveitamento de terras agrícolas e transformar terras públicas em núcleos coloniais agrícolas para formar ao redor do Rio de Janeiro um cinturão agrícola capaz de abastecer a capital. Entretanto somente os municípios de Papucaia, Magé, Nova Iguaçu e Santa Cruz viram as terras públicas se transformarem em colônias agrícolas. Dentro dessa política de aproveitamento de terras para a agricultura tornou-se indispensável resolver os graves problemas de drenagem não resolvidos (e muitas vezes agravados) devido as técnicas e os objetivos que presidiam tais ações de saneamento por parte do Estado.

Para resolver os graves problemas de drenagem, a contribuição do Estado se deu principalmente através da criação, no início dos anos trinta, da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, subordinada ao Ministério da Viação e de Obras Públicas. Essa diretoria teve como principal objetivo o saneamento da parte noroeste da baixada para impedir suas inundações periódicas.

Para Abreu (1988), é importante notar que:

“(…), ao contrário das obras realizadas pelo DNOS no Distrito Federal – que objetivavam claramente a incorporação de novos sítios para o desenvolvimento de atividades urbanas, notadamente a industrial – o saneamento da baixada visava sobretudo a dotar a

²⁹ Para Gaiger e Mesquita (1956) a Baixada Fluminense se estende ao longo do litoral do Estado do Rio de Janeiro, de norte a sul até onde a serra do mar passa a ocupar toda a orla costeira, ou seja, a baixada Fluminense é todo o complexo que encontramos entre a serra do mar e o litoral, estendendo-se de Parati a Campos.

Para Grynszpan (1987) “Na verdade o termo Baixada fluminense, tal como usualmente empregado hoje, e em parte também naquele período, tem uma conotação marcadamente urbana. Ele se refere a quatro municípios mais próximos e com estreitos vínculos com a cidade do Rio de Janeiro, que são Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti, esses dois últimos com área rural bastante reduzida.

Ainda para Grynszpan, “A categoria Baixada da Guanabara, que é utilizada pelos geógrafos quando se referem à zona fisiográfica que circunda a Baía de Guanabara e parte do Rio de Janeiro (...) Assim, em 1950, segundo o IBGE, a baixada da Guanabara compreendia os seguintes municípios: Cachoeira de Macacu, Duque de Caxias, Itaboraí, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João de Meriti.” (Grynszpan, 1987:18)

Capital da República de um Cinturão agrícola, tornando o seu abastecimento independente de transportes longos e dispendiosos. Tal objetivo se calcava na necessidade de evitar futuros problemas de abastecimento que haviam ocorridos durante a 1ª Guerra, e que poderiam vir a se repetir no futuro.” (Abreu, 1988)

As obras de saneamento da baixada durante muito tempo foram executadas com base em escassas pesquisas e poucos levantamentos topográficos. Além disso, a falta de continuidade administrativa e o encarecimento por interrupções consecutivas tornaram a tarefa árdua. Entretanto, podemos apontar que, a partir de 1939, esta situação se transformou e as obras passaram a serem realizadas de forma contundente. A exemplo, podemos citar, a desobstrução e dissecação de grandes superfícies que possibilitaram estudos sobre a vazão dos rios e a valorização de grandes áreas, antes alagadas e, a partir de então, passíveis de aproveitamento econômico. Esse foi o caso das obras realizadas no Rio Meriti. Dragagens para a regularização e aprofundamento do leito, aumentaram-lhe a capacidade, e diques para impedir as inundações, nas partes marítimas dos rios, transformaram em *polders* os imensos alagadiços que passaram a ser aproveitados para o uso agrícola. (Lamego, 1948:296).

Em Santa Cruz, diques alargavam e controlavam o leito maior dos rios impedindo-os de extravasarem. Grandes canais foram abertos possibilitando o Guandu- Açú e o São Francisco entrosarem-se com um sistema de canais menores – Guandu- Mirim, Goiaba, Água Branca e Cação Vermelho. Assim, a planície de Santa Cruz foi posta à disposição das atividades humanas. (idem: 297).

Segundo Lamego os projetos do Departamento de Saneamento da Baixada alcançaram a bacia de cada rio na tentativa de tornar a baixada uma grande área abastecedora de produtos agrícolas da metrópole em construção:

“Com suas poderosas drag-line terrestres de caçamba de arrasto, com as suas dragas flutuantes de alcatruzes de sucção e recalque, com seus scrapers puxados por trator, toda a baixada fora intensamente ferida de largos sulcos que drenavam rios limpos de galhadas, de velhos barcos naufragados, de toda uma pesadíssima vegetação aquática manual ou mecanicamente removida, equilibrados em leitos definidos por endicamentos e regulados por barragens.” (Lamego, 1948:296).

Um resumo quantitativo desse trabalho até 1945 é apresentado por Lamego (1948) na tabela abaixo:

Tabela II - Obras de drenagem realizadas no Estado do Rio de Janeiro.

	Baixada Fluminense	Baixada da Guanabara
Limpeza de rios	6.842.977 Km	3.256.242 Km
Endicamentos de alvenaria	47.881 m3	-
Volume de terra movimentado	45.542.512 m3	23.218.822 m3
Pontes construídas	5.380.080 Km	1.924.250 Km – 204 pontes

Além das obras de saneamento a ação da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense foi fundamental para a integração da baixada através da construção de pontes e rodovias que permitiram uma ampliação das atividades econômicas, notadamente agrícolas, e a criação de loteamentos para abrigar os trabalhadores da Capital.

Tabela III - Loteamentos e de lotes aprovados por localização década de aprovação em municípios do recôncavo.

Município e Região administrativa	Até 1929		1930- 1939		1940- 1949		1950- 1959		1960- 1969		1970- 1976	
	Nº de Lotea-mentos	Nº lotes	Nº de Lotea-mentos	Nº lotes	Nº de Lotea-mentos	Nº lotes	Nº de Lotea-mentos	Nº lotes	Nº de Lotea-Mentos	Nº lotes	Nº de Lotea-mentos	Nº lotes
Niterói	-	-	2	296	14	4.419	26	4.995	9	1.622	17	3.092
São Gonçalo	-	-	3	922	130	38.617	295	82.614	82	19.510	76	15.724
Duque de Caxias	7	3.302	11	9.169	65	36.959	205	86.299	126	44.386	92	15.095
Nova Iguaçu	7	866	3	311	376	25.592	917	166.816	460	72.293	204	45.572
São João de Meriti	6	5.356	6	3.169	14	10.386	45	19.623	29	3.479	6	1.244
Nilópolis	1	11.000	2	2.770	1	88	1	461	-	-	-	-
R.A . Anchieta	-	-	4	2.904	2	32	25	11.601	59	4.291	10	3.316

Fonte: CPU/IBAM e Prefeituras Municipais

Como podemos perceber, através da leitura da tabela III, houve um significativo crescimento no número de lotes urbanos em municípios da Baixada da Guanabara. Geiger e Mesquita (1956) afirmam que a baixada da Guanabara apresenta um exemplo interessante:

“(...) planejou-se a realização das obras de saneamento, visando a uma intensificação das atividades agrícolas”, porém o que se observou foi a extensão cada vez maior das atividades de loteamento de tipo urbano, promovendo a concentração da população nos núcleos urbanos mais importantes, sobretudo onde a especulação com as terras valorizadas pelas obras de saneamento se opôs ao seu aproveitamento agrícola.

Grynszpan (1987) ressalta que as obras de saneamento, a construção de estradas e pontes e o avanço das áreas urbanas valorizaram as terras da baixada e ao invés de incentivarem a produção agrícola acabaram por alimentar a especulação para o loteamento urbano e a disputa de grandes propriedades. Conclui-se que os objetivos inicialmente propostos pelo plano de obras de revitalização agrícola da região não foram alcançados, sendo sucumbidos pelas ações e interesses do mercado imobiliário urbano.

Pedroza (2003) afirma que a baixada *passou a ser o nordeste sem seca*, com aproximadamente cinco mil famílias ameaçadas pelo avanço dos loteamentos, relacionado diretamente com a transformação do espaço rural em urbano, em particular nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu (Grynszpan, 1987; Araújo 1982).

Identifica-se, segundo Pedroza (2003), um fenômeno sócio-territorial singular na baixada por que: *Sua expansão no período é impressionante: a princípio eles se circunscreviam às áreas próximas ao centro urbano para a formação imediata de novos bairros, tornando áreas incultas (particulares ou públicas) ou cultivadas por parceiros e posseiros*. Entretanto, com o passar do tempo, os loteamentos passaram a invadir terras mais distantes, com fins de especulação. (idem:97).

Os loteamentos se alimentaram de uma situação muito comum nos *sertões cariocas*: a indefinição quanto aos limites e a situação das propriedades. (ibidem:97)

Mesmo assim, as contradições de uma legislação que falava inicialmente em privilegiar a produção agrícola acabaram semeando no local uma camada de pequenos lavradores independentes, que se tornaram, mais tarde, a origem da resistência organizada aos despejos que acompanhavam a urbanização sob a égide das empresas imobiliárias.

Apesar da diversidade de atores sociais que participaram da ocupação territorial da baixada - comerciantes de madeiras, especuladores de terra, classe média interessada em obterem sítios de recreio – Pedroza (2003:170), afirma que, em sua quase totalidade, os ocupantes eram lavradores em busca de terra. Acrescenta, ainda, aquele autor que em todas as

situações, contudo, a sua sobrevivência na área só era possível graças ao extrativismo, à caça, à pesca e aos apoios e a solidariedade que recebiam³⁰. (Pedroza, 2003:184).

Do outro lado o avanço dos loteamentos e de outro a criação de gado extensiva tornaram-se uma saída para proprietários de grandes extensões a espera da valorização da terra³¹.

A criação de gado extensiva nas regiões próximas a Campo Grande, Baixada do Guandu, Santa Cruz significou uma queda da produção da lavoura e a saída de muitos moradores. Evidenciou-se, também, o avanço da concentração fundiária rural nas mãos de *comerciantes, donos de packing-house, proprietários de lojas no mercado municipal do Rio, como os da casa da família Oliveiras*, nos municípios de Nova Iguaçu, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí e outros grandes comerciantes que ampliavam suas posses nos municípios de Campo Grande e Santa Cruz, (Geiger e Mesquita 1956:56).

A posse de grande quantidade de terras por proprietários rurais, pessoas residentes na cidade ou por firmas comerciais tornou-se uma das principais características da baixada. Assim, espremidos entre uma estrutura agrária extremamente concentrada, de caráter bastante tradicional, e um movimento especulativo avassalador, intensificou-se nos a partir da década de 50 a expulsão de posseiros, criando um clima de tensão social bastante forte.

Para Grynzspan (1987), foi na década de 1950, quando aumentava o número de ocupantes na baixada, que os despejos de lavradores começaram a se intensificar.

“O despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos era o principal problema social existente no campo fluminense entre 1950 e o início da década de 1960 (...) Sua região de maior incidência, no entanto, foi aquela mais próxima à cidade do Rio de Janeiro e a Baía de Guanabara, destacando-se os municípios de Cachoeira de Macacu, Itaboraí, Itaguaí e, particularmente, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Mage.” (Grynzspan, 1987:16/17).

A crescente valorização da terra Guanabariana possibilitada por um enorme aporte populacional vindo de outras cidades e estados e pelas obras de drenagem fez com que, a partir de um dado momento, os conflitos pela posse da terra se tornassem cada vez mais acirrados como podemos apreender nas palavras abaixo:

³⁰ “A extração e a venda de lenha e carvão, normalmente atividades complementares dos lavradores, eram fundamentais nos momentos iniciais de ocupação.” (Pedroza, 2003).

³¹ Entretanto com a valorização da carne e do leite e a ampliação do mercado de consumo no Rio de Janeiro e nas regiões adjacentes o valor do gado elevou-se mantendo, assim, a permanência de grandes propriedades para fins rurais.

“Terras desvalorizadas há muitos anos sem nenhum valor. De repente, valorizaram muito e apareceram os verdadeiros donos, ou pseudo- donos, grilheiros, querendo tomar essas terras.” (Badger da Silveira apud Grynszpan, 1987).

Entretanto na baixada, de 1950 à 1960, as áreas de lavoura, expandiram-se em detrimento das pastagens, matas e terras incultas³². “Esse aumento da lavoura, por sua vez, é bastante próximo do aumento das áreas sobre responsabilidade de arrendatários e de ocupantes que passaram o controlar mais de 28.290 ha de terras.

Apesar do aumento das áreas de lavoura em detrimento as de pastagem existem, segundo Grynszpan (1987), relatos da proibição de culturas permanentes e de despejos que vinham ocorrendo em função da expansão da pecuária em algumas fazendas como, por exemplo, em Itaboraí.

Assim, ao mesmo tempo em que se ampliava a área de lavoura na baixada, impulsionada, em larga medida, pela ação de pequenos lavradores, avançavam também a especulação e a disputa de terra, devido a expansão urbana do Rio de Janeiro, principalmente, nos municípios do Noroeste da baixada da Guanabara.

O avanço da ocupação urbana das baixadas de Guanabara ocorreu de modo desigual. É bastante nítido como suas porções de menor densidade de relações sócio-espaciais (a periferias distantes, na expressão de Abreu) do chamado núcleo urbano central³³ – a própria cidade do Rio de Janeiro/ Niterói – foi se configurando como territórios ruralizados e de reserva imobiliária de valor para uso urbano.

A partir de meados do século XX, o desenvolvimento da baixada da Guanabara começa a construir uma diferenciação interna. Isso se deu devido a diferenças criadas pela expansão da metrópole carioca refletida no uso do solo. De um lado teremos a parte noroeste da baixada da Guanabara intensificando a partilha de terras para a construção de loteamentos apesar da manutenção de áreas reservadas para fins rurais. De outro lado teremos a baixada nordeste seguindo o mesmo caminho, contudo num ritmo muito mais lento de urbanização.

³² Grynszpan (1987:40) “assim, se no estado como um todo, são as áreas de pastagem as que mais cresceram entre 50 e 60, (CODERJ, 1970: 93) o mesmo não ocorre na Baixada³². Aqui, são as faixas dedicadas ao plantio que se expandem. Isto se dá, em grande medida, porque lavradores oriundos de diversos ponto do estado, ou do país, estabelecem-se nas baixadas através de ocupação, arrendamento ou outro tipo de relação, nelas passando a produzir.”

³³ “O núcleo é constituído pela área comercial e financeira central (o antigo core histórico da cidade) e por suas expansões em direção à orla oceânica (a zona sul) e ao interior (cujo, os limites seriam os bairros da Tijuca, de Vila Isabel, de São Cristóvão e do Caju), mais o centro e a zona sul de Niterói.” (Abreu, 1988:18).

3.3.1 A Baixada Noroeste do Recôncavo da Guanabara

Para Geiger e Mesquita (1956), a baixada noroeste da Guanabara se tornou uma das regiões da Guanabara onde o Governo empreendeu maior número de obras diretamente ligadas ao incentivo e desenvolvimento de atividades econômicas, dentre elas a instalação de colônias agrícolas e pavimentação de numerosas estradas a partir da drenagem de planícies aluvionais extensas. A produção intencional do espaço estava marcada pelo aterramento de pântanos e manguezais como instrumento de criação do solo.

Foi a partir do saneamento parcial da baixada fluminense que as localidades como Nova Iguaçu, Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias, ligadas ao centro pelas estradas de ferro desde o terceiro quartel do século XIX, puderam concretizar a expansão urbana e transformar o valor da terra – que a partir de então ganhou uma conotação urbana com a construção de loteamentos. A expansão dos loteamentos, embora tenha preservado grandes propriedades rurais e colônias agrícolas, ganhou grande parte da área noroeste da baixada da Guanabara, principalmente, a partir do avanço e o barateamento dos meios de transporte que permitiram ao trabalhador se deslocar por longos trechos, agora bem mais rápidos e a baixíssimo custo pelo implemento da ferrovia.

A abertura da Rodovia Presidente Dutra em 1951 viria reforçar todo esse processo de incorporação de novas áreas à malha urbana metropolitana, uma vez que em suas margens foram localizadas várias indústrias que de certa forma incentivaram a multiplicação dos loteamentos residenciais nas áreas mais próximas a rodovia (Abreu, 1988:155).

A expansão dos loteamentos ganhou enorme força também a partir de iniciativas tais como a da Caixa Econômica Federal que financiou a construção de moradia nas áreas interiores da baixada como Nova Iguaçu e próximas aos centros industrializados para os trabalhadores de grandes empresas. Assim localidades como Nilópolis e Meriti saíram da categoria de vila e elevam-se a categoria de cidade.

É importante notar que a vizinhança com os subúrbios do município do Rio de Janeiro fez com que a expansão da cidade se desse de forma contínua pelos municípios da baixada noroeste da Guanabara que, a cada momento, recebia um enorme fluxo populacional de baixa renda fazendo com que alguns municípios como Nova Iguaçu e Duque de Caxias tivessem sua população triplicada em 10 anos, como mostra a tabela I (página 74).

Os municípios da região noroeste da Baixada Guanabara (vide tabela III, página 76) são, sem dúvida, os mais expressivos em termos de ocupação por parte de famílias de baixa renda. Destacamos o forte crescimento em Duque de Caxias que, no período de 1930/1939,

possuía 11 loteamentos (9.166 lotes) alcançando 205 loteamentos (86.299 lotes) no período 1950/1959. O mesmo pode ser identificado no município de Nova Iguaçu que no período de 1930/ 1939 possuía apenas 3 loteamentos (301 lotes) e vinte anos depois atingiu a marca de 917 loteamentos (166.816 lotes). Esse forte crescimento está intimamente associado ao assentamento de característica urbana de famílias de baixa renda oriundas de migrações regionais.

Desta forma, o urbano avançou rapidamente pelos municípios vizinhos ao subúrbio carioca concretizando de forma exponencial a metropolização do território. Deste processo foram poupados apenas às encostas da serra, colônias agrícolas e propriedades agropecuárias localizadas, principalmente, no extremo norte de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e no município de Queimados.

É importante acrescentar que a crescente valorização do solo nesses municípios levou muitos dos que tratavam com a agropecuária a serem expulsos e outros a vender suas terras e recomeçarem suas culturas em terras menos valorizadas. Assim, vários ocupantes e proprietários rumaram para a baixada Nordeste do Recôncavo da Guanabara.

Alberto Lamego na década de 1940 falando sobre a expansão da metrópole carioca apontou para o futuro dessa expansão:

“Nenhum esforço, nenhum povo, nenhum governo em casos como este de uma tão palpável predestinação poderá demover os intuitos da natureza. Toda a evolução econômico social das margens da Guanabara, todo seu passado agrário, toda a sua luta histórica para a adaptação a um meio hostil pelo cultivo da terra, foi apenas um prelúdio do que iria ali acontecer. O recôncavo foi planejado para uma cidade imensa (...) expoente máximo da civilização de um grande povo.” (Lamego,1948:233).

Entretanto o rumo da expansão metropolitana aludida por Lamego não se concretizou em sua plenitude. De certa forma podemos dizer que isso se deu devido a episódios significativos – fortalecimento do capital industrial e financeiro; Segunda Guerra - que marcaram a história de nosso país e contribuíram fortemente para seu reordenamento econômico/ industrial.

Esse reordenamento levou São Paulo à hegemonia econômico/ industrial do país em meados do século XX. Esta nova conjuntura brasileira teve fortes rebatimentos no caminhar de toda a sociedade e nos rumos do recôncavo guanabariano. A partir deste momento a

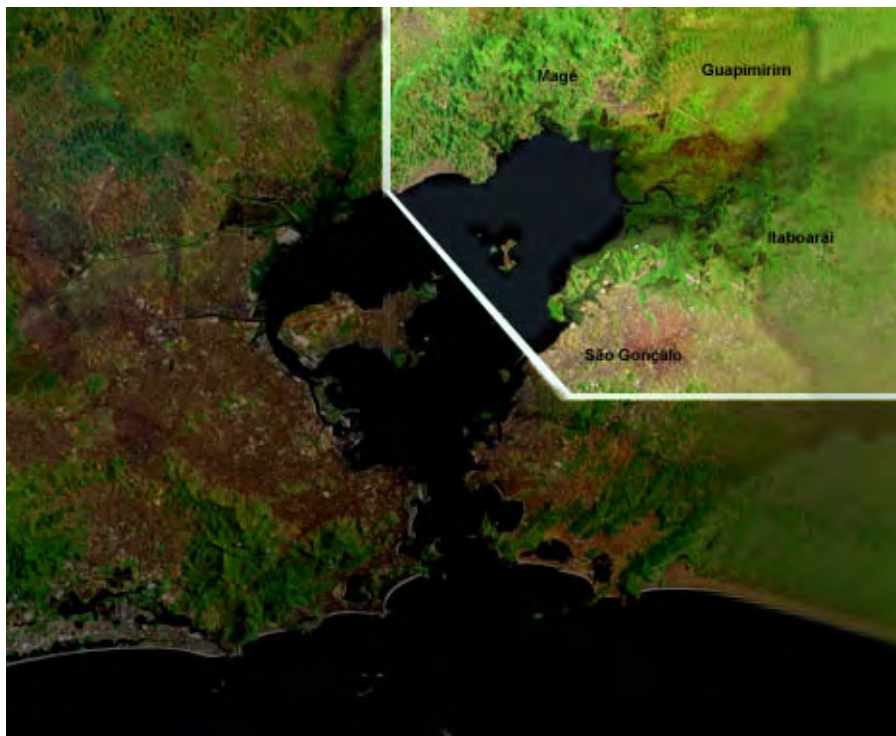
expansão industrial do Rio de Janeiro sofreu uma significativa desaceleração alterando os rumos da expansão metropolitana carioca.

Se por um lado a região metropolitana carioca não parou de receber grandes contingentes populacionais a cada ano, por outro lado, estes se aglomeravam cada vez mais nas áreas já urbanizadas e em nascentes favelas. Além disso, a expansão dos loteamentos ganhou uma nova feição com a expansão das estradas e ascensão da classe média que a partir desse momento assume um importante papel de investidor do mercado imobiliário através da aquisição de sítios nos loteamentos de veraneio que cresciam ao longo do litoral.

É importante notar que a intensidade dos loteamentos e seu respectivo valor decresciam com o distanciamento da cidade do Rio de Janeiro e Niterói. Como informam, Geiger & Mesquita (op.cit.), esses loteamentos já havia se estendido *pela baixada de Sepetiba e atingido os limites da Baixada Fluminense, onde a serra do mar passa a ocupar toda a orla costeira*. Esse movimento de expansão dos loteamentos demonstra que a partir de determinado momento, houve uma desaceleração no processo de interiorização da metrópole em direção ao recôncavo da Guanabara.

3.3.2 A Baixada Nordeste do Recôncavo da Guanabara

Figura 13 - O recorte nordeste da baixada da Guanabara: Magé, Guapimirim Itaboraí e São Gonçalo.



Fonte: Imagem adaptada do Site Wikipedia, 2005.

A Baixada Nordeste do recôncavo da Guanabara depois de passar por períodos gloriosos, com a primeira fase da cana-de-açúcar e com uma rede de portos de escoamento das riquezas minerais das Minas Gerais, assistiu a rápida e devastadora cultura do café tomar suas terras e logo ser substituída pelos antigos engenhos de açúcar que ressurgiram, porém de forma enfraquecida pela concorrência dos canaviais do norte do Estado. Assistiu, também, a fruticultura desmatar suas formações arbóreas e ganhar suas terras durante as três primeiras décadas do século XX, para entrar em declínio logo após a Segunda Guerra.

Enquanto as mudanças de lavouras seguiam as demandas do mercado na baixada nordeste do Recôncavo, principalmente as encostas e partes mais elevadas da baixada, a pecuária seguia povoando as áreas de várzeas e, nos momentos de crise da lavoura principal, o gado tornava-se uma alternativa comum aos proprietários de terra.

Apesar da vulnerabilidade econômica das lavouras de mercado externo, a Baixada Nordeste conheceu um expressivo movimento de localização de manufaturas e indústrias ligadas à extração de bens da natureza – papel, cerâmica, cimento, fósforos, compotas de

doces – associadas tanto ao mercado local que ganhava corpo com a criação de vilas e vilarejos como também ao mercado metropolitano em consolidação.

A expansão urbana / industrial do Rio de Janeiro no período pós IIª Guerra impulsiona o reordenamento da região do recôncavo, integrando / transformando os lugares em ritmos distintos. No caso da Baixada Nordeste esse ritmo de integração/mudança apresentava-se lento, sobretudo pelo predomínio absoluto da grande propriedade fundiária de uso extensivo de terras e um significativo número de posseiros e pequenos proprietários. Acrescentaríamos também a presença de imensas áreas sujeitas a inundações periódicas e cobertas de manguezais.

Como vimos anteriormente, a expansão de atividades manufatureiras e industriais, associadas, sobretudo, aos valores de uso da Natureza – as cerâmicas e fábricas de cimento – se processaram fora dos limites urbanos, na zona rural. Estas marcaram sua presença na porção nordeste da baixada da Guanabara explorando - especialmente em Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo - importantes depósitos de tabatinga e calcário, além da madeira como combustível para a fabricação dos bens manufatureiros e industriais.

É importante frisar que a localização de indústrias nas periferias próximas e distantes, como São Gonçalo, também contribuiu para urbanização das baixadas da Guanabara, uma vez que possuíam um relacionamento direto com as cidades de Niterói e Rio de Janeiro. A implantação de indústrias metalúrgicas, de cimento, de papel, de fósforos, de vidro e de beneficiamento do pescado, explicam em parte a expansão de determinadas cidades da Baixada da Guanabara, como Nova Iguaçu e a Duque de Caxias e São Gonçalo - principalmente no distrito de Alcântara. Para Geiger e Mesquita (1956), isso pode explicar o caráter desigual de desenvolvimento de muitos municípios, ou seja, nas unidades administrativas onde essas indústrias se desenvolveram a expansão urbana ganhou força e se concretizou. O município de São Gonçalo, por exemplo, passou a atrair um número cada vez maior de trabalhadores e a abrigar grandes loteamentos de empresas como a Light.

Em outros municípios, como é o caso de Itaboraí, assistimos a um pequeno crescimento urbano e a nítida permanência das feições rurais. A ocupação de municípios como Itaboraí e Guapimirim se dividia entre a criação de gado em planícies periodicamente alagadas e as pequenas plantações (banana, abacaxi, laranja, entre outras) em encostas mais suaves. Assim, o uso extensivo do solo agrícola passou ser uma marca característica das baixadas nordeste da Baía da Guanabara, sobretudo com a apropriação do território constituída sob a forma/conteúdo da grande propriedade rural.

Com as transformações ocorridas no país no decorrer da segunda metade do século XX e a reorientação urbano/industrial do Rio de Janeiro, uma forte desaceleração da expansão urbana da baixada nordeste da Guanabara ocorreu e frustrou, de certa forma, as ambições do capital imobiliário. Diversos projetos de loteamentos urbanos de grandes e médias empresas revistos para Baixada Nordeste jamais se concretizaram, principalmente diante da maior densidade dos investimentos imobiliários e de serviços na Baixada Fluminense.

Contudo, outras formas de loteamentos passaram a fazer parte da baixada nordeste no fluxo de metropolização, a exemplo, os pequenos sítios que ao longo da rodovia Amaral Peixoto se multiplicaram com a configuração de uso típica de final de semana para as classes médias.

A forma geográfica de ocupação rural, industrial e manufatureira evidenciava, curiosamente, segundo Geiger (1956), um dos principais problemas identificados nas baixadas localizadas a nordeste do recôncavo da Guanabara. Dentre eles podemos destacar a enorme extensão de áreas consideradas como pouco aproveitáveis para a consolidação de uso econômico mais rentável, principalmente em função das inundações periódicas da planície.

Tratava-se, para muitos, de uma questão de saneamento que, por sua vez, exigia superar as iniciativas parciais e fragmentadas para dar lugar a um plano técnico e territorial que garantisse uma intervenção nas redes hidrográficas para evitar os alagamentos constantes das planícies.

Apesar de parciais, diversas obras hidráulicas foram realizadas na baixada nordeste da baía. Destacam-se, sobretudo, as que produziram ligações entre bacias, permitindo que a desembocadura do rio Guapimirim passasse a receber a vazão da bacia do Macacu. Este sistema se tornou responsável pela quase totalidade da vazão de água doce da baía. Outras obras de drenagem estavam diretamente ligadas à ampliação das terras de baixada para os latifundiários da região, tendo em vista a expansão de pastagens e de futuros loteamentos urbanos.

As limitações técnicas, as ações fragmentadas e a pouca importância das atividades econômicas locais em relação à expansão da metrópole carioca foram, de modo direto, responsáveis pela preservação da complexa rede hidrográfica das bacias da baixada - como o Macuco / Guapi, Guaraí e Guaxindiba - com seus amplos canais de maré associados aos manguezais (Amador,1992). Revelou-se a pouca densidade da urbanização na baixada nordeste onde a expansão do capital industrial e do capital imobiliário não proporcionou os fenômenos da expansão industrial e do crescimento de loteamentos urbanos, tais como os que se fizeram presentes na Baixada Noroeste.

Com a industrialização intensiva no país, a partir do *Plano de Metas (1956-1961)*, a cidade do Rio de Janeiro sofreu dois importantes reveses: a transferência do eixo dinâmico da industrialização para São Paulo e a transferência da Capital Federal para Brasília (1960). Esses importantes reveses levaram a uma desaceleração econômica carioca e a perda da centralidade política que, associados à fusão do antigo Estado da Guanabara (1975/79), ampliaram os contrastes no desenvolvimento desigual da baixada da Guanabara, que resultou na atual forma de ocupação da área.

A baixada nordeste do recôncavo ficaria configurada pela forte presença de latifúndios agrários, de reservas territoriais de valor e uma imensa pobreza de famílias marcadas pela desigualdade social: realidades sociais diretamente associadas às formas e conteúdos dominantes de apropriação e uso do território.

3.3.3 – A Baixada Nordeste do Recôncavo da Guanabara – Guapimirim, Magé, Itaboraí e São Gonçalo: uma textura rural da Região Metropolitana

O uso agrário extensivo da terra tornou-se a marca característica da baixada em tela, cuja forma hegemônica de apropriação do território era constituída sob a forma da grande propriedade privada. A ordem agrária sob a égide do latifúndio estabeleceu uma fisionomia rural de grande parte dos municípios inseridos na baixada nordeste, embora localizados no interior da região metropolitana.

Com o avanço da metrópole em construção a expansão dos loteamentos não tardou a chegar aos mais diferentes pontos e áreas do Recôncavo e muitas terras passaram a serem usadas como reserva de valor. Entretanto, não assistimos à expansão urbana da área nordeste da baixada ganhar o mesmo vulto, sobretudo quando a comparamos com a expansão que a baixada noroeste atingiu (hoje, comumente identificada como Baixada Fluminense).

É importante observar que assim como as atividades agropecuárias, as indústrias localizadas em nos municípios de Guapimirim, Magé, Itaboraí e São Gonçalo estavam associadas a grande concentração de terras e, com isso, pouco contribuíram com a expansão urbana destas cidades com a exceção de parte do município de São Gonçalo (Alcântara).

Outro ponto que devemos ressaltar é o acirramento do conflito entre grandes proprietários (rurais ou urbanos) e pequenos lavradores e posseiros pela posse da terra. Este acirramento foi configurado por uma série de ações judiciais e despejos que acarretaram num (re)arranjo nas terras da baixada da Guanabara e levou ao deslocamento, principalmente, de parte dos pequenos proprietários e posseiros que em muitos casos buscaram terras mais

afastadas da área urbana e menos valorizadas, como as terras dos municípios da baixada nordeste. Assim, dentro de uma estrutura fundiária extremamente concentrada possuímos uma significativa presença de pequenos produtores que ainda resistem.

A especificidade do ordenamento territorial na Baixada Nordeste implica o modo de distribuição espacial da população, ressaltando sua diferença em relação ao conjunto da região metropolitana. Enquanto a região metropolitana para período de 1985/1993 atingiu uma taxa de urbanização 99,04%, os municípios da Baixada Nordeste (com exceção de São Gonçalo) estavam dentre os que apresentavam maior distorção em relação essa mesma taxa.

A leitura das informações contidas na tabela I (página 74) nos confirma o processo desigual da metropolização do Recôncavo e, evidentemente, indica o menor ritmo de urbanização da Baixada Nordeste que já alertávamos anteriormente. Uma das explicações possíveis para o *tempo lento* da urbanização nos municípios localizados na Baixada Nordeste pode ser encontrada na escala local de seu arranjo territorial: a permanência da ruralidade.

Tabela IV - Concentração Fundiária Nos Municípios Da Região Metropolitana Do Rio De Janeiro – 1996

Municípios da Região Metropolitana	Estabelecimentos e área							
	Menos de 10 ha		10 ha a 100 ha		100 ha a 1000 ha		1000 ha ou mais	
	Estabe- cimento	Área	Estabe- cimento	Área	Estabe- cimento	Área	Estabe- cimento	Área
Rio de Janeiro	543	1556	113	2316	7	1781		
Belford Roxo	7	15	3	115		-		
Duque de Caxias	148	585	86	2311	4	694		
Guapimirim	47	145	23	767	20	7424	2	4453
Itaboraí	509	2062	207	5790	31	8309	3	5397
Itaguaí	409	1789	392	10111	36	9133	1	1300
Japeri	92	346	41	978	4	971		
Magé	956	1709	74	1776	15	3015		
Mangaratiba	116	531	102	2801	14	5024		
Marica	163	413	54	1472	16	5463	3	4095
Niterói	16	62	7	206	1	100		
Nova Iguaçu	314	1050	82	1825	8	1578		
Paracambi	150	718	89	2201	14	3937		
Queimados	38	59	13	443	1	100		

São Gonçalo	295	1163	73	1586	5	1539	1	1936
São João de Meriti	5	1						

Fonte: Adaptado dos dados do site cidades da Fundação CIDE, 2005.

As informações contidas na tabela IV nos chamam atenção, em primeiro lugar, para os estabelecimentos rurais com menos de 10 ha. Através deles podemos notar que os municípios de Magé, Itaguaí e Itaboraí possuem o maior número desses estabelecimentos. Isso poderia indicar o novo padrão de loteamento por nós mencionados como *weekend* que ganhou especial destaque na Baixada nordeste. Entretanto, o grande número de pequenos lavradores e posseiros que se mantiveram na região, mesmo com os numerosos conflitos pela posse da terra e as inúmeras ações de despejo, são responsáveis por parte significativa dos números encontrados nesta tabela.

Podemos perceber que com exceção de Duque de Caxias e Nova Iguaçu - devido as colônias agrícolas ali implantadas - os municípios que fazem fronteira com os subúrbios do município do Rio de Janeiro possuem uma pequena quantidade de estabelecimentos rurais com área inferior a 10 ha. Se observarmos os estabelecimentos com área entre 10 ha e 100 ha vamos perceber que sua quantidade diminui ainda mais.

É importante destacar que estabelecimentos rurais com mais de 100 ha não se fazem expressivos nos municípios imediatamente vizinhos a Cidade do Rio de Janeiro, sobretudo pelo processo de expansão dos loteamentos urbanos. Entretanto, quando comparamos os números dos municípios que se encontram na orla da baía de Guanabara podemos perceber que esses possuem, ainda, uma grande quantidade de estabelecimentos rurais que se adensam quando caminhamos para o lado leste da baía.

De modo mais específico, podemos observar na leitura da tabela IV, os municípios que compõem a Baixada Nordeste – Guapimirim, Itaboraí, Magé e São Gonçalo – destacam entre aqueles que possuem maior concentração de terras dentre os que estão inseridos na região metropolitana do Rio de Janeiro. A permanência de propriedades rurais extensas ainda é uma das características da baixada nordeste, notadamente em Itaboraí, Guapimirim e Magé. Em Guapimirim, 20 estabelecimentos rurais concentram uma área de 7424, enquanto apenas 02 estabelecimentos ocupam 4453 ha. Por outro lado, as pequenas e médias propriedades não ultrapassam, quando somadas, 912 hectares. Em Magé pode-se se identificar, na leitura da tabela, que 31 imóveis rurais dominam uma extensão de 3015 hectares, enquanto 3485 hectares são ocupados por uma multidão de pequenas e médias propriedades rurais (1030 imóveis). Essa distribuição desigual da propriedade da terra nos municípios localizados na

baixada nordeste do recôncavo guanabariano – Magé, Itaboraí, Guapimirim e São Gonçalo – apenas é comparável com os municípios mais distantes da cidade do Rio de Janeiro.

A permanência da ruralidade sob a égide do latifúndio estabeleceu forma de uso do território que compreende, como demonstramos na Tabela V, lavouras temporárias e lavouras permanentes com suas respectivas áreas de ocupação.

Tabela V – Lavouras Temporárias e Permanentes na Baixada Nordeste

Município	São Gonçalo			Guapimirim			Magé			Itaboraí		
População estimada	9.608.412			44.139			232.251			215.877		
Área (Km ²)	249			361			386			424		
Lavoura temporária	Quant. Produzida Mil-frutos/tonelada	Área plantada -hectare	Rendimento médio (Kg/Hectare)	Quant. Produzida -mil frutos/tonelada	Área plantada -hectare	Rendimento médio (Kg/Hectare)	Quant. Produzida -mil frutos/tonelada	Área plantada -hectare	Rendimento médio (Kg/Hectare)	Quant. Produzida -mil frutos/tonelada	Área plantada -hectare	Rendimento médio (Kg/Hectare)
Abacaxi										33	2	16500
Arroz							15	5	3000			
Batata-doce				485	35	13857	4.200	294	14000			
Cana-de-açúcar	368	17	21647	1000	20	5000	5.496	240	22900	630	18	35000
Feijão							41	54	759	2	3	660
Mandioca	360	40	9000	2.080	104	20000	2.025	135	1500	330	30	11000
Milho										66	42	1571
Lavoura permanente 2003												
Banana	155	15	10333	1.940	210	9238	1.420	190	7473	400	48	8333
Caqui	49	6	8166									
Coco da baía	310	30	10333	610	39	15641	610	39	10000	458	49	9346
Goiaba				432	24	18000	432	24	18000			
Laranja	471	60	7850							3.090	248	12459
Limão	150	10	15000							560	48	11666
Mamão										10	2	5000
Manga	88	11	8000							75	5	15000
Maracujá	30	3	10000				72	9	8000	240	12	20000
Tangerina	20	4	5000							1.020	48	21250
Extração vegetal e silvicultura										5391 m3 -lenha		

*números colhidos em dezembro de 2005 no site: www.ibge.org/cidades

Nota-se a permanência de determinados cultivos de mercado já tradicionais na região – cítricos e cana de açúcar - como também de lavouras diretamente vinculadas a pequena e média produção de alimentos. É importante frisar, sem menor dúvida, a introdução de *cultivos de ocasião de mercado*, a exemplo do coco. Em termos de maior produtividade por hectare podemos encontrar os seguintes cultivos:

Tabela VI – Produtividade (Kg/ha) das principais lavouras nos Municípios da Baixada Nordeste.

Cultivo	Guapimirim	Itaboraí	São Gonçalo	Magé
Cana de Açúcar	50000	38000	21647	22900
Laranja	-	12459	7850	-
Banana	9238	8333	10333	7473
Tangerina	-	21150	5000	-
Mandioca	20000	11000	9000	15000
Coco	15641	9346	10333	10000

- números colhidos em dezembro de 2005 no site: www.ibge.org/ cidades

A concentração de terras, a incipiente expansão de serviços e pequena expressão das atividades manufatureiras e industriais - combinadas às reduzidas ações do Estado no âmbito de políticas públicas de desenvolvimento sócio-econômico regional - criaram condições profundamente desiguais de existência social na Baixada Nordeste do recôncavo da Guanabara.

Tabela VII – Número de domicílios e estimativa das famílias indigentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS E FAMÍLIAS			
	Nº de Domicílios	%	Nº de Famílias	%
Duque de Caxias	172.658	100	39.693	23,00
Itaboraí	40.635	100	13.870	34,10
Itaguaí	28.646	100	7.562	26,40
Magé	48.265	100	14.623	30,30
Mangaratiba	4.786	100	1.439	30,10
Maricá	12.483	100	3.759	30,10
Nilópolis	41.989	100	7.369	17,50
Niterói	124.627	100	15.574	12,50
Nova Iguaçu	328.984	100	79.699	24,20
Paracambi	9.044	100	2.357	26,10
Rio de Janeiro	1.560.338	100	197.275	12,60
São Gonçalo	207.645	100	38.802	18,70
São J. de Meriti	110.796	100	32.674	21,40
TOTAL	2.690.896	100	445.696	16,60

Fonte: ROCHA e TOLOSA - 1993 - Núcleo - Periferia Metropolitana: Diferenciais de Renda e Pobreza, S.P.

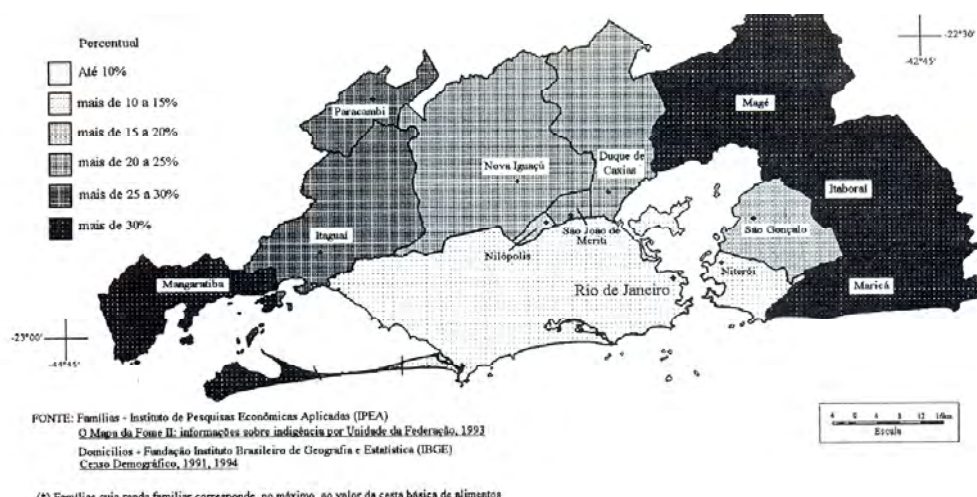
INAE - Forum Nacional APUD Jane Souto de Oliveira (org.) - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) - O Traço da Desigualdade Social no Brasil, p.35.

- * A linha de pobreza estabelecida por 1/4 do salário mínimo vigente de renda.
- * Famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor da cesta básica de alimentos que atendam os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU.

As informações contidas na Tabela VII nos permitem colocar em tela a grave situação de vulnerabilidade social presentes em municípios da Baixada Nordeste. Como podemos concluir, para o conjunto de municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de

Janeiro, os mais elevados percentuais de famílias indigentes estavam localizados, no início da década de 1990, nos Municípios de Magé (à época Guapimirim era um distrito de Magé) e Itaboraí.

Figura 14- Distribuição espacial de famílias indigentes face a domicílios na RMRJ (%) - 1990



O mapa da fome apresentado (fig.14) pode, ainda, ser corroborado com os números do IQM carência da Fundação CIDE (2001). Podemos perceber que os índices de carência dos municípios que abrangem a APA de Guapimirim e seu entorno apresentam, de modo geral, um baixo poder aquisitivo e a falta de infra-estrutura básica como nos mostra a tabela a seguir:

Tabela VIII – IQM Carência

Município	IQM carência (%)
Guapimirim	63,5
Magé	59,6
Itaboraí	53,8
São Gonçalo	49,3

Fonte: Fundação CIDE 2001

Esses índices apresentados analisaram as condições de educação, saúde, comércio, saneamento, habitação, mercado de trabalho, transporte, rendimentos, participação comunitária e outros.

É neste quadro de profundas desigualdades sociais que estão inseridas as comunidades de pescadores e caranguejeiros que ainda fazem dos manguezais da Baixada Nordeste o seu habitat de vida e trabalho. Invisíveis para as políticas públicas sociais e destituídos do acesso a terra, homens e mulheres marcados pela pobreza encontraram na lama dos *indesejáveis* manguezais a possibilidade de construir seus modos de vidas e continuar (r)es(x)istindo em condições de extrema vulnerabilidade econômica e social.

CAPÍTULO IV - O Meio Ambiente e o Habitat Como Tema Para Ordenamento do Território

4.1 - O meio ambiente e o habitat no ordenamento do território

A preocupação com o meio ambiente no Brasil pode ser apreendida, desde o século XVI, quando Portugal estendeu para as suas colônias a “legislação ambiental” que vigorava em suas terras e que remetia a preocupações ambientais. Magalhães (2002), em sua obra *Evolução do direito ambiental no Brasil* aponta que desde os primórdios do descobrimento, o país possui uma legislação ambiental advinda do pioneirismo português e extremamente avançada para a época. Contudo, tratava-se de uma “legislação ambiental protecionista” muitas vezes ineficaz pelo seu desconhecimento por parte da população, pela inadequação de sua implantação em terras tropicais e em processo de colonização e pelo direcionamento dessas para os interesses econômicos da coroa portuguesa.

Um exemplo que podemos apontar diz respeito a preocupação da Coroa Portuguesa com a proteção das florestas e suas riquezas. Essa foi motivada pela constante necessidade do emprego de madeira para a construção de embarcações que pudessem impulsionar a expansão ultramarina. Assim, as ordenações do Rei D. Afonso IV (1393) consideravam crime de injúria ao rei o corte deliberado das árvores frutíferas.

No Brasil colônia essas determinações mantiveram-se e ao passo que a colonização evoluía novas leis e normas eram deferidas. No século XVI podemos apontar para a proibição

da caça de alguns animais, durante o período de cria e a criminalização e obrigatoriedade de reparação do dano “ecológico” pelo corte de árvores frutíferas segundo seu tipo³⁴.

Em 1605 D. João III sob o sistema de Governo Geral através de cartas régias e alvarás criou o **Regimento sobre o pau brasil**, sobre os descaminhos do pau-brasil, reafirmando o monopólio da Coroa sobre a extração do mesmo em terras brasileiras e acrescentando que este deveria se dar “*com o menor prejuízo da terra*”.

Outras medidas ligadas, principalmente à salva guarda das florestas, foram sendo promulgadas ao longo da história brasileira: a legislação florestal de 1773; a criação do Museu Real em 1818; o artigo 34, inciso 29 de 1891 que atribuía a União a competência de legislar sobre as suas terras e minas. O código civil de 1916 nos artigos 554 e 555 tratou de questões relativas ao uso nocivo da propriedade e o decreto 16.300/23 dispunha acerca da saúde e saneamento, visando o controle da poluição, proibindo instalações de indústrias nocivas próximas a residências.

Como podemos perceber foi a partir do início do século XX que a preocupação com o meio ambiente no Brasil ganhou relevância, ou seja, foi a partir do início do século que se conduziu a elaboração e implementação de leis com caráter marcadamente ambiental, mesmo quando essas apresentavam diversas distorções e equívocos.

Essa preocupação com o meio ambiente não surgiu apenas no Brasil com o início do século XX. Ela passou, também, a fazer parte de muitos outros países no mundo e ganhou força a partir da década de 1950 quando a implementação e consolidação de sociedades urbano- industriais chegou aos países do “Terceiro Mundo”, transformando-os em países em desenvolvimento, e atingiu índices de destruição e poluição insustentáveis nos chamados países desenvolvidos aludindo para a exaustão dos “recursos” naturais e o colapso e comprometimento da sobrevivência das gerações futuras.

A partir de então, diversos episódios e estudos - a poluição da Baía de Miramata no Japão; a conquista do Prêmio Nobel da Paz por Albert Schweitzer; o livro Primavera Silenciosa (1962), de Rachel Carson - contribuíram para que as questões ambientais saíssem da esfera acadêmica e entrassem na pauta de discussão dos chefes de Estados do mundo.

Assim, em 1968 trinta especialistas de várias áreas do conhecimento fundaram o Clube de Roma que publicou o relatório *Os limites do Crescimento* em 1972 que colocava em

³⁴ Segundo Magalhães (2002), consta nessa lei que a pena aplicada pelo corte de árvores variava com a espécie, ou seja quanto mais valiosa a árvore maior a pena aplicada. O autor também faz referências a aplicabilidade dessa lei em Portugal que muitas vezes exilava o denegado para o Brasil para o cumprimento da pena.

pauta o crescente consumo mundial e um possível colapso das condições ecológicas que garantissem as “necessidades das gerações futuras”.

Nesse mesmo ano, realizou-se em Estocolmo³⁵, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre O Ambiente Humano. Essa conferência é considerada um marco histórico-político – internacional para as políticas de gerenciamento ambiental.

A conferência de Estocolmo deu início a uma série de documentos e encontros, Relatório Blundtland (CMMAD), Belgrado, Tbilise (PNUMA), Quioto, Rio 92, Rio + 10 entre outras, que possuíam como objetivo central a discussão dos problemas Ambientais ou sócio- ambientais do planeta.

No Brasil como vimos a preocupação com a gestão racional dos recursos naturais data do período colonial. Entretanto poucas medidas e leis tratavam de forma expressiva acerca das questões ambientais, ou seja, até o início da década de 1930 a legislação ambiental restringia-se, basicamente, à proteção florestal necessárias ao abastecimento de madeira ao mercado português e, necessária a preservação dos mananciais que supriam de água das grandes cidades. Nesse período podemos dizer que apesar do país ter passado por ciclos econômicos - como o da exploração do pau-brasil, da cana de açúcar, da mineração e do café - bastante devastadores, as agressões ambientais não apresentavam –se de modo significativo, pois não possuíam a complexidade e extensão territorial que passaram a ter com o modelo primário exportador fundado na mão de obra assalariada e na consolidação de uma sociedade urbano- industrial a partir de 1930.

Com a Revolução de 1930 e a Constituição de 1934 tivemos um fortalecimento do Estado que, a partir de então, deixou de repousar sobre o domínio das elites rurais e passou a centralizar decisões que colaborassem com o progresso industrial e econômico do Brasil. Para tanto, o petróleo foi nacionalizado, a Companhia Vale do Rio Doce foi “estatizada” e uma série de políticas regulatórias destinadas a proteção do Ambiente e salva-guarda dos recursos naturais foram efetivadas. Dentre essas medidas podemos ressaltar criação de Parques Nacionais e de áreas de florestas protegidas e a adoção de mecanismos legais de regulação e uso dos recursos naturais, com a promulgação, em 1934, dos códigos florestais, das águas e das minas.

As transformações que ocorreram na estrutura político-econômico e social no Brasil nas primeiras décadas do século XX foram acompanhadas de um brutal aporte de

³⁵ A Declaração de Estocolmo (1972) de forma resumida estabeleceu o dever dos Estados de cooperar nas questões internacionais relativas a proteção e melhoria do meio ambiente. Nessa conferência foi criado o programa das Nações Unidas (ONU) para a melhoria do ambiente.

trabalhadores europeus que acabaram por conduzir a uma expansão urbana, até então, inédita no país e uma aceleração no ritmo de deterioração das condições ambientais.

A cidade do Rio de Janeiro - na condição de capital da República e grande centro econômico- viveu intensamente todas essas transformações e, sofreu diretamente a ação de fluxos migratórios sobre a sua base territorial. Assim, com o objetivo de reestruturar a ocupação e proteger as manchas remanescentes de Mata Atlântica, o Estado do Rio de Janeiro viu nascer, em 1937, no município de Itatiaia, o primeiro Parque Nacional Brasileiro.

Aqui, torna-se importante ressaltar que, segundo Diegues (1996), a lógica de preservação estava ligada ao modelo americano de criação dos parques nacionais onde a criação de desses e de reservas tem sido um dos principais elementos estratégicos para a conservação da natureza, em particular nos países do terceiro mundo. Para o autor, o modelo de criação dos parques nacionais, nascido nos EUA, no século XIX, e transportados para o restante do mundo, parte da ideologia preservacionista baseado na visão de homem como necessariamente destruidor da natureza e que por isso precisa ser apartado desta, em determinadas áreas, para que remanescentes da vida selvagem permaneçam preservados³⁶.

No Brasil, este modelo foi implantado pelo Estado, sobretudo, durante o período militar e não levou em consideração que parte significativa das áreas de reservas possuíam anteriormente populações que desenvolveram modos de vida que envolve grande dependência dos ciclos naturais – índios, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura, de seus mitos próprios e relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano – industriais. Assim, essas populações, chamadas pelo autor de tradicionais, tiveram o seu modo de vida desorganizado e desestruturado e somente com o estabelecimento de alianças com movimentos sociais mais amplos e organizações não governamentais passara a ter sua existência reconhecida.

As ações do Estado a respeito de políticas reguladoras e preservacionistas foram avançando basicamente onde os processos de industrialização e urbanização se davam de forma mais efetiva e onde se detectou uma grande riqueza mineral e biológica como é o caso das florestas tropicais e equatoriais e a linha de costa marítima brasileira. Para Diegues *foi justamente nesses espaços territoriais litorâneos, de mata tropical úmida, habitados por essas populações tradicionais que se implantaram grande parte das chamadas áreas naturais protegidas, a partir dos anos 30.* (Diegues, 1996:16)

³⁶ A esse modelo de parques que preservam a vida selvagens e não toleram o homem como parte do sistema Diegues chamou de MITOS ou NEOMITOS que, para ele como afirma Morin, vem impregnado do pensamento técnico- racional representado por conceitos como ecossistemas, biodiversidade e outros e que, ainda hoje, se vê paralisado pelo pensamento mítico e simbólico. .

Assim, em 1958, foi criada pelo Governo federal a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN)³⁷. Em 1961, foi criada a primeira floresta nacional na Amazônia: FLONA de Caxuanã e em 1965 o presidente Castelo Branco através da Lei nº 4.771 institui o Código Florestal.

Com a industrialização intensiva no país, a partir do *Plano de Metas (1956-1961)*, a cidade do Rio de Janeiro sofreu dois importantes reveses: a transferência do eixo dinâmico da industrialização para São Paulo e a transferência da Capital Federal para Brasília (1960). Esses importantes reveses levaram a uma desaceleração econômica carioca e a perda da centralidade política que associados a fusão do antigo Estado da Guanabara (1975/79), ampliou os problemas sócio-ambientais de forma extraordinária, principalmente, na região metropolitana do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro de então já se caracterizava por uma expansão populacional notável, um acelerado processo de favelização, uma altíssima densidade de indústrias poluidoras (químicas, petroquímicas, construção naval e outras), precariedade de infra-estrutura urbana (saneamento, habitação), ineficácia de políticas públicas (de contenção da deterioração sócio ambiental) e um desmatamento e assoreamento selvagem das bacias hidrográfica.

A crise do petróleo, na década de 1970, ampliou o debate sobre a sustentabilidade ecológica do planeta e levou a realização, como havíamos dito antes, de diversos encontros como o de Estocolmo 1972. Os desdobramentos desses episódios tiveram grandes rebatimentos na formulação de políticas públicas ambientais brasileiras que, a partir desse momento, passaram a sofrer forte pressão do movimento ambientalista e de organismos financeiros internacionais.

Assim, surge sob a ameaça de danos irreparáveis aos recursos naturais e humanos do planeta, a visão de impor limites ao padrão de crescimento vigente. No Brasil instaura-se, no início dos anos 70, uma lógica dicotômica de interesses alimentada pela bipolaridade. De um lado, os países industrializados propunham um crescimento industrial limitado para se preservar o meio ambiental e de outro os países recém industrializados, propondo preservar a industrialização como forma de superação da miséria e do subdesenvolvimento.

Nesse momento o Brasil, assim como outros países em processo de industrialização, vivia um ritmo acelerado de degradação ambiental em virtude da sua necessidade de modernização e integração nacional. Estradas eram abertas através de florestas para possibilitar a Integração Nacional e a Expansão da Fronteira Agrícola, hidrelétricas alagavam

³⁷ A FBCN possuía como um dos principais objetivos a defesa da fauna marinha, flora aquática e fiscalização da pesca ao longo do litoral Brasileiro.

cidades e nichos com seus reservatórios, projetos como o Grande Carajás rasgavam o solo brasileiro a procura de riquezas. Dessa maneira a destruição dos principais ecossistemas brasileiros ganhou muita força e demonstrou que as políticas ambientais estavam em confronto, a todo o momento, com as políticas modernizantes – que buscavam o desenvolvimento pela via da industrialização e o progresso dentro de uma análise cepalina – implementadas pelo governo militar.

Dentro desse contexto de ampliação das pressões e a crescente necessidade e preocupação com a proteção de áreas naturais, o governo multiplicou as unidades de conservação e criou em 1973 a Secretaria Especial do Meio ambiente (SEMA).

A criação da SEMA foi mais do que a criação de uma instituição do governo com fins de preservação do ambiente. Vieira & Bredariol (1998:82) apontam que a criação da SEMA, em plena ditadura militar, representou a abertura de um espaço político para um pujante e pulverizado movimento ecológico reunido em torno de questões locais por todo o país. Foi a partir desse período que :

“Pressões externas, explosão de movimentos internos antes reprimidos, experiência em assuntos correlatos e assistência técnica produzem essa nova política, centrada no controle da poluição e na proteção dos recursos (água, ar, solo, fauna e flora), especialmente das ‘amostras representativas de ecossistemas naturais’, coordenada por entidade nacional e com a ação descentralizada nos estados de maior industrialização. O crescimento populacional e o saneamento foram objeto de políticas próprias, não articuladas diretamente a questão do ambiente. O ecodesenvolvimento, estimulado pela crise do petróleo, dá origem a centenas de experiências alternativas, especialmente na área de energia”. (Vieira & Bredariol 1998:82).

Em 1979 expandiu-se a criação de FLONAS pelo país e em 1981 foi formulado a Política Nacional do Meio Ambiente Lei nº 6.938³⁸ juntamente com a definição e criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) – Lei 6.902/81 – em todo o território nacional que culminaram com a criação de 76 unidades diferentes (15 em área de mata Atlântica e 26 em área de floresta Amazônica)³⁹.

³⁸ Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), instituiu a SNMA e o CONAMA (órgão superior do Sistema cuja a competência é formular diretrizes para a Política Nacional de Meio ambiente, orientando ações do governo no que se refere qualidade Ambiental e a manutenção do equilíbrio; Decreto 99.274/90 regulamenta a Lei 6.938/81; Lei 7.804/89 (altera a Lei 6.938); Lei n 9.985/00 Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, inciso I, II, III e IV da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

³⁹ Segundo Vieira & Bredariol (1998) “Dessa política de amostras há um saldo de 20 milhões de hectares, contidos em 123 Unidades de conservação administradas pelo governo federal , que representariam 5% dos 400

Dentro deste contexto foi criado, em 1984, pelo Decreto Federal nº 90.225, a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim.

A criação da APA de Guapimirim, segundo Amador (1998), deu-se com uma árdua luta iniciada em 1978 por pesquisadores da UFRJ e da FEEMA e teve o mérito de ser a primeira unidade de conservação ambiental brasileira oriunda de ação comunitária (AMMA – Associação Mageense de Meio Ambiente em parceria com a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e a primeira reserva específica de Manguezais.

4.2 A Bacia Hidrográfica da Guanabara e os Manguezais

A Bacia hidrográfica da Baía de Guanabara engloba praticamente toda a região metropolitana do Rio de Janeiro que está inteiramente compreendida na área intertropical localizada entre os paralelos de 22° 24' e 22° 57' sul e os meridianos de 42° 33' e 43° 19' oeste. Em decorrência da sua localização essa região possui clima tropical quente e chuvoso, responsável pela existência da exuberante Mata Atlântica, vastíssima biodiversidade e complexa rede de hidrográfica. Segundo Amador (1998), essa complexa rede de drenagem faz desaguar na Baía de Guanabara 55 rios, com uma descarga líquida média (anual total) na ordem de 351,48 m³/s, e é responsável pela dinâmica hidrográfica de 82 km² de importantes áreas de manguezal, 80% das quais dentro da APA de Guapimirim.

A Bacia hidrográfica da Guanabara é um ecossistema extremamente rico e diversificado que, ao longo de sua colonização tem coexistido com uma economia e ocupação que não tem respeitado o delicado equilíbrio ali existente gerando inúmeros problemas sócio-ambientais.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) abriga cerca de 11.000.000 habitantes, o equivalente a 80% da população do Estado e apresentou, no período de 1980/91, a maior taxa de crescimento do país. Além disso, como demonstramos anteriormente, a importância política e econômica da metrópole carioca, faz desta região uma das principais áreas transformadas/degradadas do país, ainda hoje, com inúmeras fontes potenciais de poluição por hidrocarbonetos, metais pesados e outros: cerca de 14.000 estabelecimentos industriais⁴⁰; 14 terminais marítimos de carga e descarga de produtos oleosos; dois portos

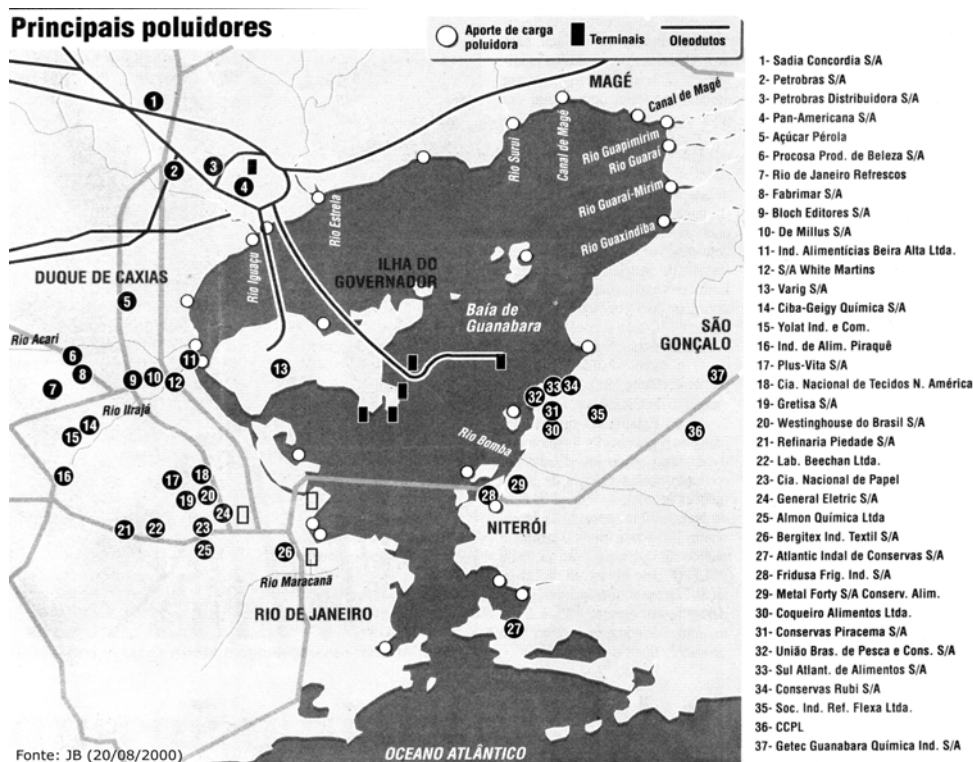
milhões de hectares em mãos de proprietários privados (...) e que possuem problemas de regularização fundiária."

⁴⁰ Sobre a poluição industrial os estudos realizados pelo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara estima que 64 toneladas de carga orgânica e sete toneladas de óleo são despejadas por dia na Baía, contendo 0,3 tonelada de metais pesados como chumbo, cromo, zinco e mercúrio.

As principais responsáveis por essa carga poluente são as indústrias alimentícias e químicas, especialmente as petroquímicas.

comerciais, diversos estaleiros, duas refinarias de petróleo; mais de 1000 postos de combustíveis; a deficiência de coleta e a falta de locais adequados para receber inúmeros vazadouros de lixo⁴¹; intricada rede de transporte de matérias-primas, combustíveis e produtos industrializados permeando zonas urbanas altamente congestionadas. (PDBG, 1997).

Figura 15 -



Além destes fatores de poluição especialistas do PDBG alertam que a deficiência do sistema de saneamento básico, a falta de tratamento dos esgotos sanitários é a principal fonte de poluição que faz chegar a Baía de Guanabara, receptora natural de todos os rios, canais e galerias, efluentes sanitários *in natura*. Estimam que, até o início do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara -PDBG 1, em 1997, a Baía recebia cerca de 17 m³/s de efluentes domésticos sem tratamento, correspondendo a 465 ton/dia de carga orgânica. Cabe ressaltar ainda que a contaminação por esgotos domésticos é de fonte difusa, ou seja, os esgotos domésticos carregam consigo substâncias alheias (metais tóxicos e substâncias orgânicas

Das 450 indústrias classificadas como prioritárias para controle. Estima-se que 55 são responsáveis por 80% da carga polidora.

⁴¹ “Das quase 13.000 t./dia de lixo geradas na Bacia da Baía de Guanabara, 4.000 t./dia não chegam a ser coletadas, sendo vazadas em terrenos baldios, rios e canais. O restante do lixo é lançado em vazadouros, sem medida de controle adequada. Os resíduos hospitalares, apesar de representarem pequena parcela do volume total de lixo gerado na Bacia, devem ser prioridade devido à presença de microorganismos patogênicos, resíduos químicos e materiais cortantes. Só o município do Rio de Janeiro mantém, atualmente, um sistema aceitável de coleta e destino final desse tipo de resíduo” (PDBG,1997)

persistentes) à composição tradicional deste tipo de esgoto, em virtude da adição de águas de drenagem, à incorporação de materiais usados na limpeza doméstica e materiais de procedência diversa (postos de gasolina, lavanderias metalúrgicas e reveladoras). (Fonseca e Siqueira, [et.al] 2002:76)

Amador nos aponta em sua obra as constantes intervenções do poder público no processo de criação do solo urbano principalmente a partir da década de 1930 pelo extinto DNOS. Além disso, para o autor, essas constantes intervenções, que dissecaram brejos e pântanos e *transformaram rios naturais meandricos em canais artificiais alargados e aprofundados*, tinham como objetivo recuperar terras para os grandes proprietários da baixada, que, loteadas, seriam ocupadas pela avalanche de imigrantes, principalmente nordestinos, atraídos pela industrialização, ou seja, a lógica da especulação imobiliária e a deficiência dos projetos urbanísticos de expansão agravaram e agravam, ainda hoje, tal situação.

“(...)por volta dos anos 40, a tendência da expansão da metrópole carioca começa a sofrer com a influencia do mercado de terras ao entorno da baía da Guanabara. Segundo Mello Santos e Martins(1998), Surgem inúmeros loteamentos legais e ilegais, sendo estes últimos muitas vezes em áreas de servidão da rede hidrográfica ou de proteção de mananciais, localização que comprometem a qualidade ambiental e atribuem características de risco à sua utilização. Desde então tem prevalecido a lógica da especulação imobiliária e a espoliação de comunidades carentes(...)” (Amador, 1997).

Entretanto, por inúmeros motivos que tentamos demonstrar no capítulo anterior, apesar da destruição de cerca de 50 rios e canais fluviais na área da APA de Guapimirim, os trechos de alto curso dos principais rios, como, Macacu, Guapimirim e Inhomirim- Estrela e o baixo curso dos rios da baixada, como o Macacu- Guapi, Guaraí, Guaxindiba, com seus amplos canais de maré, associados a manguezais, foram poupados embora também tenham sofrido modificações bastante significativas. (Amador, 1998:17 e Pires, 2002).

“Os canais de seus leitos adentram cerca de um quilometro na Baía da Guanabara. Com o objetivo de sanear esse trecho da Baía da Guanabara, a partir de década de 40, foram iniciadas as obras de drenagem e retificação de rios e canais, o que reduziu bastante a área de manguezal nassa área. Em 1947, foram iniciadas as obras que resultaram no desvio do rio Macacu, até então o maior tributário de toda essa bacia do recôncavo. Suas águas foram desviadas, logo após

o desaguar do Guapiaçu, para a bacia do Guapimirim através do canal do Imunana. Através do seu antigo leito corre atualmente o rio Caceribu. As água do alto Macacu- Guapiaçu , desviadas para o Rio Guapimirim deságuam, na baía com o nome de Guapi.” (Pires, 2002)

Para Amador, um fator de extrema relevância para que o DNOS desistisse do projeto que sanearia a área, para possibilitar a expansão imobiliária e industrial, foi o primeiro movimento de defesa da Baía de Guanabara, iniciado em 1978 que possibilitou a diminuição da pressão da sociedade urbano industrial carioca sobre os manguezais, da orla oriental da Guanabara e a criação da APA de Guapimirim.

4.3 Os Manguezais e a APA de Guapimirim

“Na verdade, foram os mangues os primeiros conquistadores desta terra. Foram mesmo, em grande parte, os seus criadores. Toda esta vasta planície inundáveis, formada de ilhas, penínsulas, alagados e pauis, foram em tempos idos uma grande fossa, uma baía em semi círculo, cercada por uma cinta de colinas. Nela vindo a desaguar, através da muralha dessas colinas, dois grandes rios – o Capiberibe e o Beberibe – foram entulhando a fossa com materiais aluvionais: com a terra arrancada de outras áreas distantes e trazidas na enxurrada de suas águas. Pouco a pouco foram surgindo, dentro da baía marinha pequenas coroas lodosas, formadas através da precipitação e deposição dos materiais trazidos pelos rios. E foi sobre esses bancos de solo, ainda mal consolidados, mistura incerta de terra e água, que se apressaram a proliferar os mangues- essa estranha vegetação capaz de viver dentro d’água salgada, numa terra frouxa, constantemente alagada. Agarrado-se com unhas e dentes a esse solo para sobreviver. (...) os mangues foram pouco a pouco entrelaçando suas raízes, seus braços numa harmoniosa promiscuidade, e foram assim consolidando a sua vida e a vida do solo frouxo das coroas de lodo de donde brotaram.(...) vieram como se fossem tropas de ocupação e, ao contato com o mar, edificaram silenciosamente e progressivamente essa imensa baixada aluvional hoje cortada por inúmeros braços de água dos rios e densamente povoada de homens e caranguejos.(...).” (Josué de Castro, 2001:11/12)

Os mangues do Capibaribe fizeram (fazem) a história social de Recife, revelando-se como sua outra face e reclamando sua visibilidade: Recife, cidade dos manguezais/Incrustada na lama dos manguezais/Onde estão os homens caranguejos.

No Rio de Janeiro, intelectuais e poetas sensíveis e críticos pouco se dedicaram à leitura das diferentes vidas cruzadas nos manguezais. Provavelmente porque a nossa cidade não foi feita como um *castelo de lama* fincado na lama como Recife, mas sim destruindo e aterrando os manguezais para dar passagem ao domínio da forma urbana. Entretanto, os manguezais ainda sobrevivem com sua flora, com sua fauna e seus seres humanos. Podemos falar, então, de um outro habitat das orlas da Baía de Guanabara.

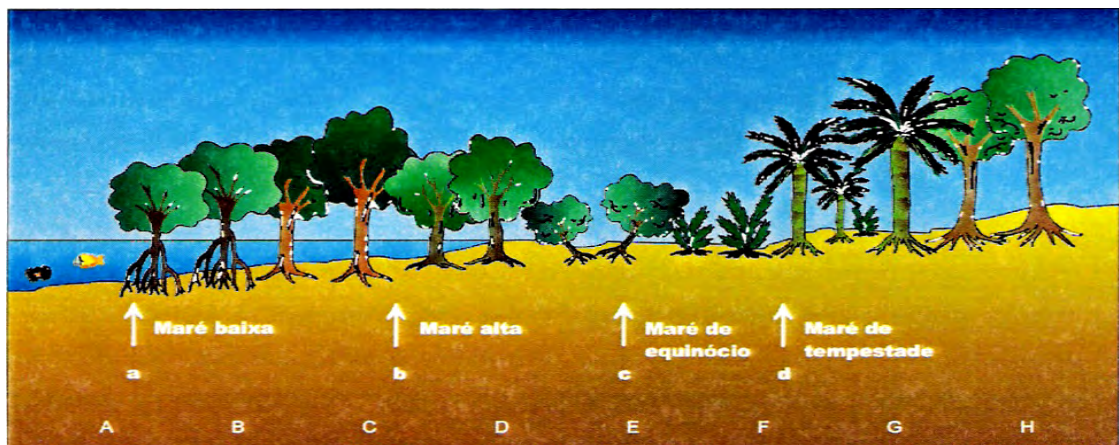
Henry Lefévre (O Direito à Cidade) nos fala a respeito do habitat a partir de duas linhas de interpretação. A primeira diz respeito ao imaginário do habitat como: o habitat como um vivido carregado de simbologias da cultura. A segunda linha, a da lógica do habitat, seria demonstrativa do conjunto de forças atuantes no sentido das ações e da disposição dos objetos construídos.

Tomando a formulação de H. Lefebvre como base da nossa reflexão, podemos entender a construção imaginária a respeito dos manguezais operantes como senso comum como locais sujos, mefíticos e pobres. Portanto, medidas como a destruição promovida pelos aterros foram praticadas pelo Estado e capital imobiliário (edificações, rodovias, portos, etc) e geralmente defendidas pela opinião pública.

Sabemos hoje que o manguezal é um dos mais produtivos ecossistemas do planeta. Fundamental para a sobrevivência da biota litorânea, aves e diversas espécies terrestres, que se desenvolvem nas áreas litorâneas das zonas tropicais, em ambientes de intensa deposição, onde a velocidade das ondas e a ação das correntes marinhas são reduzidas como fundo de baías e estuários, o manguezal é responsável pela manutenção de uma complexa cadeia alimentar iniciada com a decomposição por microorganismo de folhas e restos de animais até atingir o homem.

Os manguezais são típicos ecossistemas de transição entre o ambiente marinho e terrestre. Considerados berçários da vida, expostos, constantemente, durante a maré alta, a água salgada, sua vegetação típica composta, principalmente, pela *Rhizophora mangle* (mangue vermelho), *Laguncularia racemosa* (mangue branco ou rasteiro) e *Avicennia schaueriana* (siriúba), apresenta normalmente raízes adventícias, pneumatófogos e folhas coriáceas e suporta elevada salinidade e um pH ácido, podendo formar imensos bosques de porte arbustivo e arbóreo com quilômetros de extensão (Araújo & Maciel, 1978 e Amador in PDBG, 1997).

Figura 16- Zonação das comunidades vegetais dos manguezais e zona de transição



Fonte: Segundo DANSEREAU, 1948 apud Amador 1997

Encontramos ainda, referência da presença de outras espécies vegetais como a *Spartina alaterniflora* (capim paraturá), nas margens a frente da vegetação lenhosa, *Hibiscus pernucensis* (guaxindiba do manguê), onde ocorre a derrubada das espécies típicas, *Inga affinis*, *Erythrina speciosa* e *Tabebuia cassinoides*, na orla dos manguezais. (Pires, 2002).

O ecossistema de manguezal apresenta, segundo Amador (op. cit) um complexo conjunto de animais residentes (dominado por crustáceos como caranguejos, cracas, e moluscos, como ostras e caramujos); semi-residentes (peixes e camarões) e visitantes (insetos, répteis, aves e mamíferos).

Ainda segundo o autor, os manguezais possuem importante função básica de produtor e exportador de detritos fundamentais para a produtividade biológica dos ecossistemas locais atuando como mantenedores de altas taxas de produtividade das águas estuarinas, visto que a reciclagem de nutrientes que nele se processa é o mecanismo responsável pela importação de compostos inorgânicos da região terrestre, sua transformação e conseqüente exportação de produtos orgânicos para o oceano.(Amador,1997).

A superfície original da Baía de Guanabara sofreu uma redução de 30% e dos 260 km² originalmente cobertos por manguezais na Bacia da Baía de Guanabara, restando apenas 81,5 km². Devido aos aterros sucessivos destinados a criar novas áreas de urbanização reentrâncias do litoral foram inteiramente mutiladas, ecossistemas periféricos, dotadas de elevada produtividade, sofreram a perda de importantes elos na cadeia biológica. Tais interferências no ambiente natural também causam sérias alterações no sistema de circulação

de águas, reduzindo a capacidade de autodepuração da Baía e causando alterações incomensuráveis no ciclo da vida. A destruição dos manguezais causou e causa a redução da capacidade de reprodução de diversas espécies de vida aquática e intensificou o processo de assoreamento que, ao longo do tempo, tem resultado na progressiva redução de profundidade da Baía. (Amador,1998)

A destruição dos manguezais da Guanabara é relatada por Amador (1998) que enfatiza que desde a chegada do colonizador, quando praticamente toda a orla da Guanabara encontrava-se repleta de manguezais, até os dias de hoje houve uma destruição fulminante, em praticamente toda a orla da Guanabara, fazendo restar somente os manguezais da APA de Guapimirim e pequenas manchas dispersa no litoral de Duque de Caxias, Ilha do Governador (Saco do Jequiá), Canal da Maré e Ilha do Fundão.

Tabela IX – Superfície dos Manguezais da Guanabara (km²)

Área / Bacia	Área em 1500	Área em 1996	Remanescentes (%)
Bacias Macacu, Guapiaçu, Guapimirim, Guaxindiba, Caceribu, Imboáçu, Magé, Iriú.	179.10	68.75	38.38
Bacias do Rios Estrela, Inhomirim, Iguaçu,	47.00	8.50	18.08
Ilha do governador e Ilhas	9.40	0.30	3.20
Bacias dos rios Meriti, Pavuna, Acari	7.20	3.00	41.66
Saco de São Diego	8.00	0.10	1.25
Estuário de Inaúma	4.00	0.30	7.50
Saco de São Lourenço/ Litoral de São Gonçalo	1.20	0.20	16.67
Lagoas de Piratininga/ Itaipu	2.00	0.10	5.00
Bacias dos rios Carioca e Berquó	2.50	0.00	0.00
Laguna do centro histórico	1.50	0.00	0.00
TOTAL	261.90	81.50	31.12

Fonte: Amador, 1997 apud Subprojeto de Educação Ambiental- PDBG 1997

Quando os colonizadores chegaram a Baía de Guanabara, em 1500, os manguezais a contornavam de Botafogo até a lagoa de Itaipu, em Niterói. Eram interrompidos apenas onde ocorriam praias arenosas, pontões, costões e falésias e ocupavam uma área de aproximadamente 257,9 km².

Atualmente, como nos mostra a tabela acima, muitos manguezais foram destruídos por completo e os remanescentes representam apenas 31% da área original.

Os manguezais do Saco de São Diego, as lagunas do centro histórico e as bacias dos rios Carioca e Berquó foram os primeiros a serem destruídos através de aterros sucessivos que ocorreram a partir do século XVI para dar lugar a expansão urbana da futura Capital da colônia e posteriormente da República.

Os manguezais do Saco de São Lourenço e os do litoral de São Gonçalo a partir da visita da corte, no início do século XIX, passaram a ser saneados para dar lugar a um salubre balneário para a corte portuguesa.

Os manguezais do Estuário de Inhaúma foram erradicados a partir de sucessivos aterros nos anos 20 do século XX.

Os manguezais das bacias dos rios Estrela, Inhomirim e Iguaçu vêm sendo destruídos desde a década de 1950 quando a expansão urbana – industrial do Rio de Janeiro abarcou essas terras para instalar indústrias e a mão de obra nelas necessária.

Os manguezais das bacias dos rios Meriti, Pavuna e Acari sofreram intervenções profundas com as obras realizadas pelo extinto DNOS e a abertura da Avenida Brasil na década de 1950.

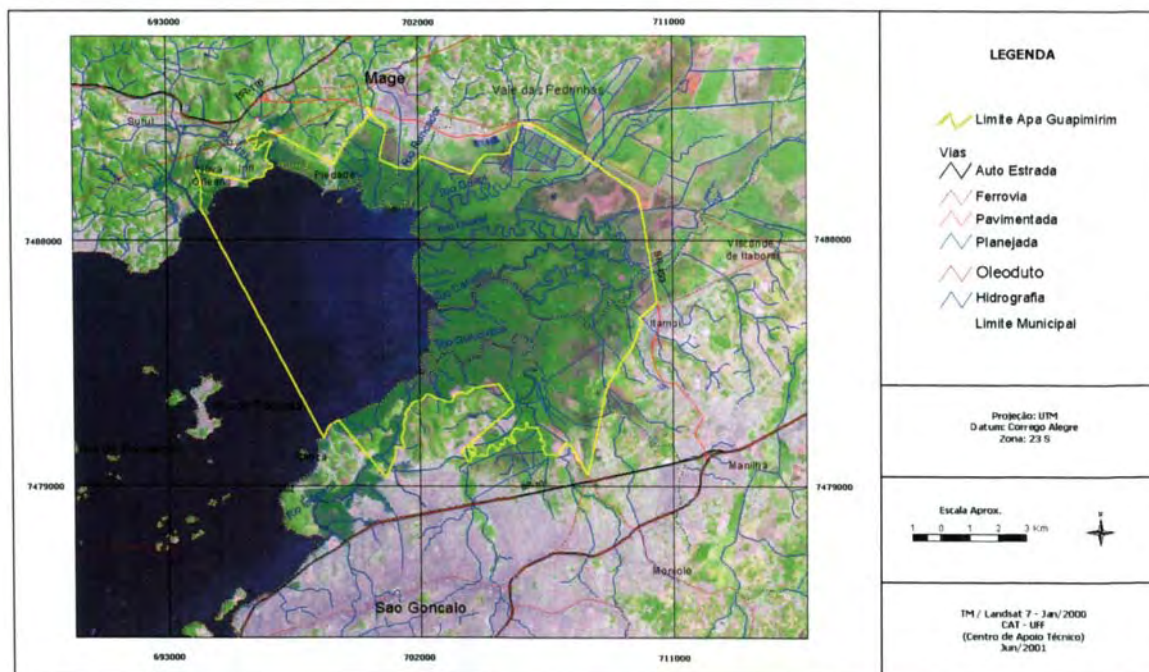
Apesar da intensa destruição dos ambientes de mangues na orla da Guanabara podemos perceber que uma significativa área de remanescente ainda pode ser encontrada nas Bacias dos rios Macacu, Guapiaçu, Guapimirim, Guaxindiba, Caceribu, Imboçu, Magé e Iriri, ou seja, na região da Área de Proteção Ambiental de Guapi- Mirim.

4.4 Os Manguezais da APA De Guapimirim

A Área de Proteção Ambiental de Guapimirim foi criada em 25 de setembro de 1984 através de decreto Lei nº 90.225. Sua criação teve como objetivo principal a proteção dos manguezais situados na região oriental da Baía de Guanabara, a região situada na foz dos rios Iriri, Roncador, Guapi-Mirim e Imboçu, abrangendo os municípios de Magé, Guapi, Itaboraí e São Gonçalo. A área protegida é de aproximadamente 14.300 ha sendo, segundo Pires (2000), 50% corresponde a ambiente de manguezal e 9.457⁴² ha correspondente a área terrestre.

⁴² A dimensão exata da área não pode ser precisada visto que nosso trabalho não inclui esse tipo de levantamento e existem contradições em levantamentos pesquisados. Usaremos como base a área terrestre equivalente a 9.457 ha, apontada pelo pesquisador Pires, Ivam. Entretanto o site oficial da Área de Proteção Ambiental em dezembro de 2005 aponta uma área de 8.903,84 ha.

Figura 17 – Carta Imagem APA de Guapimirim



Fonte: Thaís Araújo Nascimento, 2004

A APA de Guapimirim encontra-se, a grosso modo, limitada ao norte com a rodovia BR-493 e a área urbana do município de Magé; ao sul com a Serra de Itaúna e a Ilha de Itaoca⁴³; a leste com a rodovia BR- 493 e o ramal ferroviário de Itambi- Campos da Estrada de Ferro Guaxindiba e à oeste, pela Baía de Guanabara.

Esta região é a maior área de manguezal preservada do Estado do Rio de Janeiro e responde por 70% do total de água doce que deságua na Baía de Guanabara. Cortada por diversos rios e canais - Suruí, Iriri, Magé, Guapimirim, Roncado, Guarái, Macacu/ Caceribu, Guaxindiba - possui rios típicos que meandram onde as águas vão perdendo velocidade e depositarem sedimentos que trazem da Serra dos Órgãos e dos colinas da região.

Figura 18 – Alguns meandros dos Rios da APA de Guapimirim



Fonte: Site Wikipédia 2005

⁴³ O bairro de Itaoca em São Gonçalo abriga parte dos Manguezais da APA de Guapimirim assim como uma extensa área de lixão.

A intensa dinâmica hidrográfica da região fez com que Araújo e Maciel (1979) dedicassem sua atenção a grande influência dos rios na formação do ecossistema local de manguezais. Isso os levou a classificarem os manguezais da APA de Guapimirim como do tipo ribeirinho, pois, normalmente ocupam os aluviões ao longo dos rios e gamboas que drenam a área inundada periodicamente pelas marés da Guanabara.

O manguezal é um ecossistema que apresenta características peculiares de salinidade, nível de oxigenação, inundações de maré e a composição do substrato vegetal adaptada ao local. Desta forma, quanto a flora, Araújo e Maciel (1979), afirmam que os bosques do manguezal de Guapimirim estão representados por espécies típicas como: *Avicennia schaueriana* – mangue siriuba, *Laguncularia racemosa* – mangue branco e *Rhizophora mangle* – mangue vermelho ou sapateiro.

Embora essas espécies sofram processo de degradação pela intensa derrubada de árvore ao longo das últimas décadas, ainda são encontradas nas áreas mais protegidas de mangue árvores de 15 metros de altura. Entretanto essa constante intervenção no ambiente vem acarretando o aparecimento de espécies invasoras como a *Hibiscus pernanbucensis* (guaxindiba do mangue) e *Acrostichum aureum*. Além dessas espécies vegetais podemos ainda encontrar na APA de Guapimirim as espécies *Inga affinis*, *Erythrina sepeciosa*, *Tabebuia cassioides* e *Spartina alterniflora*. (Pires, 2000)

Na zona de transição entre o mangue e outros tipos de vegetação encontramos ainda as espécies *Dalbergia ecastophylla*, *Paspalum vaginatum*, *Schinus terebinthifolius* (aroeira) e *Typha domingensis*. Outras como *Loranthaceae racemosa* da parasita (erva de passarinho), *Echinochloa sp*, *Paspalum repens* e *Echornia crassipe* formam ilhas de vegetação que podem descer o rio e atingir a Baía de Guanabara.

A grande floresta de manguezal situada na APA Guapimirim representa a última grande formação dessa qualidade no trecho de entorno da Baía de Guanabara, que anteriormente existia em quase sua totalidade. A área desses bosques é de aproximadamente 69 km², correspondendo a 85% do total de toda a orla da Guanabara. (Pires, 1992)

Dentro da riqueza desse ambiente, também, podemos presenciar um elevado índice de diversidade animal uma vez que a estrutura de manguezal propicia um alto número de nichos ecológicos que são utilizados por inúmeras espécies nos diferentes estágios de desenvolvimento e pousio de aves migratórias.

Dentre as espécies de aves presentes na área da APA de Guapimirim encontramos o Atobá, Biguá, Anhinga, João Grande, Maguari, Socozinho, Garças, Socó, Socoí, Colheiro, Mareca, Irerê, Frango d'água, Piaçoca, Maçarico-de- colheira, Anu do brejo, Alma de gato,

Saci, Martim- pescador, Pica-pau, Viuvinha, Sebinho do mangue e outras. Entre os insetos uma variedade de tipos de borboletas, lavadeiras, libélulas, abelhas, mutucas e maruins. Entre os crustáceos apontamos 17 espécies de caranguejos entre Marinheiros Uça, Chama maré, Camarãozinho-canhoto e, as cracas, aratus, Siri- azul, Guaiamu. Entre os peixes podemos destacar os Robalos, Bagres, Sardinhas, Tainhas, Acará, Savelha e Parati. Entre os moluscos encontramos os Samanguaias, Caramujo do mangue e Macoma. Também encontramos répteis como o jacaré e mamíferos como a capivara e a preá. Apesar da riqueza biológica esse ambiente tem sofrido, a cada ano, perdas que podem ser irreversíveis. Como mencionamos anteriormente a partir de década de 40 diversas obras de drenagem e retificação dos rios foram executadas com o objetivo de sanear esse trecho da Baía da Guanabara que, a partir de então, não parou de se urbanizar e exercer pressão sobre os ambientes "naturais".

Um fato interessante, segundo Amador (1998), é que essas obras não conseguiram resolver o problema das grandes inundações e acabaram por se tornar responsáveis por uma destruição significativa das áreas de manguezal. Entretanto, embora alvo de permanentes pressões de diversas origens e intensidade, esta área é ainda a mais preservada faixa de manguezais contínuos, cerca de 80% do total, de remanescentes em toda a orla da baía. Pires (2002) ao comparar seu levantamento, com base nos originais de mapeamentos realizados pelo DNOS, na década de 40, pode avaliar que foram destruídos, cerca de 2/3 dos manguezais para fins de recuperação para uso do solo. Além disso, os resultados do seu levantamento demonstram um período crítico, de intensa destruição, em meados dos anos 80 que, segundo ele, coincide com a crise do petróleo vivida pelo país e os incentivos do Conselho Nacional de Petróleo à queima da madeira (carvão) como uma alternativa de geração de energia. Assim, mesmo com a decretação dessa unidade de conservação na década de 1980, tivemos um incentivo governamental que, até certo ponto, contrariava a política ambiental vigente.

Como podemos perceber esse conflito de interesses do governo muitas vezes, ao longo da história, tomou partido da questão econômica em detrimento a questão ambiental.

Assim, a pressão de origem antrópica na região, mesmo com a decretação como unidade de conservação na década de 1980, fez o manguezal desta APA sofresse inúmeros cortes. Além disso, a decretação da APA não atenuou os problemas de contaminação de vinculação hídrica⁴⁴ e ações impactantes de diversas origens e intensidade que provocaram

⁴⁴ (visto que essa área encontra-se dentro da bacia da Guanabara que engloba praticamente toda a região metropolitana do Rio de Janeiro e onde muitos municípios não possuem um sistema de tratamento de esgoto eficiente).

grande destruição sobre os manguezais levando-os a atingir um quadro de degradação extremamente crítico ao final da década de 1980.

Contudo, o esgotamento da lenha dos manguezais inviabilizou no final da década de 1980 a prática do desmatamento propiciando um processo de recuperação natural de bosque de mangue mais protegidos (Pires, 2002). Ainda segundo o autor, a inauguração da sede da APA, em 1986, e a ação do batalhão florestal a partir de então muito contribuíram para que o desmatamento desacelerasse e a recuperação de alguns extratos de bosques fosse possível.

*“Na década de 90, ações de proteção como a implantação da sede da APA e a presença do batalhão florestal permitiram que o manguezal iniciasse um processo de recuperação mais duradouro em vários trechos, proporcionando que outras seções de bosque remanescente pudessem atingir estados mais maduros de complexidade estrutural. Entretanto, diversas porções não conseguiram dissipar um processo de colonização natural que garantisse o restabelecimento do ecossistema, deixando áreas desnudas ou cobertas com espécies oportunistas como a samambaia do mangue- *Acrostichum aureum*”.* (Pires, 2002)

A recuperação, na década de 90, de alguns extratos de bosque, entretanto, não fez com que os problemas e os desafios desaparecessem.

É indispensável mencionar que o final do século XX foi marcado pela ascensão de movimentos populares tendo como tema as questões ambientais, no Brasil.⁴⁵

Para Castell (1999) foi a partir da década de 60 que as questões de cunho ambiental, saíram das esferas acadêmicas e de poder e começaram a fazer parte do cotidiano de pessoas comuns. Foi a partir desse momento que comunidades em defesa do seu espaço geográfico e contrários a destruição ambiental, assim como as ONG's passaram a se articular e manifestar suas preocupações com a chamada questão ambiental.

Ainda para o autor, foi a partir desse momento que uma nova mentalidade onde o homem cada vez mais aparece como parte da natureza começa a se ampliar dentro da perspectiva de *“um conjunto de crenças, teorias e projetos que contemplam o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionaria”*, (Castell, 1999:143/144).

⁴⁵ “Até meados da década de 80, o Estado ditou, de forma centralizadora, a política ambiental a ser seguida no Brasil. A partir de então, o processo de formulação e implementação da política ambiental no país passou a ser, cada vez mais, produto da interação de idéias, valores e estratégias de ação de atores sociais diversos, num campo marcado por contradições, alianças e conflitos que emergem da multiplicidade de interesses envolvidos com o problemas de proteção do meio ambiente. (...)”. (Cunha & Coelho in Batista e Guerra (org), 2003:43)

Foi dentro de um contexto de intensa devastação na década de 80 e do crescimento e potencialização das inúmeras fontes de poluição que, através de movimentos sociais locais, a APA de Guapimirim foi consolidando-se como uma categoria de Unidade de Conservação.

As unidades de conservação criadas pela Lei Nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, inciso I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos. O primeiro engloba as Unidades de Proteção Integral e o segundo as Unidades de Uso Sustentável. Dentro do grupo que constitui as Unidades de Uso Sustentável encontramos as seguintes categorias de Unidade de Conservação:

- I – Área de Proteção Ambiental
- II – Área de Relevante interesse Ecológico
- III – Floresta Nacional
- IV – Reserva Extrativista

A Área de Proteção Ambiental é a categoria que trabalharemos nessa dissertação. No Art. 15º da Lei que nos referimos no parágrafo acima encontraremos a definição de Área de Proteção Ambiental.

“É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, estéticos e culturais especialmente importante para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. (Lei Nº 9.985, de 18 de junho de 2000)

Área de Proteção Ambiental *“é uma unidade de conservação que tem por objetivo conciliar as atividades humanas com a preservação da vida silvestre, a proteção dos demais recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população através de um conjunto entre órgãos do governo com a participação ativa da comunidade.”*

As áreas de Proteção Ambiental são apontadas pelo IBAMA (2001) como uma categoria de Unidade de Conservação que apresenta uma diferença fundamental em relação às demais pelo caráter integrador que possui, ou seja, uma unidade de conservação onde a

retirada de comunidades e a desapropriação de terras não são necessárias e por isso podem ser criadas em áreas habitadas e que podem apresentar significativo grau de urbanização. Assim, esse tipo de Unidade de Conservação – UC – difere-se fundamentalmente das demais por contornar o problema da desapropriação de terras, existindo também a possibilidade de abrangência de ecossistemas inteiros, transpondo os limites inter-regionais.

As APA's apresentam os seguintes objetivos e características:

1. Conservar a biodiversidade.
2. Uso sustentável dos recursos naturais.
3. Podem conter propriedades privadas⁴⁶.
4. Possuir sistema de planejamento com ordenamento territorial a partir de zoneamento⁴⁷ que contém zonas com diferentes graus de proteção, restrições e permissões.
5. Plano gestor que contemple a gestão participativa e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Retomando o debate a respeito problemas e os desafios da APA de Guapimirim ao longo da década de 90 iremos nos deparar com as questões levantadas por esse adentro.

Em primeiro lugar é preciso ressaltar que apesar de ser amparada por instrumentos legais a consolidação da APA de Guapimirim esbarrava na forma centralizadora com que o Estado conduzia a política ambiental.

Para alguns autores os problemas iniciam-se na delimitação da área protegida e com o desprezo das comunidades envolvidas:

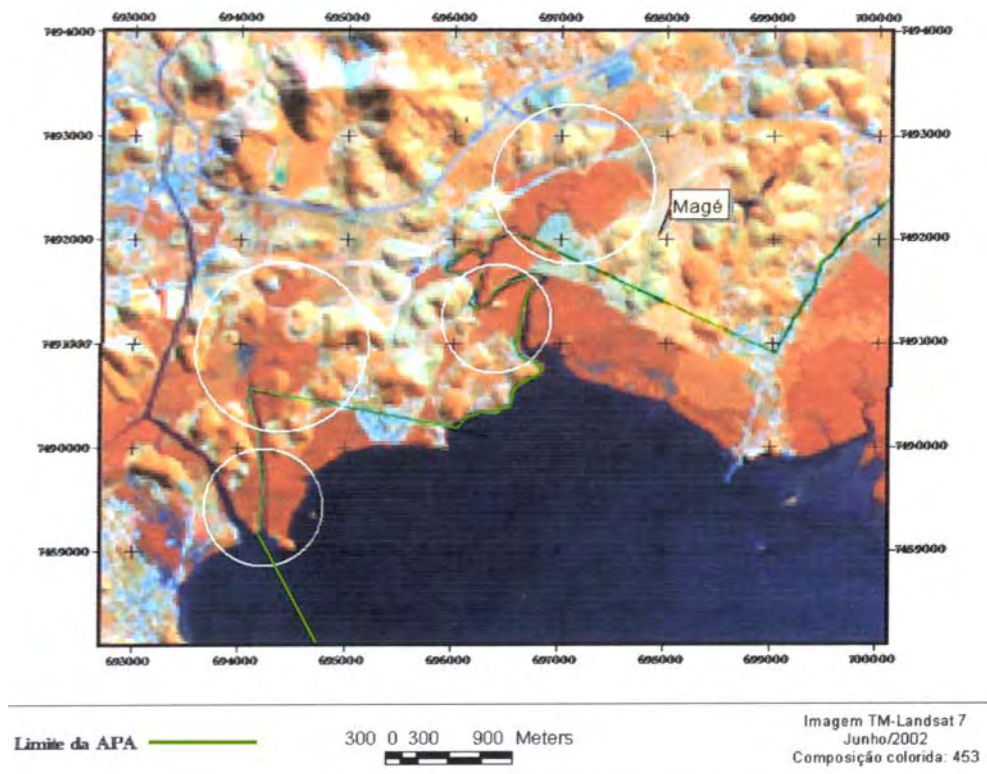
“ (...) a maioria das APA's foram criadas no âmbito técnico, sem a participação dos principais envolvidos, o que veio gerar grandes problemas sócio-ambientais. Um outro fator importante é a delimitação de áreas protegidas, ocorridas 'ao acaso', gerando várias incompreensões quanto aos critérios de delimitação.” (Bezerra & Bursztyn apud Araújo, 2004:48)

⁴⁶ Os proprietários de terras em APA's deverão atender as imposições e delimitações administrativas. Embora o direito de propriedade esteja garantido, os interesses e funções sociais deverão ser atendidos e quaisquer atividades a serem praticadas deverão ser licenciadas pelo órgão responsável.

⁴⁷ A resolução CONAMA, nº 010 de 14 de dezembro de 1988, estipulou em seu Artigo 2º que todas as APA's terão sempre um zoneamento ecológico- econômico. O objetivo principal do zoneamento é o estabelecimento de normas de uso para as Zona de vida silvestre, Zonas de proteção da vida silvestre e zona de uso agropecuário.

Thaís Araújo Nascimento (2004) ressalta que a APA de Guapimirim representa uma dessas unidades ‘incompreendidas’. Para a autora se sobrepormos o limite da APA de Guapimirim com imagens de satélite, logo verificaremos que grandes faixas de manguezal foram excluídas do limite da APA.

Figura 19 – Manguezais Excluídos do Limite da APA de Guapimirim



Fonte: Thaís Araújo Nascimento 2004.

Segundo a autora os limites da APA deveriam contemplar, sempre que possível, as bacias de drenagem e ou os limites do ecossistema específico (no nosso caso o manguezal) para evitar que os problemas das áreas ao entorno se tornem os principais problemas enfrentados e para garantir alguma estabilidade ao ecossistema. Entretanto, a autora reconhece que a unidade de planejamento bacia hidrográfica no caso da APA de Guapimirim é extremamente complexa, visto que a área da APA abrange quatro municípios e mais de uma bacia hidrográfica.

A razão do questionamento da autora se dá ainda pela inclusão de áreas consolidadas e de uso conflituoso, como também pela presença de uma área de preservação permanente (manguezal) que não compactua com a utilização sustentável de seus recursos conforme está disposto na legislação pertinente (ibidem.48).

Para a autora a Lei 6983, de 31/08/81, estipula que as Áreas de Preservação Permanente, relacionadas no Código Florestal devem ser transformadas em Reservas ou Estações Ecológicas. Desta forma a categoria APA não condiz para a proteção do ecossistema de manguezal. A autora cita também a Lei do SNUC, Art 22, incisos 5º, onde “As unidades de Conservação do grupo sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades de Proteção Integral”.

Para Cunha e Coelho (2003), entretanto, a partir da década de 1980 o processo de formulação e implementação da política ambiental no país passou a ser, cada vez mais, produto da interação de idéias, valores e estratégias de ação de atores sociais diversos, num campo marcado por contradições, alianças e conflitos que emergem da multiplicidade de interesses envolvidos com o problema de proteção do meio ambiente (Cunha & Coelho in Batista e Guerra (et.al), 2003:43). É preciso notar que mesmo de forma incipiente tivemos com a Constituição de 1988 (Capítulo VI, Art.225) a democratização / descentralização do tratamento das questões ambientais. Assim, na década de 1990 o envolvimento da sociedade local foi estimulado para a reformulação das políticas públicas que deveriam, a partir de então, levar em consideração conhecimentos e saberes tradicionais para sua formulação. Com isso tivemos avanços, embora tímidos, na gestão da APA de Guapimirim. Governo Federal, Estadual e Municipal, pesquisadores e comunidades passaram a se integrar em busca da detecção de problemas e soluções para garantir a preservação desse ecossistema e do bem estar público.

Em segundo lugar Pires (2002), nos lembra que:

“(...)a APA de Guapimirim é um ambiente de uma riqueza fantástica, não apenas biológica, mas também social e arqueológica e sua preservação será um legado de grande valor às futuras gerações. Contudo, é preciso entender que Guapimirim se localiza no interior da baía de Guanabara, um ecossistema que tem servido de ‘fossa séptica’ para quase oito milhões de habitantes, que só recentemente começaram a se preocupar com a qualidade do meio ambiente.”

Como mencionamos os manguezais são ainda considerados como lugares fétidos e impróprios à vida humana, apesar de toda a sua riqueza biológica e sua importância cultural e social. Mesmo com a crescente conscientização da população face às questões ambientais, ainda podemos perceber a externalização das mesmas, dentro da dicotomia homem / natureza, para grande parte da opinião pública e, muitas vezes, por instâncias de governos imediatistas que privilegiam obras eleitoreiras em detrimento, por exemplo, da ampliação da rede de

capitação e tratamento de esgotos que vem se delineando como um dos principais problemas ambientais da baía de Guanabara.

Entretanto, a recente ação das ONG's⁴⁸ junto a conscientização da opinião pública e a busca de visibilidade das questões ambientais e os esforços de pesquisadores engajados com as mesmas, o debate em relação o significado da preservação da natureza ganhou maior ressonância política e social. No bojo desse movimento é que a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim ganhou, na década de 1990, importantes aliados em prol de projetos de aperfeiçoamento da gestão de ações voltadas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos na forma da lei.

Em terceiro lugar, a área da APA de Guapimirim possui, em seu interior, comunidades tradicionais que dela sobrevivem através da pesca e coleta de caranguejos. Essas comunidades tradicionais têm se deparado, cada vez mais com a influência exercida pela incorporação das áreas vizinhas pela expansão urbano-industrial e as “ameaças” de trabalhadores que exercem, muitas vezes de modo ilegal, a retirada de lenha para ser usada em cerâmicas, padarias e construção civil, assim como por parte grupos sociais que, em busca de um lugar para morar, passam a ocupar as áreas de manguezais. Desse modo, essa forma tradicional de vida, com seus sistemas correspondentes de apropriação comum dos recursos, tem sido desestruturada pelas agressões provenientes de impactos ambientais historicamente construídos no curso da expansão urbano-industrial da metrópole carioca, ou seja, a expansão metropolitana tem promovido a ampliação da degradação ambiental - através dos aterros e vazadouros de lixo, poluição por óleo e esgoto, queimadas, retirada de lenha e a invasão de populações de baixa renda - no ecossistema apropriado/ usado por eles.

Para Diegues (1996) essas populações podem ser consideradas como tradicionais uma vez que, a existência de sistemas de manejos dos recursos naturais, revelam a *existência de um complexo de conhecimento adquiridos pela tradição herdada dos velhos, de mitos e símbolos* marcados pelo respeito aos ciclos naturais, a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

⁴⁸ “Não parece haver dúvida de que o Estado permanece como espaço central de articulação entre diversos projetos políticos e visões de mundo acerca das linhas principais da política ambiental no Brasil. Apesar disso, uma gama variada de atores não estatais exerce influencia crescente na formulação de políticas , incluídas as políticas ambientais que têm existência paralela aos aparelhos do Estado, e na gestão dos recursos naturais. Porém , assim como é influenciados, o Estado também é capaz de definir as linhas de atuação dos atores não estatais, aos decidir sobre os programas e financiamento, legitimar ações e criar condições favoráveis para a implementação de Projetos” (Gohn, 1997; Porter e Brown, 2000 in Guerra e Cunha 2003)

Ainda para o autor, as culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas ao modo de produção capitalista. Onde *ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos, extrativistas, segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção de dinheiro para suas compras na cidade*'. (Diegues,1996:81/83)

Queremos dizer que é certo que não podemos denominar os grupos sociais acima descritos como comunidades tradicionais, uma vez que de um modo ou de outro aquelas populações estavam já integradas à metrópole carioca em função do trabalho, do consumo de bens e serviços (inclusive culturais) e do uso de equipamentos públicos desigualmente distribuídos à sociedade urbana, porém o sentido de “tradicional” refere-se à territorialidade constitutiva de suas práticas sociais que, imersas na relação corpo/natureza, evidenciam formas e conteúdos particulares de inscrição cultural no terreno da vida.

No contexto de amparo legal pela Constituição; ampliação da fiscalização com implantação do batalhão florestal e a inauguração da sede da APA; intervenção de especialistas; degradação do meio; coexistência da metrópole/ natureza; expansão urbana das cidades vizinhas e ampliação dos problemas socioeconômicos e habitacionais da população metropolitana, a APA de Guapimirim e suas comunidades tradicionais atravessaram toda a década de 1990, problemas de diversas ordens.

Os problemas enfrentados pela Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e suas comunidades, desde a sua criação em 1984, até a década de 1990 podem ser exemplificado pelos itens a seguir:

- Acréscimo da concentração de metais tóxicos, hidrocarbonetos de petróleo, produtos da decomposição de matéria orgânica, pesticidas diversos, ftalatos, dioxinas organocloratos e outros que comprometem a concentração ideal de gases necessários ao equilíbrio do ambiente, garantem elevado potencial de toxidade e uma possível redução e contaminação do pescado.
- A ineficiência e falta de integração de políticas públicas (habitação, saneamento, educação, saúde e geração de trabalho e renda) por parte dos quatro municípios que abrigam APA de Guapimirim;
- Conflitos de competência entre os diversos órgãos responsáveis pela fiscalização em suas diferentes esferas de atuação (municipal, estadual e federal);
- Pouca eficiência e eficácia da fiscalização;
- Modelo civilizatório / preponderância dos interesses econômicos;

- Inexistência do Plano de Gestão / Manejo e do zoneamento ambiental (que define as restrições de uso em cada área e é fundamental para a elaboração de um plano gestor mais eficiente);
- Número reduzido de funcionários para o exercício de gestão e fiscalização;
- Uso indiscriminado de currais de malha fina para captura de peixes junto à desembocadura dos rios, impedindo que os peixes subam os rios para a desova.
- O IBAMA não possui verba para implementação de muitos projetos, sugeridos por Universidades e pesquisadores, que ajudariam na preservação do ecossistema da APA.
- O corte do mangue continua a ser praticado de forma ilegal. Na região de Piedade, por exemplo, um intenso processo de exploração da madeira encontra-se em vigor.
- Substituição de espécies vegetais devido a degradação.;
- Falta de programas de conscientização e educação ambiental junto às populações vizinhas a APA.
- Falta de apoio e incentivo a pesca artesanal a fim de preservar atividades tradicionais, gerar empregos e preservar a área em períodos de defeso.

Esses problemas apontados acima representam os principais problemas enfrentados para a consolidação APA e as limitações para a garantia de direitos das suas comunidades tradicionais. Para muitos pesquisadores a grande ameaça a APA encontra-se fora dela. Apesar dos inúmeros esforços e avanços na tentativa de preservação, a falta de saneamento básico nos municípios da pérgula da baía e a poluição industrial produzida, principalmente, pelo complexo petroquímico de Duque de Caxias, tornam a ameaça ao ecossistema de manguezal, cada vez mais severa. Portanto, podemos afirmar que os desafios que estão em pauta nas áreas de remanescentes de manguezais da baía de Guanabara estão também diretamente vinculados ao processo desigual e contraditório de urbanização do território.

CAPÍTULO V - A APA de Guapimirim e as Comunidades Tradicionais em Remanescentes de Manguezais.

5.1 – A Baía de Guanabara e seus Problemas Sócio- ambientais

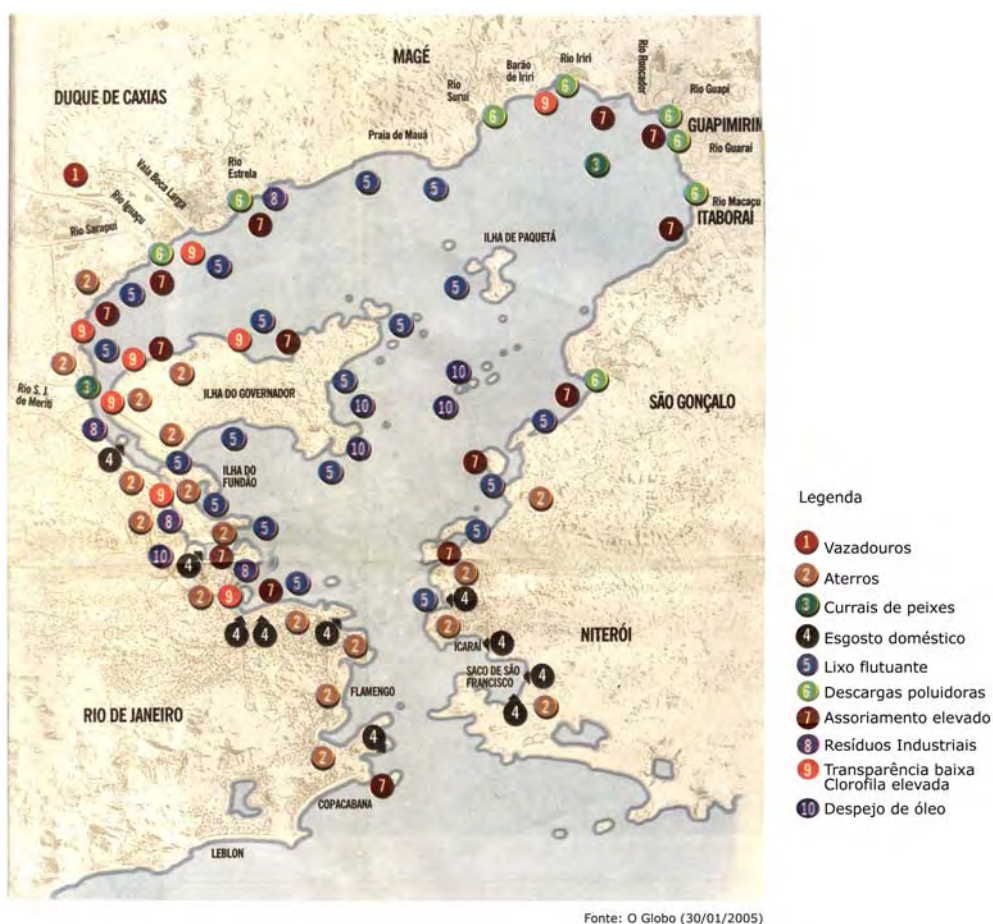
Em pleno transcorrer do século XXI, a Baía de Guanabara ainda é considerada uma das mais belas paisagens do mundo. Os quinhentos anos de intervenções antrópicas e os inúmeros problemas por ela criados não foram capazes de destruir tamanha exuberância. Contudo, as perspectivas para o seu futuro tornam-se cada vez mais árduas.

Amador (1998;2005) aponta para o agravamento da contaminação por metais pesados, hidrocarbonetos, matéria orgânica, lixo flutuante, aterros, assoreamento e outros fatores. Segundo o autor, as obras de saneamento realizadas pelo extinto DNOS carrearam para a baía de Guanabara sedimentos que jamais sairiam de um leito de rio de curso irregular e aumentaram a chegada de carga orgânica, na proporção do crescimento populacional da região metropolitana.

As limitações persistentes do sistema de saneamento urbano, em particular das condições da rede de esgoto doméstico e industrial, os sucessivos aterros (equivalentes a 30% da área existente na época em que foi descoberta), a redução em 68% das áreas de manguezal, a ocupação das margens de quase todos os 55 rios que fazem parte da bacia da Guanabara, o desmatamento de florestas no entorno e, ainda, a ação erosiva do mar são, também, responsáveis pelo assoreamento da baía que, encontra-se hoje, com uma área de 60 quilômetros quadrados completamente assoreados na maré de sizígia. (Amador.1998;2005)

Esses e os demais problemas enfrentados pela baía têm sido reconhecidos pelo Estado que, em programas como o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara⁴⁹ tem tentado minimizar e, até mesmo, atenuar o problema. Entretanto, os recursos necessários para a realização de tudo o que deve ser feito – construção de estações de tratamento de esgoto, desassoreamento de rios, projetos de educação ambiental, construção de novos aterros sanitários e desativação de outros com estações de processamento de resíduos - parece insuficiente. Os constantes conflitos entre as diferentes esferas do Estado (Federal, Estadual e Municipal), na elaboração de projetos e responsabilidade e execução dos mesmos, permanecem ainda sem solução tornando os problemas a cada dia mais complexos.

FIGURA 20 - Principais Problemas da Baía de Guanabara



⁴⁹ A conclusão das obras da primeira fase do PDBG financiada pelo Banco Interamericano de desenvolvimento (BID) estava prevista para junho de 2006. A primeira fase do programa previa o tratamento de 58% de todo o esgoto jogado na baía de Guanabara (cerca de 20 mil litros por segundo). Entretanto após dez anos decorrentes do programa o Estado conseguiu tratar apenas 25% dos 58% planejados. As obras nas oito estações de tratamento de esgoto que integram o projeto estão concluídas, porém a implantação de troncos coletores e redes não seguiu o mesmo ritmo. O problema se torna mais severo porque o Estado já gastou 90% do financiamento

Não podemos deixar de lembrar que no processo de produção da metrópole carioca (re)surgem, ainda, a cada instante, novos/ velhos problemas de sua expansão no território, sobretudo em relação a precariedade do tratamento de resíduos domésticos e industriais.

5.2 Impactos sócio-ambientais na APA de Guapimirim e em seu entorno.

Nos primeiros dias do ano 2000, mais uma vez o bucólico cenário cantado por visitantes de todo o mundo, desde o seu descobrimento, é transformado de maneira impiedosa. A Baía de Guanabara é assolada por um brutal derramamento de óleo que atinge praticamente toda a sua linha de costa, mas que concentra sua incomensurável destruição nos remanescentes de manguezais localizados em Duque de Caxias e na APA de Guapimirim.

Foi 1.292 milhão de metros cúbicos de óleo (MF-380) que vazaram na madrugada do dia 18 de Janeiro do duto PE-II da Petrobrás⁵⁰. Segundo a empresa responsável⁵¹, a Petrobrás, este duto, com 16,45 quilômetros, faz parte de um conjunto de nove dutos destinados ao traslado de óleo escuro entre a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e o terminal da Ilha D'água (DTSE/Geguá). Sua construção data de 1991 fazendo com que no período de ocorrência do acidente fosse o mais novo de todos os dutos em operação. Este duto em particular passou por inspeção em 1998, após sofrer anormalidades que, em 1997, foram responsáveis por um outro vazamento de proporções muito menores do que o acidente de janeiro de 2000.

O acidente de janeiro de 2000 teve, ainda, um enorme agravante nos impactos causados, sobretudo, por ter ocorrido durante uma maré de sizígia o que possibilitou a chegada do óleo em uma grande área de bosque da APA de Guapimirim.

Como sabemos, a vulnerabilidade, sensibilidade e resistência dos manguezais dependem de fatores como a proximidade da fonte poluidora, geomorfologia da área, nível de maré, posição do bosque em relação ao corpo d'água, frequência de inundações pela maré alta, granulometria do sedimento, tipo de óleo que o invade e outros. (Rabello Wagener, Scofield, Hamacher, Francioni e Ziolli, in Fonseca & Siqueira [et al] 2002:83). Assim, as

externo e o restante das obras deverão ser concluídas com recursos próprios para que a Segunda etapa do projeto possa ser acertada com seus financiadores – BID e JBIC.

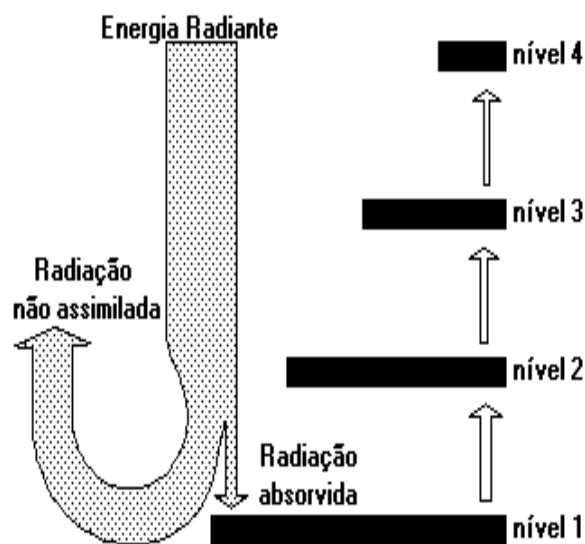
⁵⁰ “Em 18 de janeiro de 2000, o rompimento de um duto da Petrobrás na Baía de Guanabara levou à liberação de cerca de 1.300 m³ de óleo combustível marinho MF380, uma mistura de diesel e óleo combustível pesado. Ocorreu um recobrimento expressivo da linha de costa com o material derramado, principalmente na porção noroeste da baía, tendo sido afetadas importantes áreas de manguezais”. (A . Scofield; C. Hamacher; E. Francioni e R. Ziolli, in Fonseca & Siqueira [et.al] 2002:81)

⁵¹ Revista Petrobrás Ano VII nº 67; fevereiro de 2000:4

respostas de um manguezal a um derramamento de óleo dependem de uma série de fatores que vão desde a quantidade e qualidade do produto derramado como do tempo de permanência que este terá, sua biodegradação, atividades dos crustáceos que carregam o produto a camadas inferiores de sedimento entre outros.

Neste acidente, medidas de contenção e limpeza que minimizassem o impacto foram postas em prática pela Petrobrás logo que o vazamento foi detectado. Contudo, cabe ressaltar que praticamente toda a madrugada foi transcorrida antes que isso acontecesse. Além disso, a empresa responsável pelo derramamento de óleo e órgãos e entidades ligadas à questão ambiental logo se organizaram, para combater o impacto imediato e, realizar estudos e monitoramento para avaliar as consequências ao longo dos anos. Dentre os estudos preliminares podemos apontar que a restauração completa dos bosques atingidos por óleo deve demorar de dez a cinquenta anos. (Rabello Wagener, Scofield, Hamacher, Francioni e Ziolli, in Fonseca & Siqueira [et al] 2002). Vejamos um esquema simplificado do impacto do acidente:

Figura- 21- Transferencia de energia entre os níveis tróficos



Fonte: Linhares & Gewandsznajder, 2000

Nível 1 – Fotossintetizantes

Nível 2 – Zooplânctons

Nível 3 – Peixes e crustáceos

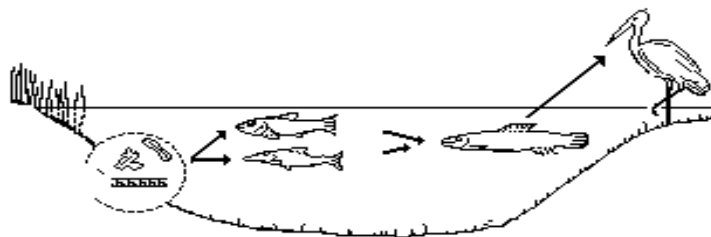
Nível 4 – Peixes

Neste gráfico aparece a relação de alimentação de um ecossistema teoricamente em equilíbrio. A base desta cadeia é capaz de suprir, de forma coerente, estes seres vivos. A transferência de matéria e energia é, de certa forma, controlador populacional, onde o nível trófico posterior age sempre como agente deste controle. Há também o controle que ocorre dentro deste próprio nível denominada competição intra – específica, onde seres de mesma espécie competem por alimento, área, oxigênio, luz e outros fatores abióticos.

A barra em negro significa a produção/transferência de matéria produzida/consumida em cada nível trófico. Observando esta barra vê-se que ela diminui a cada nível trófico, pois estes seres vivos utilizam esta matéria para converter em energia para realização de suas funções orgânicas (respiração, excreção...). Depois de transformada em energia, uma parte se perde para o meio em forma de calor. Com isso, se conclui que o nível trófico mais afastado tende a receber menos quantidade de matéria para seu consumo.

Este equilíbrio bem tênue é suscetível a variações quando, neste meio é introduzido um fator novo (biótico ou abiótico), capaz de alterar a salinidade, temperatura, pressão ou luminosidade deste meio.

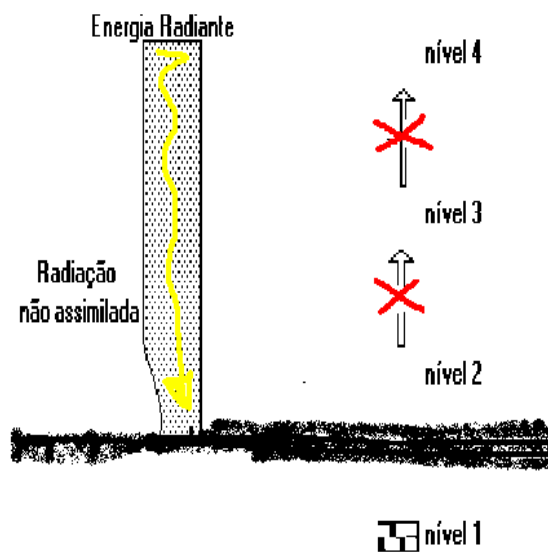
Figura. 22- Ecossistema em equilíbrio



Fonte: Linhares & Gewandsznajder, 2000
(Um exemplo de básico de teia alimentar)

O acidente que ocorreu na Baía de Guanabara em janeiro de 2000, formou em determinadas áreas uma lâmina de óleo de aproximadamente 50cm de altura. O acúmulo deste óleo bruto simplesmente bloqueou a luminosidade acarretando na incapacidade de seres fotossintetizantes de absorver luz e realizar a fotossíntese e, como consequência, acarretando na diminuição de alimento no meio, diminuição de oxigênio e diminuição da população de produtores.

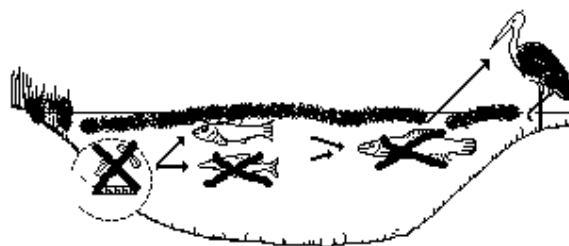
Figura. 23 – Desequilíbrio na transferencia de energia entre os níveis tróficos



Fonte: Linhares & Gewandsznajder, 2000

Com isso, os seres vivos que se alimentam destes produtores foram diretamente prejudicados e assim ocorreu com os níveis tróficos subseqüentes, acarretando um desequilíbrio na transferência de alimento.

Figura 24 – Impacto produzido pela introdução de hidrocarbonetos no ambiente



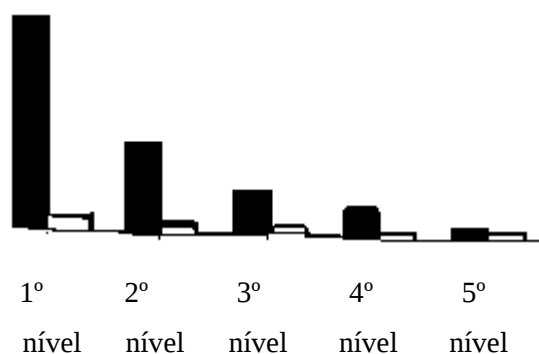
Fonte: Linhares & Gewandsznajder, 2000

(A mancha de óleo na lâmina d'água)

Além disto, o óleo matou larvas e ovos de peixes. No mangue as plantas jovens em crescimento morreram, peixes e crustáceos se tornaram inadequados para consumo humano. As aves marinhas se tornaram mais vulneráveis devido à perda de flutuabilidade pelo encharque de suas penas com o óleo. O período da desova de camarões, caranguejos e peixes

no mangue de sofreu bruscamente com o derramamento comprometendo a subsistência das comunidades catadoras e pesqueiras dos municípios atingidos.

Figura 25 – Transferência de energia nos diferentes níveis tróficos antes e depois do acidente



Fonte: Linhares & Gewandsznajder, 2000

O Gráfico mostra os diferentes níveis tróficos antes e depois de um acidente ambiental, onde as colunas estão ordenadas da esquerda para a direita em ordenação trófica.

A restauração deste ecossistema deverá ser proporcional ao trabalho de limpeza e despoluição da área, assim sendo, na melhor das expectativas, a área de proteção ambiental de Guapimirim, muito prejudicada por este acidente levará no mínimo 10 anos para se recuperar. É importante ressaltar que apenas 10% da área de 14.340 hectares da APA de Guapimirim foi prejudicada.

Além disso, parte deste óleo (aproximadamente 700 mil litros) sofreu degradação e transformação química tornando-se mais denso e afundando, impregnando e se misturando com o sedimento do fundo e os seres bentônicos. Portanto, não é simplesmente a ação de limpeza, mas sim um trabalho de conscientização e fiscalização ambiental que no futuro sirva como embrião para uma política ambiental atuante.

As consequências ambientais deste episódio, como tentamos demonstrar, são incomensuráveis tanto *in situ* como *out situ*. Entretanto, devemos acrescentar que estas não são as únicas consequências, ou seja, não devemos esquecer que nos ambientes atingidos por este derramamento encontramos populações, famílias inteiras que constroem sua existência sobre condições que estão intimamente associadas ao ritmo da natureza. Podemos observar, então, que os impactos ambientais sobre determinados territórios agravam ou degradam as condições de vida e trabalho das pessoas que neles estão inseridas, neste caso das comunidades de catadores de caranguejos e pescadores.

Como podemos perceber o impacto do derramamento de óleo não se restringe a questão ambiental restrita a condições bio-físico-químicas. A questão ambiental é, sempre, uma questão sócio-ambiental visto que esses acidentes são resultantes da apropriação e uso do território, incidindo, portanto, sobre os homens e mulheres. Assim, concluímos que as consequências mais imediatas destes impactos normalmente atingem o local *in situ* e suas populações que normalmente encontram-se às margens das políticas públicas. São populações normalmente compostas de grupos sociais subalternizados e que estão inseridas, segundo José de Souza Martins (2002), de forma precária na nossa sociedade, tornando-as cada vez mais marginalizadas, desapropriadas do seu saber, do seu trabalho e dos recursos dos seus territórios.

5.3 Degradação do Habitat e desterritorialização de comunidades tradicionais

Para as comunidades tradicionais, localizadas nas áreas de manguezais, que há muito tem sofrido com os efeitos da degradação, historicamente construída no curso da expansão urbano-industrial da metrópole carioca, este acidente imprimiu ali uma nova dinâmica social. Esta acabou por reduzir as condições objetivas e subjetivas de reprodução social, alterando o modo de ser e estar dessas comunidades, principalmente porque o território para elas é percebido como substrato do processo de apropriação, gerando um compromisso afetivo dos sujeitos que se propõem a torná-lo seu Habitat, constituindo assim, a identidade sócio-cultural.

Para Leff (1997), o Habitat é onde se edifica e se define a territorialidade de uma cultura, onde se constituem sujeitos sociais que projetam sua geografia apropriando-se do espaço, habitando-o com suas significações, práticas, sentidos e sensibilidades. Ainda segundo o autor, o Habitat é uma territorialidade construída por práticas de apropriação do mundo, resultante de uma dialética entre a espacialidade, a organização ecológica e a significação cultural, que define identidades culturais e estilos de apropriação da natureza. Para ele, o *Habitat é o suporte da conjugação do verbo habitar no tempo-espaço social*.

Considerando as afirmações acima, o Habitat exige para o entendimento de sua complexidade a incorporação da territorialidade e do território como seus elementos constitutivos. O Habitat seria o território habitado, usado, humanizado (Santos, 2002), definido e definidor de existências, ações e intencionalidades da relação dos homens entre si e com a natureza.

Para Claval (1999), a construção do território significa construção de uma base material onde o homem possa ancorar a sua realidade. Perceber o território, portanto, é também notar que os lugares nas quais estão expressas as necessidades humanas foram constituídos pelos homens, por sua ação técnica e pelo modo como se percebem. Desta forma, a ontologia do ser passa a apreender o território como espaço vivido e a fortalecer o sentimento de pertencimento e de existência através da cristalização de representações coletivas. Assim, perceber o território é evidenciar que a relação sociedade natureza também é formada de uma ordem simbólica⁵² e não somente material. Desta forma a construção do território torna-se cultural e passa a fazer parte de estratégias identitárias onde, numa relação dialética, homem e território moldam-se mutuamente.

Neste sentido, é no território que se dá a construção dos símbolos que é inseparável da construção de identidades. A memória dar-se nos lugares, *nas porções de natureza em que estão enraizados os seus potenciais*, é nele que o espaço e a história se encontram fornecendo uma base aparentemente material para a identidade, o território. Para o autor, a partir daí percebe-se então porque os problemas de identidade e do território são indissociáveis (Claval,1999:16).

Podemos concluir que o território é uma base material e simbólica para a existência social, sendo que a maior parte das estruturas conhecidas da vida coletiva se traduz através de formas plurais e diversas de territorialidade.

Segundo Haesbaert (2004), na geografia a discussão sobre território, que até final do século XX, esteve centrada na dimensão material – no território visto como substrato material – hoje, passa a dizer respeito à realidade efetivamente existente, ou seja, sua materialidade, de caráter ontológico e a espacialidade humana e as suas múltiplas dimensões. Múltiplas dimensões estas que emergem como base para a construção de novas concepções de território: política, econômica, cultural e simbólica. Se pensarmos que vivenciamos, hoje, um aprofundamento da complexidade das questões tratadas e uma crise de paradigma, não nos espantaria perceber o entrecruzamento, cada vez mais profundo, de posições teóricas buscando superar a dicotomia idealismo/ materialismo para dar conta das nossas leituras do mundo. O território a partir daí deve ser cada vez mais percebido como a dimensão espacial

⁵² Os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação eles tornaram possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral. (Bourdieu. 2000:10).

concreta das relações sociais e como conjunto de representações, imaginários que movem a relação homem/espacos, dando-nos uma dimensão cada vez mais relacional do território.

Dentro desta perspectiva de território podemos apontar para o território base concreta, onde se produzem e reproduzem sentidos, símbolos e relações sociais e relações de produção, ou como uma arena interativa, onde diferentes forças estarão constantemente em confronto. Portanto, o território não significa somente enraizamento, fronteira e estabilidade e sim movimento, fluidez (Haesbaert,2004).

Para Haesbaert (2004), é a partir de como apreendemos – que visão priorizamos - do território é que apreenderemos a instabilidade e/ou a insegurança sócio-espacial; a fragilidade dos laços entre grupos sociais e destes com o seu espaço (tanto em termos de relações funcionais quanto simbólicas); a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial, ou seja, a desterritorialização que, portanto, assim como o território, pode ser focada por diferentes dimensões, do econômico ao cultural, do político ao simbólico. Contudo, ressalta Haesbaert (2004), a sua dimensão social, em nenhum destes focos pode deixar de ser contemplada.

Devemos fazer um adentro sobre a desterritorialização, pois desterritorializar não significa falar de uma desvinculação por completo do território, mas sim de uma reterritorialização precária⁵³ que, neste caso, se dará em bases vulneráveis e distorcidas.

A desterritorialização, para Haesbaert, está ligada ao movimento de fragilização das relações de um determinado grupo com o seu território, ou seja, a incapacidade de determinado grupo de construir, acessar e controlar seu território seja na dimensão político-econômica ou simbólico-cultural. É esta forma de desterritorialização que nos levará a falar de exclusão social em suas múltiplas dimensões.

“Percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui o nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como recurso, inerente à nossa reprodução social. Com isso partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial- isto é, em outras palavras desterritorialização. Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ ou precarização do território enquanto recurso ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membro de uma sociedade”. (Haesbaert,2004 :315)

⁵³ Parafraseando o termo “inclusão precária” proposto por José de Sousa Martins (In: A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes 2002)

É precisamente este o caso mais “dramático” que queremos aqui analisar, para tanto utilizaremos as como guia as características básicas dos processos de exclusão sócio-espacial/inclusão precária ou desterritorialização/territorialização precária propostas por Haesbaert (2004).

Para Martins (2002) “*O que é próprio é característico da sociedade, é do predomínio que há nelas das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser*”. (Martins, J.S. 2002:120).

O referido autor ao tratar da situação de pessoas que sofrem com o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e que se tornam excluídas em relação daquilo que elas estavam acostumadas ser propõe o termo inclusão precária para a discussão, sobretudo chamando atenção para o uso abusivo da noção de exclusão social, como se ela explicasse absolutamente tudo, todos os problemas sociais. Recorda, ainda, que não existe exclusão propriamente dita, pois assim como Haesbaert a exclusão (desterritorialização) esta ligada a algum tipo de reterritorialização.

Para Martins (2002), a sociedade capitalista se baseia na exclusão para que haja inclusão, ou seja, é característico de tal sociedade o *desenraizamento*. Ela promove a destruição das relações sociais que não estiverem pautadas nas relações capitalistas (produtores e consumidores).

O vertiginoso crescimento do que, em um primeiro momento, tratamos como excluídos, se dá por uma série de transformações que ocorreram na sociedade capitalista e que fizeram com que esta não conseguisse reincluir mais rapidamente seus trabalhadores como em outrora. É o tempo de demora da re-inclusão do trabalhador, que está ficando cada vez mais longo, que tem se tornado um grande problema. Além disso, hoje, quem consome não é mais, necessariamente, quem produz levando grande parte dos que produzem e os que não produzem, não exatamente à exclusão, mas sim a uma inclusão em outros termos, que tem se tornado cada vez mais precária. Para exemplificar a *inclusão em outros termos* Martins (2002), abordou o caso das meninas que ao se prostituírem em fortaleza conseguiram se incluírem economicamente no sistema, mas acabaram se excluindo moralmente.

Por isso, Martins (2002) afirma:

“(...) o problema está em discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o comprometimento profundo de caráter desses membros das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização degradante. O que a sociedade capitalista propõe hoje dos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas de inclusão, na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade” (Martins, J.S. 2002:124).

O problema é que o trabalhador, que encontra maiores dificuldades para se inserir no mercado, a cada ano vê esta demora amplia-se. Isso o conduz a passar por processos de degradação como ser familiar, social e político, perdendo a capacidade de fazer história, porque perde a capacidade de reivindicação e torna-se um consumidor marginal. É neste período que assistimos uma inclusão degradada do ser humano no processo de reprodução do capital, de reprodução social e da reprodução do cotidiano.

Outro ponto ressaltado por Martins (2002), é que a sociedade capitalista nos dias de hoje está recriando uma sociedade estamental⁵⁴, ou seja, a sociedade de classes esta se enrijecendo frente a essa crise estrutural de inserção de forma degradada no sistema. *Com isso podemos falar que esta surgindo uma separação da sociedade em duas humanidades – uma humanidade de humanos e outra de menos humanos.* Esta desigualdade não esta pautada apenas em desigualdades econômicas, mas também em diferenças sociais entre as pessoas como ocorria nas sociedades estamentais:

“Há indícios de que está havendo uma certa reestamentização da sociedade, as camadas sociais estão se enrijecendo. Há dois grupos claros: um grupo de pessoas não necessariamente ricas, mas incluídas, que tem, em graus variáveis, o privilégio de exercer direitos e ter acesso ao que de básico desta sociedade pode oferecer em termos materiais e culturais. Há um outro grupo de pessoas a que vocês chamam excluídas, na verdade incluídas marginal e residualmente nesta sociedade” (Martins, 2002:132).

O que estamos tratando aqui é a construção de uma análise da relação homem/natureza – territorialmente identificada - frente ao derramamento de óleo ocorrido em janeiro de 2000 quando o território, ou mais especificamente, o Habitat usado pelos catadores de caranguejos e pescadores, foi severamente impactado remodelando as relações de trabalho, de resistência, das trocas materiais e imateriais e o exercício da vida. As interferências ocorridas

⁵⁴ José de Sousa Martins (2002) propõe o termo ao tratar da diferença de humanidades.

no Habitat destas pessoas incidiram diretamente sobre a dimensão territorial da identidade seja ela individual ou coletiva produzindo uma ruptura na reprodução dos saberes e levando estas comunidades a uma inclusão em bases cada vez mais precárias, visto que produziram um desenraizamento que dificulta ao ato de *pertencer aquilo que nos pertence*⁵⁵.

Para muitos pescadores e catadores de caranguejos dos manguezais atingidos pelo derramamento de óleo, o impacto ambiental significou a destruição do território como seu recurso e abrigo tradicional. Nesse sentido, podemos afirmar que, nessas condições de historicidade, os impactos ambientais são mais contundentes quando atingem determinadas populações já fragilizadas na sua inserção no contexto sócio- político e invisíveis na formulação de políticas públicas. Portanto, os impactos ambientais são desterritorializantes de comunidades, implicando, pois, em rupturas na relação identidade/território.

As mudanças dificultam as condições objetivas e subjetivas de reprodução social, atuando com o sentido de dismantelamento social local onde, a especulação imobiliária, projetos geridos pelo Estado e por grandes empresas e a degradação das condições ambientais produzem a necessidade de (re)acomodação dos padrões culturais locais, circunstancialmente alterados. As representações culturais são identificadas nos espaços concretos que permitem experiências concretas e diferenciadas. Uma vez alterada suas bases territoriais quebre-se a cadência de produção cultural/ social. (Rosyan Britto, 1999)

Diante de determinadas condições de mudanças, como as que ali se observam, as comunidades são levadas a sofrerem com a negação da identidade social e de sua capacidade de gerar respostas próprias para os problemas. É como se recusassem a sua identidade social e política, considerando-os como um segmento marginal ao processo de modernização.

O uso do território com a pesca, o extrativismo e a cata do caranguejo significam sistemas de produção e o modo como essas comunidades traçam sua existência material e identidade social. Uma vez alterada a sua base material, os impedindo de exercer o seu ofício, acontece uma ruptura tanto das suas condições de existência como da construção de sua identidade sociocultural. Como consequência desse processo as relações de pertencimento dos grupos sociais com seu Habitat ficam profundamente desestruturadas, pois a transmissão do saber e do inter-geracional são precarizadas, o que implica na dissolução da cultura (conhecimento sistematizada sobre o objeto de trabalho e condições que realizam o metabolismo sociedade/ natureza) que contém a própria marca da afirmação da comunidade no mundo.

⁵⁵ Santos,M. (2002:10) a identidade é um ato de *pertencer àquilo que nos pertence*.

A realidade construída sob o impacto do acidente de 2000 (associado a outras fontes degradantes) impõe às comunidades tradicionais permanentes transformações, o que torna problemática a assimilação e a conseqüente reprodução do saber e sobrevivência. Em busca constante de respostas para as freqüentes alterações do meio, muitos catadores e pescadores já não conseguem mais transmitir e, portanto, reinventar o seu saber como patrimônio cultural aos seus filhos, traçando em breve a extinção de um modo de vida.

Podemos conceber o trabalho como construtor de identidade, existência social juntamente com o fazer e o viver em comunidade, mas principalmente devemos levar em conta o sentimento de pertencimento. O acidente ao romper o equilíbrio ecológico, não somente debilitou e destruiu a biodiversidade, mas também, expropriou um número muito grande de pessoas (que viviam do extrativismo, pesca e cata de caranguejos) da base material da sua existência e da dignidade da vida. Era o seu saber posto em prática que lhes dava a cidadania. Eles perderam a sua fonte principal de renovação do seu saber, sua base territorial e parte significativa da sua identidade, portanto afetando diretamente o exercício de seus direitos à apropriação do seu território.

Esse processo de degradação, porém, não é interpretado pelas comunidades de maneira idêntica, nem as afeta de forma homogênea, comportando relações e representações diferenciadas que sustentam, algumas vezes, um discurso ambíguo. Assim, ao mesmo tempo em que a Petrobrás é reconhecida como um agente de mudanças que deu vida nova à Baía - através dos projetos de reconstrução, preservação das condições sócio-ambientais como o Pégasos - as desvantagens são igualmente apontadas.

Para Rosyan Britto (1999), diante das transformações os grupos envolvidos produzem respostas diferenciadas, podendo as mudanças que delas decorrem ser parcialmente absorvidas ou, simplesmente rejeitadas. Em ambos os casos é possível promover alterações no padrão cultural cujos custos, muitas vezes, são socialmente insustentáveis. Britto (1999) reafirma-nos a idéia que a desfiguração dos ecossistemas quebra muitas fontes provedoras de alimentação e de alternativas econômicas para a população, aumentando a miséria e produzindo uma inclusão precária dos catadores de caranguejos e pescadores atingidos pelo acidente de janeiro de 2000.

Vejamos alguns relatos:

“Em 2000, já acostumado com a presença de óleo na baía, Ailton não se assustou. Recolheu a rede, encerrou a pescaria e foi dormir. A dimensão da tragédia foi constatada no dia seguinte. Ao acordar, a praia em frente à comunidade pesqueira do Cajú, onde mora estava tomada por uma grossa camada de óleo. A pesca foi proibida pelas autoridades por seis meses. Além da privação para exercer a atividade que lhe garantia o sustento, Ailton perdeu uma rede de pesca no valor de R\$60mil. (...) o avanço da poluição na Baía de Guanabara faz com que, a cada ano, centenas de pescadores abandonem a profissão. Para sobreviver, trabalham como pedreiros, marceneiros, zeladores de prédios ou em outras atividades mais rentáveis. Na comunidade do Caju, depois do vazamento de 2000, o número de pescadores caiu de 3 mil para 550. Aqueles que como seu Ailton, insistem na pescaria, ganham menos de R\$ 20,00 por semana- valor que já foi 10 vezes maior. Ao 77 anos, 65 deles passados sobre as águas da Baía, Ailton não consegue se imaginar longe da profissão. Ele faz parte da segunda, das quatro gerações de pescadores da família Sodré.” (JB 11/07/2005).

Podemos observar na reportagem do Jornal do Brasil (11/07/2005) que a degradação do território usado/ apropriado pelo o pescador Ailton faz parte do seu cotidiano. Contudo, o derramamento de óleo de janeiro de 2000 tornou esta situação significativamente mais severa, acarretando a diminuição da quantidade de pescado. Além disso, cabe ressaltar, que a diminuição do pescado conduz à degradação da reprodução social/ cultural visto que os pescadores, a exemplo de Ailton, necessitam sobreviver e *não consegue se imaginar longe da profissão* que lhe foi passada pelos saberes e modo de vida de quatro gerações de sua família. Ailton é uma expressão dos desterritorializado pelo derramamento e encontra dificuldades, que vão além do mercado de trabalho e de questões econômicas, para constituir uma nova territorialidade o que o leva a uma inclusão cada vez mais precária na sociedade.

Uma outra reportagem sobre o assunto nos diz que:

“Se o mar não esta pra peixe, os pescadores buscam outras trabalhos para garantir uma renda mensal. Em terra firme, muitos homens do mar se transformam em pedreiros, serralheiros ou jardineiros. Mas todos tem em comum o sonho de voltar a viver exclusivamente da pesca.

_(...) quando o peixe voltar eu volto (...).

_ Depois que vazou o óleo, a pescaria ficou muito fraca. A gente insiste porque é do ramo, mas está péssimo. Há quatro anos consegui lucrar mais dez vezes o que hoje em dia. (...) tem gente que passa fome. Infelizmente, alguns colegas se desesperaram com a falta de trabalho e fizeram besteira. (...). (O Globo 13/06/2004).

Nesta reportagem encontramos a mobilidade, a tentativa de alguns se reterritorializarem em outras regiões – cidade – exercendo/estabelecendo novas raízes (trabalho ou outras atividades) e tentando uma (re) inclusão na sociedade. Santos (O Globo 13/06/2004), em seu relato enfatiza o desespero de alguns pescadores frente às novas circunstâncias e a dificuldade de se reacomodar no habitat circunstancialmente alterado e nos novos padrões sócio-culturais impostos pelo derramamento de óleo.

“Pelo menos na memória do pescador Marcos Paulo Carvalho, ainda estão vivos os caranguejos e siris do manguezal da foz do rio Suruí, na Baía de Guanabara. Hoje, mais de três anos e meio depois do acidente de óleo da Petrobrás devastar a região, ele não sonha mais em reavivar os 40 quilos de crustáceos pescados por dia no passado. Sua esperança se esgota nas manchas de óleo que ainda persistem nos galhos e nos sedimentos, na devastação de parte do manguezal e, sobretudo, na ausência quase completa de vida num local que um dia já foi conhecido como berço da baía, á beira da APA de Guapimirim. (O Globo 17/8/2003).

Nesta reportagem gostaríamos de enfatizar a colocação de Claval (1999) quando este afirma que a memória constitutiva da identidade individual e coletiva se dá no território. É no território onde se realizam as estratégias identitárias capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento, através da cristalização de representações coletivas e dar sentido a existência humana.

Contudo, a exclusão, privação e/ ou precarização do território enquanto recurso ou “apropriação” (material e simbólica) torna impossível à participação efetiva destes pescadores como membro de uma sociedade, ou seja, como portadores de uma cidadania plena.

Os relatos nos conduzem a concordar com Martins, especialmente quando assinala que o problema da atualidade está centrado no debate sobre as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o comprometimento profundo de caráter dos membros das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização degradante.

O acidente castigou manguezais, praias e as populações tradicionais e à população em geral e trouxe a tona uma série de interesses e conflitos que se tornaram mais evidentes para a sociedade civil, levando o Estado, a empresa envolvida, o sindicato de petroleiros de Caxias, a sociedade e as populações tradicionais a uma série de questões.

Na esfera dos órgãos públicos estavam presentes: o Estado, as prefeituras municipais, Ministério do Meio Ambiente, FEEMA e o IBAMA buscando soluções para atenuar os impactos sócio-ambientais e movimentando-se para calcular os danos ambientais e atribuir-lhes um valor monetário (R\$51.050.000,00), pago ao IBAMA no dia 27 de janeiro do mesmo ano⁵⁶. Ficou estipulado também que a empresa responsável pelo acidente deveria ser responsável por limpar e atenuar os danos causados a sedimentos, flora e fauna e indenizar aos pescadores e catadores de caranguejos enquanto durassem os efeitos do derramamento.

Para tanto, 174 empregados da empresa, 1531 contratados e 619 moradores de comunidades atingidas foram mobilizados para a limpeza das praias, manguezais e animais atingidos.

As comunidades atingidas pelo acidente foram cadastradas - 5709 moradores- para receber assistência monetária (totalizando R\$6,7 milhões) e 8234 cestas básicas como forma de minimização pela impossibilidade de realização de suas funções de sobrevivência (pesca e coleta de caranguejos). Entretanto, trinta dias após o acidente, o IBAMA liberou a pesca na Baía de Guanabara, desobrigando a estatal a continuar o pagamento de indenizações. Neste caso, o órgão fiscalizador - IBAMA - ao que parece tomou uma medida precipitada ao liberar a área visto que os estudos que mostrariam a gravidade da situação encontravam-se ainda em andamento.

A empresa responsável pelo acidente, a Petrobrás promoveu ações de repovoamento de caranguejos nos manguezais afetados e iniciou a implementação de um programa de segurança, meio ambiente e saúde batizado pelo nome de Pégasos.

Além disso, algumas parcerias⁵⁷ envolvendo o Estado, a empresa responsável pelo acidente, a sociedade civil, estudiosos e as populações atingidas foram formadas, pós acidente, para trabalhar para o bem da coletividade. Um claro exemplo foi a assinatura em

⁵⁶ Cabe ressaltar que o vencimento da multa se daria no dia 14 de fevereiro de 2000 sendo previsto um desconto de 15% caso fosse o pagamento antecipado. Assim, o desconto conseguido pela empresa pelo pagamento antecipado foi usado pela mesma para incentivar o Fundo Ecológico Baía de Guanabara, programa criado pela empresa para recuperação ambiental da região.

⁵⁷ O Projeto de Conservação e Reflorestamento de Manguezais é um dos 32 projetos em andamento. Integram o consórcio as ONGs executoras do Projeto, além do IBG, responsável pelo Banco de Dados e de Imagem: Fundação OndaAzul (líder), Associação Projeto Roda Viva, Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros - APREC, Centro Fluminense de Estudos e Atividades sobre Ecologia e Qualidade de Vida - UNIVERDE e

dezembro de 2000 do convênio IBG (Instituto Baía da Guanabara) com o IBAMA para realizar, no decorrer de 2001, a fase 1 do Plano de Gestão da APA de Guapimirim.

Também não podemos deixar apontar que após o acidente antigas denúncias foram suscitadas. Dentre elas destacamos os relatórios produzidos pelo Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias – SINDIPETRO.

“Após este acidente do Duto PE-II, em março de 1997, o Sindipetro- Caxias tomou várias iniciativas. Formulou denúncias à gerencia da Petrobrás, apontando as irregularidades que provocaram o acidente. As causas são as mesmas que provocaram o desastre ecológico na Baía de Guanabara. Mas a gerencia da empresa preferiu encobrir os erros. Diante disso, a direção do sindicato procurou o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal. Entregamos a esses dois órgãos⁵⁸ um dossiê completo, documentado com fotos e provas cabais dos atos ilícitos que levaram a este e outros acidentes. Na ocasião, avisamos que, se não fossem tomadas providencias imediatas, poderia acontecer coisa pior. Nossa denuncia se confirmou com novo acidente no mesmo duto PE-II, em janeiro de 2000, por falta de manutenção”. (Cesário, Nilson Vianna in Madeira Filho, [et.al] 2002:116).

Concomitante a tudo que acabamos de apresentar, podemos dizer que a mais de meio século avolumam-se os impasses e os problemas sócio-ambientais envolvendo diferentes protagonistas e atores em um quadro crítico com indicativo de degradação das condições ecológicas, sociais e políticas que no bojo do processo de modernização conservadora onde, muitas vezes, o econômico sobrepõe-se ao social, tornam a questão ambiental cada vez mais complexa, séria e de difícil resolução. Um exemplo dessa realidade pode ser identificado na seguinte matéria jornalística:

“(...) o Globo foi à foz do rio Suruí, numa área conhecida como Praia do Remanso, em Magé, com a bióloga Bruna Emílio dos Santos, para identificar os resquícios do

Centro Afro da Comunidade Brasileira - CACEB. Faz parte do Programa de Revitalização Ambiental da Baía de Guanabara, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente com recursos disponibilizados pela Petrobrás

⁵⁸

Segundo Cesário (2002:117) “No Ministério Público do Trabalho, o procedimento foi feito em 9 de maio de 1997. Recebeu o número do registro A P 453/97. No ministério público Federal, o procedimento ocorreu em 4 de junho de 1997, recebeu o número de registro 4305/97.” Além desses órgãos públicos a Câmara dos Deputados de Duque de Caxias, A assembléia Legislativa, o Governador do Estado do Rio de Janeiro – Antony Garotinho e o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, também receberam a denuncia acompanhada do dossiê elaborado por trabalhadores da Petrobrás.

vazamento de óleo de 2000. Tanto tempo depois, ainda há óleo impregnado nos sedimentos e ressecado em galhos de árvore. O manguezal sofre continuamente: não há siris à vista nem na maré seca, as aves desapareceram, as plantas estão necrosadas e há trechos enormes devastados.

O pescador também lembra que essas áreas, hoje apenas descampados de lama eram cobertas por vegetação de mangue.” (O Globo 17/8/2003).

Podemos perceber que as conseqüências deste acidente estendem-se, de maneira severa, ao longo dos anos. Parte que estamos tentando demonstrar pode ser apreendido a partir da ação movida na 20ª Vara Cível do Rio de Janeiro por pescadores que requereram o pagamento do lucro cessante pós acidente de janeiro 2000 à empresa responsável pelo mesmo.

Para resolver os impasses deste processo o Tribunal de Justiça – 20ª Vara Civil – solicitou uma perícia no local do acidente ao ambientalista Sérgio Ricardo Lima para avaliação do problema. O laudo da perícia revela que:

“Mesmo passados mais de quatro anos após o vazamento de aproximadamente 1,3 milhão de litros de óleo de MF_380 do duto PE-II da empresa ré, este perito constatou, com fulcro (base) nas análises realizadas, que ainda há um alto índice de contaminação nas águas da baía de Guanabara bem como nas espécies lá encontradas, tornando-as impróprias para o consumo.” (Sérgio Ricardo Lima, apud. JB 11/04/2004).

No laudo encontramos, ainda, números assustadores da redução da incidência de algumas espécies e o encaminhamento para que seja realizado, o mais rápido possível, o censo pesqueiro da Baía de Guanabara para que se possa avaliar melhor os prejuízos e as condições de existência econômica e social dos pescadores. Essa posição se origina das conclusões do trabalho pericial do ambientalista Sérgio Ricardo Lima, responsável pela elaboração deste laudo, uma vez que boa parte da problemática dar-se pela falta de informações precisas.

“Ninguém sabe quantos são e quem são os pescadores artesanais, portanto fazer uma recontagem é urgente para que se possa avaliar minimamente o que foi perdido e o que ainda está para se perder. (...). Devido a queda na venda dos pescados e do desaparecimento de grande parte do pescado, as colônias de pescadores como a de Tubiacanga estão se

favelizando. (...) a proposta do censo pesqueiro é uma forma de avaliar melhor todo esse prejuízo.” (Sérgio Ricardo Lima, apud. JB 11/04/2004).

Como afirmamos anteriormente, a questão ambiental não se encontra apartada das esferas econômicas, sociais, políticas e culturais. No caso dos manguezais da Guanabara atingidos pelo derramamento estas questões encontram-se ainda mais atreladas visto que a área é uma Unidade de Conservação dentro da segunda maior metrópole brasileira.

No contexto brasileiro, o debate sobre a relação entre desigualdade social e exposição de populações pobres aos riscos ambientais é ainda incipiente. Há um tímido avanço na compreensão de que a degradação ambiental é uma das expressões da desigualdade econômica e social e da promoção de ganhos privados e a ativação de mercados que potencializam a apropriação desigual dos bens ambientais.

Podemos apreender esta relação degradação ambiental/desigualdade sócio- econômica quando voltamos o olhar para o destino dos catadores de caranguejos e pescadores pós acidente. Alguns deles permanecem no local afetado pelo acidente, agora buscando construir uma nova territorialidade. Contudo, destituídos de parte do seu saber tornam-se ferramentas à ampliação da degradação ambiental a partir de novas e defeituosas relações, como a extração ilegal de madeira, que estabelecem com o meio. Outros, por sorte, foram contratados pela empresa, que desencadeou todo esse processo, para reflorestar e limpar a área atingida permanecendo no território onde viviam agora habitat degradado. Alguns migraram para as cidades em busca de emprego e sustento para suas famílias. Outros resistem á espera da volta dos “bons tempos”.

Algumas ONG’s comprometidas com a causa continuam executando o papel que, em parte, não é seu e lutando ao lado das comunidades para restabelecer o perdido e evitar que essas se tornem ainda mais marginalizadas/excluídas.

Para Diegues devemos atentar a cada momento para a importância das chamadas comunidades tradicionais visto que:

“Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimento adquiridos pela tradição

herdada dos velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção a ao uso sustentado dos ecossistemas naturais” (Diegues 1996:85).

O autor aponta, ainda, que quando as populações tradicionais que habitam essas áreas são impossibilitadas de permanecer no local a degradação destas amplia-se visto que, freqüentemente, por falta de fiscalização, a exploração de madeira, a mineração, a ocupação ilegal passam a explorar ilegal e predatoriamente os recursos naturais.

O que estamos tentando demonstrar é que as comunidades pesqueiras da APA de Guapimirim fazem parte deste ecossistema e do seu equilíbrio, ou seja, os manguezais de Guapimirim são compostos por uma simbiose homem/natureza. Homens que fazem parte da natureza interagindo de forma metabólica com o ecossistema do qual fazem parte.

5.4 Os desafios para um renovado ordenamento territorial

Se por um lado o derramamento de óleo de janeiro de 2000 desestabilizou a simbiose homem natureza, por outro contribuiu para que esta questão viesse à tona e possíveis soluções fossem pensadas. Isso se deu através do convênio realizado entre o IBAMA e a ONG Instituto Baía de Guanabara que, finalmente, elaborou o Plano de Manejo⁵⁹ da APA de Guapimirim estabelecendo normas de funcionamento e uso da área.

Araújo (2004) na sua dissertação de mestrado realizou um estudo critico sobre a questão. Nele a autora ressalta que apesar da Lei SNUC orientar a criação do Plano de Manejo no prazo de cinco anos após a data de criação, a APA de Guapimirim só o realizou em 2001.

No mesmo período da elaboração do Plano de Manejo da APA da Guapimirim foi realizado um convênio entre o IBAMA e a ONG CAT (Centro de Apoio Técnico) para realização de pesquisa ambiental (com levantamentos de fitossociologia, avifauna, carcinofauna, monitoramento químico, mapeamento digital e desenvolvimento de uma experiência de plantio de mudas de mangue), com objetivo de traçar um amplo e profundo diagnóstico da APA de Guapimirim. Entretanto, a concomitante elaboração do Plano de Manejo e o levantamento ambiental impossibilitou a troca de dados entre ambos o que refletiu no embasamento dos dados que estão contidos no Plano Gestor, com bibliografia desatualizada e insuficiente para questões cruciais como, por exemplo, a sustentabilidade da

⁵⁹ O Plano de Gestão ou Plano de Manejo, conforme previsto no SNUC, é o “*documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma Unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade*”. (Lei nº 9.985, Art. 2º, Inciso XVII).

atividade de cata de caranguejo, entre outras. (Araújo, 2004:50). Para a autora isso constitui para uma falha grave por parte do contratante, o IBAMA.

Uma outra falha na elaboração do Plano de Manejo foi a falta de atividades de mobilização e estímulo à participação das comunidades locais. *O afastamento entre o plano gestor e as comunidades dificulta, em um momento posterior, a viabilização das ações propostas no plano.* Além disso, enfatiza a autora:

“Entendemos que a comunidade poderia ser um potente aliado na fiscalização para a preservação, porém, essa parceria deveria ser concretizada com ações que fornecessem aos moradores alternativas de sustento.” (Araújo, 2004:51).

Apesar desse afastamento entre o plano gestor e as comunidades acreditamos que a elaboração do Plano de Manejo da APA de Guapimirim abriu uma porta para o reconhecimento da importância destas comunidades no processo de elaboração de futuras ações de sustentabilidade e preservação.

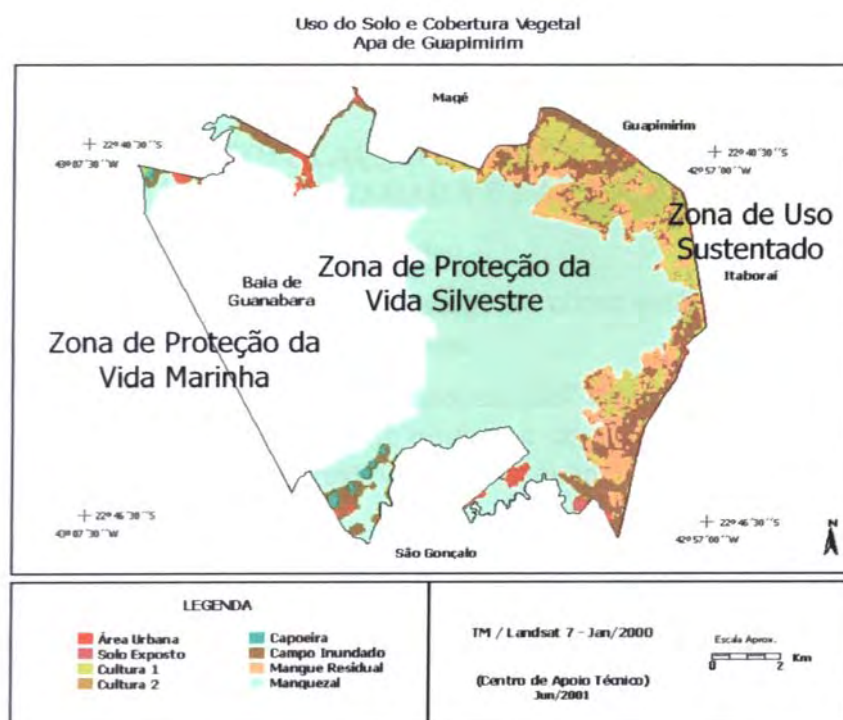
O Plano de Manejo conta ainda com uma importante ferramenta de planejamento e preservação da APA de Guapimirim, o zoneamento⁶⁰ ambiental. Nele foram estipuladas três categorias de zoneamento,⁶¹ (Zona de Proteção da Vida Silvestre, Zona de Proteção da Vida Marinha e Zona de Uso Sustentável⁶²), para harmonizar as necessidades de alterações físicas e biológicas dos recursos naturais com as de conservação do meio ambiente” (Brito & Câmara, 2002).

⁶⁰Entende-se por zoneamento a divisão de uma área geográfica em setores ou zonas.

⁶¹ As três categorias de zoneamento foram estipuladas baseadas no sistema de classificação de Pires (1992) e no mapeamento digital da imagem TM/Landsat 7, de janeiro de 2000.

⁶² Nas Zonas de Proteção podem admitir o uso moderado e auto-sustentado da biota, regulado de modo a assegurar a manutenção dos ecossistemas naturais. A Zona de Uso Sustentável é uma área que admite diversos usos. Entretanto estes devem ser sempre regulados pelo órgão fiscalizador. No caso da APA de Guapimirim esta é uma área onde os critérios de definição se deram aos usos consolidados (agropecuária, área urbana, áreas de capoeira isolada e de resíduos de mangue, áreas inundáveis e áreas degradadas) de diversos usos e conflitos que não são de fácil solução. (Araújo, 2004:51)

Figura 26



Zona de Uso Sustentado (IBAMA & CAT, 2002)

Retornando ao debate sobre os impactos produzidos pelo derramamento de óleo em janeiro de 2000, gostaríamos de destacar que esse acidente ganhou uma enorme repercussão nos meios de comunicação, representando um marco na mudança qualitativa do nível de conscientização ambiental da sociedade brasileira. Este episódio também levou a empresa responsável, a Petrobrás, a buscar ações mais efetivas de responsabilidade sócio-ambiental através da criação de alguns programas que buscam a recuperação da área em questão e o aprofundamento/aperfeiçoamento das normas operacionais.

Para tanto a Petrobrás investiu maciçamente em tecnologia de segurança e em equipes especializadas em proteção do meio e combate a degradação produzida por este e outros acidentes. Nesta nova linha de conduta adotada pela empresa tornou-se imprescindível o conhecimento prévio dos recursos sócio-ambientais das regiões onde a Petrobrás atua. Assim, a Petrobrás juntamente com a parceria da comunidade científica e institutos de pesquisa e órgãos ambientais implementaram um projeto para a elaboração de um mapa de Sensibilidade Ambiental que contempla a costa brasileira de norte a sul, além de dois segmentos fluviais na Amazônia.

Figura. 27

ÍNDICE DE SENSIBILIDADE AMBIENTAL A DERRAMES DE ÓLEO EM AMBIENTES COSTEIROS E ESTUARINOS	
Index	Classificação para costa brasileira
1 	Costões rochosos lisos, de alta declividade, expostos Falésias em rochas sedimentares expostas Estruturas artificiais lisas (paredões marítimos artificiais) expostas
2 	Costões rochosos lisos, de declividade média e baixa, expostos Terraços ou substratos de declividade média expostos (terraços ou plataforma de abrasão, terraço arenítico exumado bem consolidado, etc..)
3 	Praias dissipativas de areia média a fina, expostas Faixas arenosas contínuas à praia, não vegetadas, sujeitas à ação de ressacas (restingas isoladas ou múltiplas, feixes alongados de restinga tipo long besch) Escarpas e talude íngremes (formação do grupo Barreiras e tabuleiros litorâneos), expostos Campos de dunas expostas
4 	Praias de areia grossa Praias intermediárias de areia fina a média, expostas Praias de areia fina a média, abrigadas.
5 	Praias mistas de areia e cascalho, ou conchas e fragmento de corais Terraços ou plataforma de abrasão de superfície irregular ou recoberta de vegetação Recifes areníticos em franja
6 	Praias de cascalho (seixos e calhaus) Costa de detritos calcários Depósito de tálus Entroncamento (rip-rap, guia corrente, quebra-mar) expostos Plataforma ou terraço exumados recoberto de concreções lateríticas (disformes e porosas)
7 	Planície de maré exposta e arenosa Terraço de baixa- mar

8 	Escarpa/ encosta de rocha lisa abrigada Escarpa/ encosta de rocha não lisa abrigada Escarpa e talude íngremes de areia abrigados Enrocamentos (rip-rap e outras estruturas artificiais não lisas)
9 	Recifes areníticos servindo de suporte para colônias de corais. Planície de maré arenosa/lamosa abrigada e outras áreas úmidas costeiras não vegetadas Terraço de baixa-mar lamoso abrigado
10 	Deltas e barras de rio vegetadas Terraços alagadiços, banhados, brejos, margens de rios e lagoas Brejos salobro ou de água salgada, com vegetação adaptada a meio salobro ou salgado; apicum Marismas Manguezal (mangue frontais e mangues de estuários)

Fonte: *Mapas de Sensibilidade Ambiental à Derramamentos de Óleo/ Ambientes Costeiros, Estuarinos e fluviais*. Araújo [Org.]/ Petrobrás/CENPES- 2006.

Neste mapa de sensibilidade ambiental são representados três aspectos ambientais em relação a derramamentos de óleo: a classificação dos ecossistemas costeiros, estuarinos e fluviais, segundo sua sensibilidade aos derrames de óleo – tipo de substrato, permeabilidade, mobilidade e condição de tráfego, declividade da zona intermarés, grau de exposição à energia das ondas e marés, facilidade de limpeza, produtividade e sensibilidade biológica; as espécies biológicas especialmente sensíveis; e, a identificação dos recursos socioeconômicos que podem ser afetados.

A hierarquia da sensibilidade ambiental aos derrames de óleo é representada dentro de uma escala que vai de 1 a 10, em ordem crescente, na qual o índice 1 representa o ambiente menos sensível aos impactos de óleo e o índice 10 representam os locais que provavelmente seriam mais impactados. Os ecossistemas classificados com o índice 1 provavelmente o óleo poderá ser diluído com facilidade pela ação das ondas e marés, enquanto os ecossistemas classificados com índice 10 o óleo poderá permanecer por longo período de tempo, penetrar no substrato e impactar de forma muito mais severa muitas espécies de animais e plantas. (Araújo (Org.) 2006:26).

A elaboração deste mapa de sensibilidade ambiental assim como de outros projetos de preservação e minimização dos riscos sócio-ambientais mostra que obtivemos avanço no entendimento das questões sócio-ambientais. Entretanto, não podemos deixar de dizer que estes avanços encontram-se, ainda, permeados por uma lógica distinta, onde os retrocessos, como demonstraremos a seguir, também fazem parte.

Em abril de 2005, um outro acidente atingiu a região de manguezais da APA de Guapimirim. Um trem da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) que levava 420 mil litros de óleo saiu da Reduc em direção ao município de Campos quando tombou e sete vagões descarrilaram despejando em torno de 60 mil litros de óleo diesel na região de Porto das Caixas – Itaboraí. Devido a falhas no processo de contenção do óleo, executado por órgãos ambientais do Estado e pela FCA, o rio Caceribu, um dos rios mais bem conservados da região, e a baía de Guanabara foram atingidos.

Segundo a FEEMA⁶³ (Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente), o acidente causou um desequilíbrio ecológico na região visto que os manguezais foram atingidos. Angela Wegner, professora titular de química da PUC-RJ, uma das coordenadoras responsável pelo trabalho de monitoramento da área, afirmou que os danos à região serão pequenos, visto que o óleo é de fácil evaporação na água. Entretanto, por outro lado, preocupou-se com o impacto produzido em função da absorção de resíduos tóxicos pelos manguezais.

O Estado do Rio de Janeiro aplicou duas multas no valor de 4 milhões à FCA. A Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), também, multou em um milhão de reais a FCA devido a contaminação e danos causados a um manancial de água.

O chefe da APA de Guapimirim, Bruno Herrera, criticou a ineficiência do plano de contenção do desastre suscitando um impasse entre a FEEMA e a FCA que afirma ter entregue o plano de emergência contra acidentes, como determina a legislação, à FEEMA. (Jornal, Folha de São Paulo, 28/04/2005)

O acidente também atingiu de forma direta as populações residentes ao longo do rio Caceribu. Isso se deu devido a intoxicação de alguns moradores provocada pelo forte odor resultante do escoamento do óleo por canaletas de drenagem. Além disso, essas comunidades foram atingidas, mais uma vez, pelo comprometimento da salubridade do seu território e, consequentemente, os rebatimentos que este tem no modo de vida destas comunidades.

Como tentamos demonstrar apesar dos avanços nas discussões ligadas as questões ambientais, principalmente, após o acidente de janeiro de 2000, os retrocessos continuam a persistir e a (re)existir em novos acidentes e nos inúmeros conflitos por eles evidenciados.

Latour (1994) nos alerta para a existência de uma complexa rede de poderes, interesses e conflitos que permeiam a questão. O autor enfatiza que ao longo do último século caminhamos para a tentativa de purificação das coisas tornando-as cada vez mais fragmentadas. Repartimos o conhecimento das coisas em tantos segmentos quanto foi possível e com isso perdemos a noção do todo, da coisa em si, ou seja, vemos a degradação da

baía de Guanabara, o assoreamento dos rios, a proliferação da miséria como algo que pertence à natureza ou a cultura. Para o autor, desta forma a divisão tradicional de tarefas - a gestão da natureza cabe aos cientistas, e a gestão da sociedade aos políticos - têm se tornado cada vez mais incapaz de dar conta, de explicar e lidar com essas coisas estranhas (híbrido) *que invadem o nosso mundo*. Entretanto, afirma Latour, essas coisas são híbridas fazem parte tanto da natureza como da cultura.

Essa fragmentação das coisas pode ser percebida na gestão dos problemas enfrentados na região da Guanabara, por exemplo. O crescimento populacional, a falta de infra-estrutura básica, a saúde, a educação, o crescimento econômico, os derramamentos de óleo e outras fontes poluidoras, as enchentes e outros tantos fatores são estudados de forma fragmentada. De um lado temos os cientistas, cada qual com sua especialidade, de outro os políticos, cada um com os seus *privilégios* particulares. As decisões são tomadas privilegiando o crescimento econômico ou o bem-estar social ou a preservação da natureza. Entretanto, dificilmente temos decisões sendo tomadas que privilegiam todos estes segmentos (ambiental, político, social, religioso, econômico e cultural).

Seguindo a leitura crítica de Latour, os problemas enfrentados pela Guanabara formam uma rede através de inúmeros segmentos e somente a partir do momento em que estes forem reatados é que, realmente, começaremos a interagir de forma positiva na resolução dos problemas, ou seja, devemos reatar o nó Górdio:

“(...)o navio está sem rumo: a esquerda o conhecimento das coisas, à direita o interesse, o poder e a política dos homens. (...) Estes vários segmentos criam uma mistura onde (...)Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura.”
(Latour 1994:9/10).

A Baía de Guanabara é um híbrido que ao longo do tempo temos desmanchado/segmentado para interagir nas questões que a dizem respeito. Temos interagido às vezes buscando o crescimento econômico, às vezes buscando a preservação ambiental, às vezes buscado soluções para o crescimento populacional ou para a salubridade de alguns locais.

Latour se refere à necessidade de reatarmos o nó Górdio, de reatar aquilo que não deveria ser desmanchado. Somente seremos eficientes na busca do conhecimento e na

⁶³ Site oficial da FEEMA

intervenção dos problemas quando começarmos a reunir os diferentes segmentos que formam o todo, a rede, a Guanabara.

Um outro exemplo da fragmentação a que Latour se refere pode ser apreendido na contradição dos acontecimentos do decorrer dos anos de 2005 e 2006 na APA de Guapimirim, na Guanabara e na questão sócio-ambiental que descreveremos a seguir.

Durante os anos de 2005 e 2006, buscando resolver parte das *incompreensões* citadas por Araújo (2004), o Governo Federal através do Ministério do Meio Ambiente criou, no início de 2006, dentro da APA de Guapimirim uma área de Proteção Integral, a Estação Ecológica da Guanabara⁶⁴. A criação desta área é uma vitória na luta pela preservação dos ambientes de manguezal e foi bem vinda até para os catadores e pescadores que perderam a área para realizar suas atividades. Os pescadores e catadores de caranguejo entendem que esta área de proteção integral servirá de berçário para a reprodução das espécies que repovoarão os manguezais de Guapimirim.

Paralelamente as discussões para a criação da Estação Ecológica da Guanabara, em meados do ano 2005 uma outra discussão tomou as páginas dos principais jornais do país. Nela diferentes estados e municípios da região sudeste do Brasil disputavam, com todos os incentivos que lhe cabiam, o local de instalação do maior pólo petroquímico do país.

No início do ano de 2006 foi confirmada a criação de um novo pólo petroquímico no Estado do Rio de Janeiro. O empreendimento liderado pela Petrobrás e pelo grupo privado Ultra será instalado nos municípios de São Gonçalo – que abrigará uma estrutura para o armazenamento de diversos produtos líquidos como o propano e o GLP - e Itaboraí que abrigará uma refinaria e duas unidades de processamento petroquímico. Para ser mais precisa quanto a localização este pólo será instalado em uma região que abrange uma importante área da rede hidrográfica (Bacia do rio Macacu e do rio Caceribu) que irriga a APA de Guapimirim e, como mencionamos anteriormente, responsável por 80 % das águas que atingem a Guanabara.

A escolha desta área para a implantação do pólo petroquímico, segundo o presidente da Petrobrás foi definida porque esta área apresentou as melhores condições ambientais (abundância de água) e proximidade do terminal da Ilha D' Água, porto escoadouro dos produtos. Entretanto, a escolha desta área causou surpresa a Paulo Dames, presidente da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO) que, em entrevista

⁶⁴ Estação Ecológica - Lei 9.985/2000 capítulo III Art. 9º - faz parte do grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas; é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluída em seus limites deverão ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei; é proibida a visitação pública, exceto quando um objetivo educacional.

concedida a Globo Online, declarou que a instalação do pólo petroquímico na região de Itaboraí contraria duas condições técnicas fundamentais para a escolha do melhor local para o projeto: distanciamento de grandes concentrações populacionais e abundância de água para suprir a refinaria e as futuras indústrias que provavelmente se instalarão ao seu redor. Dames declarou ainda que:

“Itaboraí é um dos municípios que registram o maior crescimento populacional do estado. Se a refinaria for construída ali, ficará ao lado de Jardim Catarina, o bairro de São Gonçalo que é o maior loteamento da América Latina. (...) o complexo industrial vai provavelmente afetar a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (...). Esperamos que os motivos políticos não se sobreponham aos requisitos técnicos (...)”. (Globo online 16/03/2006).

Se levarmos em consideração as palavras de Pedro Dames e voltarmos nosso olhar para os mapas de sensibilidade ambiental produzidos pelo estudo da Petrobrás 2006, constataremos que as áreas de manguezais possuem um INDEX 10, ou seja, são áreas extremamente sensíveis aos hidrocarbonetos e de difícil e lenta recuperação quando em contato com eles. Se olharmos novamente para o Mapa de Sensibilidade Ambiental, dificilmente não concordaríamos que as áreas de manguezais não podem de forma alguma abrigar um pólo petroquímico.

Preocupado com os riscos de impacto ambiental que ameaçam a APA de Guapimirim Bruno Herrera, chefe da APA, tão logo ficou decidido o município de instalação do pólo, convocou uma reunião extraordinária do Conselho Gestor⁶⁵ formado por representantes – secretário de meio ambiente, associação de moradores, universidades e organizações não governamentais (Ong’s) – para assegurar a participação do conselho no processo de licenciamento e acrescentou que : - *o IBAMA terá que se pronunciar. Dependendo do local exato, como tem supletivo e é executor da política nacional do meio ambiente, pode até vetar.* (Globo online. 28/03/2006).

⁶⁵ O instrumento fundamental para a efetiva participação da população na gestão de uma unidade. A lei do SNUC e o Decreto 4.340/02 advogam a participação das populações (do entorno no caso das UCs de uso indireto e do interior, nas UCs de uso sustentável) na direção colegiada das UCs, através de conselhos. O conselho em geral é presidido pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros, indicados pelos setores a serem representados.

A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica. A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais (BRASIL, 2000).

Podemos afirmar que, até o momento, ambientalistas, estudiosos e representantes de instituições e movimentos da sociedade civil e, até mesmo, o estudo realizado pela Petrobrás – mapa de sensibilidade ambiental - denunciam a escolha do local como imprópria. Por outro lado, assistimos a uma euforia geral dos defensores da instalação do complexo petroquímico entre os municípios de São Gonçalo e Itaboraí. Prefeitos, vereadores, presidentes das Câmaras Municipais, presidente do Sindicato da Indústria Cerâmica, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas destacam as vantagens da instalação do pólo.

Para o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a instalação deste pólo representará uma economia de dois bilhões de reais para o país visto que o pólo produzirá materiais atualmente importados. Além disso, o presidente ressaltou ainda que milhares de empregos serão gerados e inúmeros jovens terão a possibilidades de se profissionalizar.

Representantes das comunidades tradicionais os catadores de caranguejos, Adílson Ribeiro Gonçalves e Barnabé Almeida, também foram consultados sobre o assunto e acreditam não ter chances de emprego no pólo petroquímico. Se por um lado percebem-se distantes das benesses do pólo e receosos com as conseqüências deste empreendimento para o futuro dos manguezais. Por outro lado, aludem para que o pólo possa significar a esperança de uma vida melhor para seus filhos que hoje sofrem com a degradação do seu território.

A criação e instalação do Pólo Petroquímico de Itaboraí, numa área de extrema fragilidade sócio-ambiental, demonstra que ainda temos muito que caminhar na discussão das questões sócio-ambientais permeadas de avanços e retrocessos e de conflitos, muitas vezes, invisíveis ou travestidos dentro de uma lógica há muito apropriada por nós - a noção de progresso e desenvolvimento no sistema capitalista.

O desafio é assim compatibilizar desenvolvimento com conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida (IRVING, 2000). Não se trata, todavia, apenas de melhorar indicadores de produção econômica e empregabilidade, mas de assegurar um modo de desenvolvimento social que promova a **vida** na sua totalidade: um habitat mais generoso como simbiose humano / natureza.

Conclusão

A presente conclusão apresenta-se como um pequeno resumo de todo o nosso trabalho. Isso se dá porque, como mencionamos na introdução, cada capítulo trás dentro de si sua própria conclusão, ou seja, cada um dos capítulos por nós apresentado de certa forma encontra-se fechado na sua própria escala espaço temporal. Entretanto, é possível afirmar que todos eles se completam e se juntam no capítulo V.

A construção da metrópole do Rio de Janeiro foi e tem sido realizada de forma contraditória e desigual, apresentando um paradigma dicotomizado da relação entre o homem e a natureza. Trata-se de um paradigma que, muitas vezes, percebe os processos de forma compartimentada e estática, mutilando o conjunto e muitas vezes ampliando o agravamento das questões sócio-ambientais.

A expansão metropolitana carioca apresenta-se, ainda, com inúmeros conflitos institucionais, sócio-culturais e tecnológicos permeando seu cotidiano. Desta forma, torna-se cada dia mais complexa a solução dos problemas que em décadas têm ampliado as situações de extrema fragilidade sócio-ambiental urbana.

Em nosso trabalho tentamos romper com as interpretações fundadas na dicotomia homem-natureza e, evidentemente, problematizar a realidade ao construir um objeto de investigação articulando de forma coerente os processos biofísico- químicos e sociais com a degradação do meio urbano.

No desafio de construção do objeto e de sua problematização partimos do pressuposto que espaço e ambiente são historicamente construídos e, por isso, trabalhamos com diferentes escalas interpretativas - temporais e espaciais - que nos levaram ao processo de ordenamento do território na complexidade dos problemas ambientais urbanos e inúmeras questões como os distintos benefícios e custos para os diferentes atores sociais.

O que tentamos enfatizar em nosso trabalho é que a questão ambiental é um processo muito mais amplo e complexo onde os problemas ambientais são um processo de mudanças sociais e ecológicas causadas por mudanças no ambiente, ou seja, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas e são por elas transformadas num processo de movimento permanente. Desta forma a questão ambiental é sempre uma questão sócio-ambiental que é produto de intencionalidades que regem o uso do território e produtor de novas condições das relações dos homens entre si e com a natureza.

Feitas estas primeiras considerações enumeraremos a partir de então alguns dos principais momentos de construção do ordenamento territorial do Rio de Janeiro.

No capítulo II tentamos demonstrar que, da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até o raiar do século XX, o processo de colonização portuguesa transfigurava-se em uma lógica onde conquistar e colonizar significava humanizar um continente *intocado pelas mãos de Deus e pela obra civilizadora da cultura*. Esta lógica levava a determinação da inferioridade da Natureza na América e dos seus habitantes e conduzia a negação completa da alteridade. Destacamos também que o despreço com determinadas expressões da natureza natural ia além da necessidade de colonização do território colonial, traduzindo-se no espírito ocidental devastador da natureza. Assim, a Natureza Natural foi sendo re-construída, regulada como um relógio cartesiano, para dar lugar à abundância de produtos nos ciclos econômicos monocultores, à exuberância dos projetos arquitetônicos, à civilidade repleta de *ordem e progresso*.

A produção do espaço na Urbi primordial e do Recôncavo da Guanabara se concretizou a partir de um processo desigual e contraditório de apropriação e uso do território, onde a natureza foi tratada como mero objeto e/ou recurso disponível. Desta forma buscamos demonstrar como a relação sociedade/natureza se concretizou a partir de um processo de urbanização diferencial da Guanabara.

No capítulo III avançamos na reconstrução histórica da metrópole carioca. Nosso primeiro marco histórico encontrou-se na Reforma Passos que, em busca da construção da Capital da República condizente com a importância que lhe era devida, consolidou o processo desigual e hegemônico de construção do território carioca, através de um ordenamento

seletivo e funcional do território. Identificamos como e porque a evolução metropolitana do Rio de Janeiro caminhou a passos largos, inclusive constituindo os subúrbios da cidade, porém não se concretizando em sua plenitude em algumas regiões das baixadas da Guanabara, permitindo a permanência de remanescentes de manguezais e, neles, o Habitat de comunidades de pescadores e catadores de caranguejos.

Buscamos responder como e por que os manguezais da baixada nordeste sobreviveram e, com estes, a permanência de populações geralmente definidas *como tradicionais*.

O primeiro momento desse processo diz respeito ao fim de grandes ciclos econômicos (rapinagem do pau-brasil, cana-de-açúcar e café) e a abolição da escravidão. Estes dois marcos inauguraram novos processos de ordenamento do território.

No bojo de tais condições sócio-espaciais podemos falar de um relativo *esquecimento* de grandes extensões de terras ao redor da Guanabara, principalmente aquelas encontradas mais afastadas do núcleo central urbanizado, especialmente na face nordeste do Recôncavo. Entretanto, parte destas terras foi aproveitada pelos grandes proprietários rurais com a criação de gado para abastecimento do crescente mercado metropolitano. Outras foram incorporadas por um novo ciclo agroexportador - a fruticultura – com forte presença de *personas* urbanas (comerciantes e exportadores) no seu processo de produção. Outras terras foram utilizadas para o “renascimento” dos engenhos de cana-de-açúcar após a passagem avassaladora do café. Destacamos, ainda, que partes significativas destas terras foram adquiridas por pequenos e médios proprietários ou ocupadas por posseiros que passaram a produzir para o mercado em expansão e para a própria subsistência.

O segundo momento se refere à dificuldade de saneamento de grandes áreas alagadas ao redor da Guanabara. Aqui, tentamos demonstrar como existiu uma lógica distinta para os projetos de saneamentos. De um lado as obras objetivavam a incorporação de novas áreas para o desenvolvimento de atividades urbanas, principalmente nas áreas vizinhas ao núcleo central. De outro lado as obras de saneamento visavam possibilitar a implantação de um Cinturão Agrícola ao redor da cidade.

Essas obras de saneamento, principalmente as mais complexas devido a sua extensão e magnitude da rede de drenagem, eram postas em prática de forma fragmentada, ou seja, a complexidade era vista como vários segmentos que poderiam ser tratados separadamente. Isso de certa forma contribuiu para que a intervenção antrópica não alcançasse o planejado e, assim, bacias hidrográficas, principalmente as da Baixada Nordeste, foram modificadas, porém preservadas.

Se por um lado às obras de saneamento das baixadas contribuíram para preservar algumas bacias hidrográficas, por outro, elas produziram a valorização do solo urbano que, com um extraordinário crescimento populacional, ampliava o crescimento das favelas, a especulação imobiliária e a expansão dos loteamentos, principalmente aqueles destinados a abrigar os numerosos migrantes que chegavam à cidade do Rio de Janeiro para vender sua força de trabalho à expansão de ramos industriais e das atividades de serviços associados à crescente urbanização.

Esses e outros fatores contribuíram para manter recortes territoriais de ruralidade na porção nordeste de Guanabara e, com isso, a possibilidade de preservar parte dos manguezais do recôncavo, combinada à significativa presença de famílias em grave situação de vulnerabilidade social, tais como posseiros, pequenos proprietários e, em especial, as comunidades de catadores de caranguejos e pescadores.

Enfocamos como evolução do sistema capitalista associada ao poder do Estado contribuiu para aperfeiçoar os mecanismos de domínio e destruição da natureza e consolidar o processo de diferenciação sócio-espacial das diferentes áreas da metrópole (Núcleo Central - Centro, Zona Sul e parte de Niterói; Subúrbios; Baixada Nordeste e Noroeste do Recôncavo da Guanabara).

No capítulo IV percebemos que a preservação das áreas de manguezais do Recôncavo também está associada à emergência da discussão ambiental no mundo e no Brasil, com seus rebatimentos na política brasileira de preservação ambiental, resultando na criação da Unidade de Preservação de Guapimirim.

Cumprida mais esta etapa, tornou-se necessário para entendermos a relação sociedade natureza ao longo do processo de construção da metrópole carioca “entrarmos” no Manguezal. Desta forma caminhamos para entender as relações geográficas e bio- físico-químicas que os manguezais mantêm *in situ* e com o seu entorno.

Entendemos que mesmo com a decretação da Unidade de Conservação – Área de Proteção Ambiental de Guapimirim – e os avanços da legislação Ambiental brasileira, esta área continuou sendo *tensionada* por interesses econômicos imediatistas, pelas ações discricionárias do Estado e pela leitura reducionista do sentido da natureza para existência da sociedade.

Mergulhamos na crítica da legislação ambiental brasileira que é, segundo muitos especialistas, uma das mais completas do mundo, mas que ainda depende de muitas discussões, de uma sociedade mais igualitária e justa, como também de uma maior participação social para uma fiscalização eficaz.

Percebemos que a criação da APA de Guapimirim ainda não foi capaz de preservar os remanescentes de manguezais diante problemas produzidos pela metrópole carioca. Percebemos também que as ações do Estado e dos órgãos competentes permanecem ainda ínfimas frente a soluções para problemas a cada dia mais complexos.

No capítulo V para responder a estas questões buscamos construir uma análise da relação homem natureza territorialmente identificada frente ao derramamento de óleo de Janeiro de 2000 e nos deparamos com grandes impasses, retrocessos e avanços nas questões sócio-ambientais. Para tanto, tornou-se indispensável pensar sobre conceitos de território, Habitat, inclusão precária e desterritorialização nas condições históricas da relação sociedade/natureza na escala da baixada nordeste do Recôncavo da Guanabara.

Na tessitura de nossas reflexões demonstramos como e porque a multiplicação de fontes poluidoras e dos acidentes ecológicos ocorridos na Guanabara atingiu a APA de Guapimirim de forma contundente e extremamente severa, dado a vulnerabilidade sócio-ambiental ali presente. Tentamos demonstrar que após o acidente de janeiro de 2000 a poluição e os derramamentos de óleo continuaram a fazer parte do cotidiano de homens e mulheres, animais e vegetais, solos e águas que fazem parte do ecossistema, da Natureza dos manguezais de Guapimirim. Entretanto, novos rumos na discussão da sustentabilidade sócio-ambiental urbana foram vislumbrados.

Os meios de comunicação passaram a informar sobre a importância das áreas de manguezal como Habitat e berçário da fauna e flora, assim como, das comunidades tradicionais. Passaram a denunciar os efeitos da degradação do ambiente no modo de vida das comunidades tradicionais e, de certa forma, pressionar a opinião pública e as diversas esferas do poder para que ações mais responsáveis e incisivas na preservação do meio fossem tomadas.

Uma série de avanços ligados às formas de preservação, também foram postas em prática através de projetos envolvendo o Estado, Universidades, ONG's e comunidade civil. Estes possibilitaram que ações que envolvem a preservação e recuperação das áreas de manguezais fossem conjugadas com as ações e o conhecimento das populações tradicionais. Nesse caminho estudos e ações têm sido desenvolvidos para evitar que novos acidentes aconteçam e para melhorar a vida do ecossistema de manguezal.

Entretanto, no decorrer de nossas pesquisas surgiram, como sublinhamos, diversos conflitos. Por um lado, merece destaque significativo que a legislação que rege a APA de Guapimirim foi cumprida, em parte, com a elaboração do zoneamento da APA e seu plano de gestão. Além disso, foi criada dentro da APA de Guapimirim a Estação Ecológica da

Guanabara – uma área de preservação permanente. A maior empresa produtora e refinadora de hidrocarbonetos do Brasil produziu o mapa de sensibilidade ambiental das áreas expostas, concluindo que as áreas de manguezais expressem a maior vulnerabilidade em relação às demais quando em contato com hidrocarbonetos.

Por outro lado, a situação sócio- econômica- ambiental das comunidades tradicionais permanece cheia de incertezas e desafios, principalmente após a declaração no início de 2006 que em uma área que abrange as bacias hidrográficas de dois dos principais rios que drenam a APA de Guapimirim- Macacu e Caceribu- será construído o maior pólo petroquímico do país.

Ao estabelecer uma linha de interpretação que prioriza as relações entre a região e a metrópole, colocamos em evidência os conflituosos usos do território segundo as diferentes perspectivas que se abrem aos diferentes atores. Esta parte do trabalho apontou na direção da leitura da apropriação da natureza frente à racionalidade hegemônica ao mesmo tempo em que novos caminhos eram descortinados para nortear os pensamentos e ações que implementassem avanços necessários à discussão dos problemas sócio-ambientais.

Desta forma, afirmamos que as questões ambientais não são somente técnicas, ou seja, não é técnica a decisão de priorizar a alocação de recursos. Forças sociais e políticas em jogo contribuem para o atendimento aos interesses dominantes, numa estrutura de classe que reforça e reproduz o aprofundamento das desigualdades sociais. Abordagens, propostas de soluções e programas de ação para os problemas ambientais não raramente expressaram um modelo de produção do espaço socialmente construído, fortemente ancorado nas desiguais relações de poder e nos valores equivocadamente prioritários que a sociedade construiu.

A degradação ambiental fruto do modo e padrão de produção vigente, desde o século XVII, desencadeou um brutal processo de degradação do ambiente que aprofundou as desigualdades sociais, sacrificando principalmente as pessoas que não participam diretamente desse modelo.

Analisando as diferentes questões levantadas, podemos inicialmente perceber que a utilização dos recursos naturais vem sendo, nos últimos séculos, comprometida pela exacerbação do controle mercantil da natureza e do uso insustentável dos seus recursos.

Podemos apontar ainda, que o controle mercantil da natureza e o uso insustentável dos seus recursos por grupos sociais e grandes empreendimentos produzem, muitas vezes, a ampliação da degradação sócio- econômica- ambiental de toda a sociedade. Entretanto, as camadas mais destituídas economicamente da sociedade contemporânea estão mais expostas as consequências desta degradação (deslocamentos compulsórios por acidentes ambientais,

pela construção de grandes empreendimentos e pela expansão da monocultura). Isso se dá, normalmente mesmo quando grandes empreendimentos significam crescimento econômico e emprego para uma parcela da população da região onde são realizados. Ou seja, quando o crescimento urbano não é acompanhado por aumento e distribuição eqüitativa dos investimentos em infra-estrutura e democratização do acesso aos serviços urbanos, as desigualdades sócio-espaciais são geradas ou acentuadas. Isto nos faz concluir a urgência da formulação e execução de políticas públicas integradas (nas esferas técnicas, sociais, ambientais, econômicas e culturais) como instrumento de redução de danos e superação da vulnerabilidade sócio-ambiental que dramaticamente ainda impera entre nós.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Maurício. A Cidade, a Montanha e a Floresta. In: Maurício de Almeida Abreu.[et.al.] *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoriação, 1992.

_____. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. IPLANRIO/ ZAHARA 1988.

ACSELRAD, Henry. *Cidadania e Meio Ambiente*. In: Acselrad, Henry Meio Ambiente e democracia. Rio de Janeiro: Ibase. 1992.

_____. Sustentabilidade e Território. In: Herculano, S.; Porto, M. F. S & Freitas, C. M (org.). *Qualidade de Vida & Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.

_____. Sentido da Sustentabilidade Urbana. In: Henri Acselrad [et.al.] *A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: um balanço histórico. In: Maurício de Almeida Abreu et.al. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoriação, 1992.

_____. Características Gerais da Bacia e Baía de Guanabara. In: Programa de Despoluição da Baía de Guanabara et.al. *Capacitação em Educação para Gestão Ambiental: Subprojeto de Educação ambiental*. Rio de Janeiro: CEPUERJ, 1997.

_____. Ecossistemas, Cobertura Vegetal e Unidades de Conservação da Baía de Guanabara e de sua Bacia Hidrográfica. In: Programa de Despoluição da Baía de Guanabara et.al. *Capacitação em Educação para Gestão Ambiental: Subprojeto de Educação ambiental*. Rio de Janeiro: CEPUERJ, 1997.

_____. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: homem e natureza*. Edição do autor 1997.

ARANHA, Maria Lúcia & MARTINS, Maria Helena. *Filosofando: introdução a filosofia*. São Paulo: Moderna 2003

ARAÚJO, D.S.D. & MACIEL, N. C. *Os Manguezais do Recôncavo da Baía de Guanabara*. Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). Rio de Janeiro, 1979.

ARAÚJO, Thaís Nascimento. *Uso Sustentável em Unidades de Conservação: análise crítica do Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim*. Dissertação de Mestrado. Niterói- RJ, Universidade Federal Fluminense, 2004.

ARAÚJO, Solange Irene. *Mapas de Sensibilidade Ambiental à Derramamentos de Óleo/ Ambientes Costeiros, Estuarinos e fluviais*. Editora RR Donnelley Moore. Organizadora Solange Irene de Araújo/ Petrobrás- CENPES- Rio de Janeiro 2006.

BAYLISS, Tim e OWENS, Susan. O Desafio Ambiental In: Derek Gregory, Ron Martin, Graham Smith (orgs) *Geografia Humana: sociedade espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996.

BERDARIOL, Celso & VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Política Ambiental*, Rio de Janeiro: Record, 1988.

BERNARDES, Júlia Adão & FERREIRA, F. P. de Miranda. Sociedade e Natureza. In Guerra, Antônio Teixeira & Cunha, Sandra Baptista da (org). *A Questão Ambiental*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.

BERNARDES, Lysia M.C. Expansão do Espaço Urbano do Rio de Janeiro. In: Bernardes & Segadas Soares. *Rio de Janeiro - Cidade Região*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal Cultura/DGDE . Biblioteca Carioca, v.3. S/d

_____. Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: Abreu, Maurício de Almeida [et.al]. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoriação, 1992.

BERNARDES, Nilo. Notas Sobre a Ocupação Humana da Montanha do Estado da Guanabara. In: Abreu, Maurício de Almeida et.al. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoriação, 1992.

BEZERRA, Múcio. *Honestos no Mar de Lama*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil – Cidade-04/07/2004.

BICALHO, Ana Maria de S. M. *Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro*. In: Abreu, Maurício de Almeida et.al. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoriação, 1992.

BOURDIEU, Pierri. *O Poder do Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

BRANDÃO, Ana Maria P. M. As Alterações Climáticas na Área Metropolitana do Rio de Janeiro: uma possível influencia do crescimento urbano. In: Abreu, Maurício de Almeida et.al. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoriação, 1992.

BRANDÃO, Túlio. *Manguezal Ainda Guarda Marcas do Vazamento Três Ano Após Desastre*. Rio de Janeiro, Jornal O Globo 17/08/2003.

_____. *O Último Grande Manguê da Baía de Guanabara: Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, criada há 20 anos, sofre com pesca predatória e despejo industrial*. Rio de Janeiro, Jornal O Globo, 12/09/2004.

BRITTO, Rosyan . *Modernidade e Tradição*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1999.

BUFFON, A . A Inferioridade das Espécies Animais na América. In: Gerbi *O Novo Mundo: história de uma polêmica*. 1750-1900. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

- BURITY, Joanildo A. *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CABEZA, Angel M. *Geografia y Ordenamiento Territorial*. Cadernos de Geografia, ano 7, nº13. Departamento de Geografia da Universidade de Guadalajara, 2006.
- CAMPOS, André [et al]. *Atlas da Exclusão Social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*. Volume 2. São Paulo. Ed. Cortez, 2003.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo. Círculo do Livro, 1982.
- CASTEL, Robert. As Armadilhas da Exclusão. In: Castel, R., Wanderley, L.E. & Wanderley, M. B. *Desigualdade e Questão Social*. São Paulo, EDUC, 2000.
- CASTELLS, M. 1999. *O Poder da Identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- _____. *O Verdejar do Ser: O Movimento Ambientalista. O poder da identidade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001
- _____. *Homens Caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001
- _____. “Subdesenvolvimento: Causa Primeira da Poluição” in *Geographia*. Niterói/RJ: UFF/EGG. Volume 8, 2002.
- CESÁRIO, Nilson Vianna. Trabalhadores da Petrobrás e Risco Ambiental na Baía de Guanabara. In: Wilson Madeira Filho (org). *Direito a Justiça Ambiental – Niterói: Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*, 2002.
- CLAVAL, Paul. *O Território na Transição da Pós-Modernidade*. GEOgraphia, nº 2 (ano I). Niterói: Pós graduação em Geografia UFF 1999.
- COELHO, Maria Célia Nunes & CUNHA, Luis Henrique. Política e Gestão Ambiental. In Guerra, Antônio Teixeira & Cunha, Sandra Baptista da (org). *A Questão Ambiental*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.
- COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas- Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In Guerra, Antônio Teixeira & Cunha, Sandra Baptista da (org). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2004.
- CORAGGIO, J. Luis. *Sobre la espacialidade social y el concepto de región*. In: Cadernos de Ciências Sociais. CSUCA, San José, Costa Rica, 1979.
- CORREIA, Roberto Lobato. O Meio Ambiente e a Metrópole. In: Abreu, Maurício de Almeida [et.al]. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoriação, 1992.

COUTINHO, Ronaldo & ROCCO, Rogério. *O Direito Ambiental das Cidades*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

DEMO, Pedro. *Charme da Exclusão Social*. Rio de Janeiro, Editores Autores Associados, 1998.

_____. *Pobreza da Pobreza*. Petrópolis, Ed. Vozes. 2003.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito da Natureza Intocada*. São Paulo: Husitec 1996.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

FONSECA, Denise da & SIQUEIRA, Josefa. *Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ 2003.

FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2005.

FREIRE, Aluizio. *Espelho d' água da Guanabara recebe diariamente toneladas de lubrificantes lançadas ilegalmente*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 20/08/2000.

FUNDAÇÃO CIDE. Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro.

FUNK, Mário. *Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*, por Mário Funks. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001.

GEIGER, Pedro P. e MESQUITA, Myriam G. C. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro IBGE 1951-1956.

GEORGE, Pierri. *O Meio Ambiente*. São Paulo: DIFEL. 1973

GEORGELE, F. A. *Le Report de Rio de Janeiro*. Anvers, Imprimerie CH. Thibaut, 1909.

GERBI. *O Novo Mundo: história de uma polêmica 1750-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996

GOMES, Flávio de Almeida. O Ordenamento territorial e a geografia física no processo de gestão ambiental. In: *Território/ Territórios*. Programa de Pós- graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB-Niterói. 2002

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO, Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - PDBG. *Capacitação em Educação para Gestão Ambiental*. Rio de Janeiro, 1997.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da URRJ, Rio de Janeiro 1987.

GLOBO, ON LINE – 16/03/2006

HAESBAERT, Rogério. *RS: Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1988

_____. *Identidade e migração em áreas transfronteiriças*. In: Geographia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, UFF/EGG2001

_____. *Territórios Alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto. 2002

_____. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand 2004.

HALL, Stuart. 2001. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A. 6ª ed. (1ª ed. 1992).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.org

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. www.ibama.org

JORNAL DO BRASIL. *Despejos de Óleo Envenenam a Baía*. Rio de Janeiro, JB, 20/08/2000.

_____. *Ocaso da Baía*. Rio de Janeiro, JB 11/07/2005.

JORNAL O GLOBO. *Mangues de São Gonçalo*. Rio de Janeiro, Jornal O Globo, 17/08/2003.

_____. *Empresa de Energia Contrata ONG Para Ajudar a Formar a Cooper-Rio Suruí*. Rio de Janeiro, Jornal O Globo, 13/06/2004.

_____. *Natureza a Deriva: Problemas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro, Jornal O Globo, 30/01/2005.

_____. *Os Passos que Mudaram o Rio*. Rio de Janeiro, Jornal O Globo 05/11/2005.

LA BLACHE, Paul Vidal. *O Quadro da Geografia, da França* apud Revista Geographias, Ano I, nº1, p.143. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial- UFF

LAMEGO, Alberto. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, CNG- IBGE, 1948.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a Gestão Ambiental: conceitos básicos aplicados à ocupação do território. In: Programa de Despoluição da Baía de Guanabara et.al. *Capacitação em Educação para Gestão Ambiental: Subprojeto de Educação ambiental*. Rio de Janeiro: CEPUERJ, 1997.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

- LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.
- LEFF, Enrique. *Complejidad Ambiental*, (org), México, Siglo XXI y PNUM. 2000.
- _____. *Saber Ambiental*, Rio de Janeiro, Vozes, 2001.
- LEGISLAÇÃO ESTADUAL (RJ) – www.alerj.rj.gov.br
- LEGISLAÇÃO FEDERAL – www.mma.gov.br
- LINHARES, Sergio & GEWANDSZAJDER, Fernando. *Biologia – Programa Completo*. São Paulo. Editora Ática, 2000.
- MAGALHÃES, Juraci P. *Evolução do Direito Ambiental no Brasil*. São Paulo. Juarez de Oliveira, 2002.
- MARQUEIRO, Paulo & BRANDÃO, Túlio. *Degradação secou 15% da Baía de Guanabara: superfície assoreada, de 60 km²*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo – Rio - 30/01/2005.
- _____. *Estado só Trata 25% do Esgoto Jogado na Baía: dez anos depois do início das obras de despoluição e gastos de R\$ 2,3 bilhões, Rio não atingiu metade da meta*. Rio de Janeiro, Jornal O Globo, 30/01/2005.
- MARTÍN- Barbero Jesús - *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ 2001
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e Nova Desigualdade*. São Paulo. Ed. Paulus, 1997.
- _____. *A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2002.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo. Martin Claret, 2003.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo. Ed. Hucitec, 1999.
- MEDEIROS, Leonildes. Relatório de conflitos 1981 RJ.
- MENDES, Renato da Silveira. *A Conquista do Solo na Baixada Fluminense*. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro. CNG, vol.III, 1944.
- MORAES, Antonio Carlos (Org) RATZEL. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- MOSCATELLI, Mário. *Basta de Preservar a Degradação*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 18/09/2005.
- NASCIMENTO, Thaís Araújo. *Utilização de Geotecnologias na Gestão Ambiental*. Dissertação de Mestrado Departamento de planejamento Ambiental. Niterói, UFF, 2004.
- NEVES, Delma P. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudos da formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro, Zahar 1981.

NUNES, Branca. *Colônias Sobrevivem à Espera de Reparação Pelos Derrames de Óleo*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil 11/07/2005.

_____. *Esgoto sacrifica litoral do Rio: despejo de material in natura na Baía de Guanabara e detritos como haste de plástico ajudam a matar o ecossistema*. Jornal do Brasil 18/09/2005

ODUM, E.P. *Ecologia*. São Paulo: Pioneira 1977.

PDBG, Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. *Capacitação em Educação para Gestão Ambiental: material de referencia*. Rio de Janeiro CEPUERJ, 1997.

PEDROZA, Manoela. *Terras de Resistência: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968)*. Rio de Janeiro CPDA, 2003.

PEIXOTO, Domingos. *Um Mar de Óleo na Baía*. Rio de Janeiro, Jornal O Globo 19/01/2000.

PETROBRÁS. Revista Petrobrás. *Recuperação da Baía de Guanabara: nosso compromisso*. Ano VII, nº67, fevereiro de 2000.

PINTO, Maria N. *A Cidade do Rio de Janeiro: Evolução Física e Humana*. Revista Brasileira de Geografia 1965.

PIRES, Ivan. *Projeto de Levantamento da APA de Guapimirim*. IBAMA – CAT – UFF 2002.

PRADO, Caio J. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 26º ed, 1981.

PPGSD- Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. *Direito a Justiça Ambiental*. Niterói/ RJ: PPGSD/UFF, 2002. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo-UFF/AGB. *Território Territórios*. Niterói: 2002.

RANGEL, Sérgio & FIGUEIREDO, Talita. *Óleo Atinge Reserva da Baía de Guanabara: área é o único remanescente da baía original*. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, 28/04/2005.

RATZEL, Friedrich. In Moraes *O Homem e o Ambiente*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

RELATÓRIO da Comissão de Melhoramentos da Cidade, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

RIBEIRO, Joana. *Sem Histórias Para Contar: pescadores de Magé sofrem com poluição e muitos se afastam do mar*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo 13/06/2004

RUEDA, M. M. M. 1987. *Área de Proteção Ambiental Guapimirim - RJ: informações técnicas*. Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente. Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA. Brasília.

- SABOYA, Jorge. *Legislação Ambiental Descomplicada*. Rio de Janeiro: Auriverde, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SANTOS, Milton. *Técnica Espaço e Tempo, Globalização e Meio Técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Husitec, 1997.
- _____. *Território e Sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2001
- _____. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002
- SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2004.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. & CINTRÓN, G. *Guia para estudo de áreas de manguezal: estrutura, função e flora*. Caribbean Ecological Research. São Paulo, 1986.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y (ed.). *Manguezal: Ecossistema entre a Terra e o Mar*. Caribbean Ecological Research. São Paulo, 1995.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio- espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro, Bertrand , 2000.
- TURNER, Fredrick. *O Ocidente Contra A Natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (1990)
- VALLEJO, Luiz Renato. Unidades de Conservação: Uma Discussão Teórica à Luz dos Conceitos de Território e de Políticas Públicas In *Geographia*. Niterói/ RJ: UFF/EGG. Volume 8, 2002.
- VIEIRA, Liszt & CELSO, Bredariol. *Cidadania e Política Ambiental* Rio de Janeiro: Record,1998.
- VIOLA, E. Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças políticas transnacionais. In Becker, B.K. & Miranda, M. *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- WAGENER, Angela de Lucca Rabello. et. al. “Impactos Ambientais Decorrentes de Derramamentos de Óleo na Baía de Guanabara”. In FONSECA, Denise; SIQUEIRA, Josefa de. *Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro. Coleção Pluralia Tantum, PUC-RJ,2002.
- WEHRS, Carlos. Niterói *Cidade Sorriso; história de um lugar*. Rio de Janeiro. Gráfica Vida Doméstica LTDA, 1984.
- WIKIPÉDIA. WWW.wikipedia.

WILLIAM, Jorge. *Petrobrás Realiza Ações Ambientais*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 13/06/2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)